

Plano de Atividades E Orçamento

2024

Redação

Ana Isabel Silva
Andreia Barros
António Belchior
Carina Franco
Dália Neves
Daniela Palma
Estevão Leal
Fílipa Ramos
Grethel Tejadilla
Inês Santos
Isabel Barrocas
Isabel Santos
Janete Fernandes
Joana Gomes
Kevin Guerreiro
Lisbeth Grade
Lurdes Garcia
Maria José Luís
Patrícia Pereira
Patrícia Seromenho
Pedro Brazão
Raquel Neto
Raquel Nunes
Rosa Oliveira
Vanessa Caetano

Edição

André Registo
Dália Neves
Patrícia Seromenho
Pedro Brazão

Coordenação

Patrícia Seromenho

Aprovação

Mesa Administrativa
Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
Novembro 2023



ÍNDICE

ÍNDICE



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CORPOS SOCIAIS	11
Contexto Institucional	11
Área da Irmandade	12
CELEBRAÇÕES DOS 525 ANOS	13
MENSAGEM DA PROVEDORA	16
Enquadramento Institucional	19
Missão:	20
Visão:	20
Valores:	20
Figura 1: Valores em que assenta a ação da Misericórdia de Albufeira.	20
Política da Qualidade	21
PRINCIPIOS GERAIS	21
Enquadramento e articulação com outros Planos	23
Alinhamento com orientações internacionais	23
Aprofundamento e concretização de políticas nacionais	26
Articulação com os instrumentos de base regional e local	30
Diagnostico Social da Região do Algarve	31
Desafios Demográficos e Coesão Territorial	32
Qualidade do Emprego e Rendimentos	34
Habitação, Educação, Saúde e outras Respostas Sociais	35
Pobreza e Riscos Sociais. Discriminação e Cidadania	36
Objetivos Estratégicos da Misericórdia de Albufeira a 2030	37
Figura 2: Objetivos para cumprir a Missão - melhorar a vida das pessoas na comunidade	38
Figura 3: Objetivos para cumprir o desempenho interno - Gerir bem hoje, com o olhar no amanhã	39
Enquadramento Geral	41
1. Desenvolvimento Estratégico e Operacional	45
1.1. ENVELHECIMENTO	48
Figura 4 – Evolução das Respostas Sociais na área do envelhecimento	50



1.1.2 Estruturas Residenciais para Pessoa Idosa Roseiral e Olhos de Água	51
1.1.3. Centros de Dia Roseiral e Olhos de Água	53
1.1.4. Serviços de Apoio Domiciliário Roseiral e Olhos de Água	55
1.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE	58
1.2.1. Creches	58
Figura 5 – Evolução da capacidade da resposta em creche	58
1.2.2. Pré-Escolar	60
1.2.3. Casa de Acolhimento	62
1.2.4. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	65
1.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE	67
1.3.1. Gabinete de Inserção Social	68
1.3.2. Oficina Ecológica de Cooperação Social - ECOS	71
1.3.3. Casa Abrigo	73
1.3.4. Aldeia do SANACAI	76
1.4. SAÚDE MENTAL	80
1.4.1 Unidade de Vida apoiada	81
1.4.2 Fórum Sócio Ocupacional	83
1.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO	86
1.5.1. Lar Residencial	86
1.5.2. Centro de Reabilitação Profissional	87
1.5.3. Centro de Recursos	92
1.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE	97
1.6.1. Centro de Formação Profissional a Bussola	97
1.6.2. Gabinete de Inserção Profissional	100
1.7. Culto e Cultura	103
1.7.1. A Capela e o Complexo Histórico	103
1.7.2. Culto	104
PARTE II Serviços Partilhados e Corporativos	106
2.1. Provedoria, Gestão Administrativa e Património	109
2.1.1. Provedoria e Gestão Administrativa	109
2.1.2. Património	110
2.2. Recursos Humanos e Formação Interna	113



2.2.1 Recrutamento e seleção	113
2.2.2 Processo administrativo e processamento salarial	114
2.2.3 Comunicação e Formação Interna	115
2.2.4. Valorização e Bem-estar dos colaboradores.	116
2.3. Gestão Logística e Central de Compras	118
2.3.1 Área das Compras, Gestão de Ativos e Stocks	118
2.3.2. Manutenção e Obras de Requalificação	119
2.3.3. Área da Alimentação e Cozinha Central	121
2.3.4. Setor dos Transportes	121
2.3.5. Setor da Lavandaria	123
2.4. Marketing e Comunicação	125
Figura 6 – Principais efemérides e iniciativas previstas para 2024	127
2.5. Gestão Organizacional e Sistemas de Informação	129
2.5.1. Qualidade e Auditorias	129
2.5.2. Sistemas de Informação	130
2.6. Gestão de Projetos	134
2.6.1. Néctar	134
2.6.2. ECOS e Inovação social	135
2.7.1. Assuntos Jurídicos e Contencioso	138
2.7.2. Data Protection Officer (DPO)	139
2.8. Contabilidade e Finanças	142
Referências Finais	144
3. ORÇAMENTO	147
3.1. Pressupostos para Elaboração do Orçamento	149
3.2. Demonstração de Resultados Por Estruturas	157
3.3. Plano de Investimento	175
Deliberação da Mesa Administrativa	178
Parecer do Revisor Oficial de Contas	180
Parecer do Conselho Fiscal	183
Deliberação da Assembleia Geral	184



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

No cumprimento de uma obrigação legal e estatutária, apresentamos à Assembleia Geral o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2024.

O Plano e o Orçamento refletem as condições de incerteza que estamos a viver com a crise política instalada em Portugal, com a demissão do Primeiro Ministro e os motivos da mesma, o que terá grandes consequências ao longo do próximo ano, tanto a nível interno, como na credibilidade externa

Não bastava a profunda crise do Serviço Nacional de Saúde e o desconhecimento sobre a eficácia do novo modelo de gestão, a iniciar em janeiro de 2024. O descontentamento generalizado dos trabalhadores da função pública, com particular enfoque nos professores, com as intermináveis greves de grande impacto na vida das pessoas e, conseqüentemente, nas Instituições, assim como as Misericórdias Portuguesas. O impacto do aumento do salário mínimo e as implicações das negociações do contrato coletivo, sem as devidas compensações por parte do aumento das comparticipações do Estado na mesma proporção, promovendo o estrangulamento das tesourarias e a desmotivação dos quadros técnicos, por falta de atualização dos salários na mesma proporção do aumento do salário mínimo.

Acresce, ainda, o ambiente de profunda preocupação da política internacional, onde o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como a crise palestiniana com Israel, evidenciam bem a tensão existente, com consequências inflacionistas nos preços e subidas das taxas de juro. Se acrescentarmos a situação de instabilidade que se vive na União Europeia, as alterações climáticas e a digitalização, os desafios da demografia e os circuitos migratórios, vemos como são gigantes os desafios que estamos a viver.

Será, pois, num contexto de incerteza e de grande exigência, que iremos apresentar esta nossa proposta de Plano e Orçamento e, se aprovada, será executada num tempo complicado. Mas, são estes tempos de incerteza que nos obrigam a ser mais criterioso e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA



CORPOS SOCIAIS



CORPOS SOCIAIS

Contexto Institucional

Em 2023, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira deu início a mais um ciclo, para o quadriénio 2023 – 2026, com a tomada de posse dos seus Órgãos Sociais, recém-eleitos, apresentados a seguir.

MESA DA ASSEMBLEIA

PRESIDENTE	Paulo Alexandre Figueiredo Freitas
VICE PRESIDENTE	Fernando Manuel Sousa Gregório
SECRETÁRIA	Ana Cristina Neves Pinto Oliveira

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	Marco Paulo Rodrigues Matos
VICE PRESIDENTE	Rui Miguel de Sousa Seródio Bernardo
SECRETÁRIA	Maria Cristina Monteiro Rasquilha Corado
SUPLENTE	Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos
SUPLENTE	António Gonçalves Carapinha
SUPLENTE	Luciano Silva Atanásio

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDORA	Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho
VICE PROVEDORA	Ana Maria da Graça Rosa
TESOUREIRO	Carlos Manuel Conceição Oliveira
SECRETÁRIA	Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dínis
VOGAL	Maria Margarida Santos Feiteira
VOGAL	Jorge Miguel Sousa
VOGAL	Carla Maria Gonçalves da Ponte
SUPLENTE	Valentina Cabrita Catuna
SUPLENTE	Delfina Rosa Caeiro Leitão Santos
SUPLENTE	Ana Paula Silva Santos



Esta é a equipa que assumiu o compromisso, para o triénio de 2023-2026, de saber manter com as instituições do Estado, da Igreja e da Sociedade Civil o diálogo necessário para se concretizar o esforço coletivo de elevar o papel da Misericórdia de Albufeira na vida da cidade, da região e de Portugal, sempre em prol das pessoas.

Área da Irmandade

12

De acordo com o Plano Estratégico de 2023-2026, em 2024 pretende-se dar seguimento ao trabalho de renovação da Irmandade através da captação de novos Irmãos, com experiência e conhecimento nas várias áreas do conhecimento, e que sejam consideradas boas pessoas e se revejam na Missão da Instituição.

A Irmandade da Misericórdia de Albufeira em outubro de 2023 é constituída por 366 irmãos ativos, repartidos pelas diferentes faixas etárias:

Data de nascimento	Idade	Número de Irmãos
2023 - 1994	≤ 29	3
1993 - 1980	30-43	38
1979 - 1970	44-53	81
1969 - 1960	54-63	96
1959 - 1950	64-73	80
1949 - 1940	74-83	42
Até 1940	≥ 84	26

Dados retirados do PHC - SCMA

A gestão da Irmandade será efetuada com particular atenção, quanto à reorganização do processo administrativo para a admissão de irmãos, com recurso às novas tecnologias em articulação com a implementação do sistema da qualidade.

Pretende-se reforçar a comunicação entre os irmãos, criando e desenvolvendo plataformas que nos permitam dinamizar uma comunicação, fácil e célere com todos os membros da Irmandade, e dinamizar a interação entre os irmãos a vida da instituição.




Em 2024 iremos fomentar um conjunto de protocolos com os serviços e comércio local, por forma a oferecermos vantagens aos nossos irmãos, assim como iremos atualizar o modelo da OPA da Irmandade, a qual será disponibilizada a todos os irmãos que a desejarem, por um valor reduzido. Esta passará a constituir uma nova imagem Institucional para a celebração dos 525 anos da Irmandade.

Em 2024 propomos o desafio de celebrar os **525 anos da Irmandade da Misericórdia de Albufeira**, ao longo do mês de maio, com várias iniciativas de caráter reflexivo sobre a Identidade da Misericórdia e as várias áreas de intervenção. Para alcançar este propósito, iremos convidar várias personalidades nacionais, como oradores.

Apresentamos a seguir a calendarização dos eventos propostos a se realizar e para os quais contamos com a presença ativa de toda a Irmandade e comunidade, a saber:

COMEMORAÇÕES DOS 525 ANOS

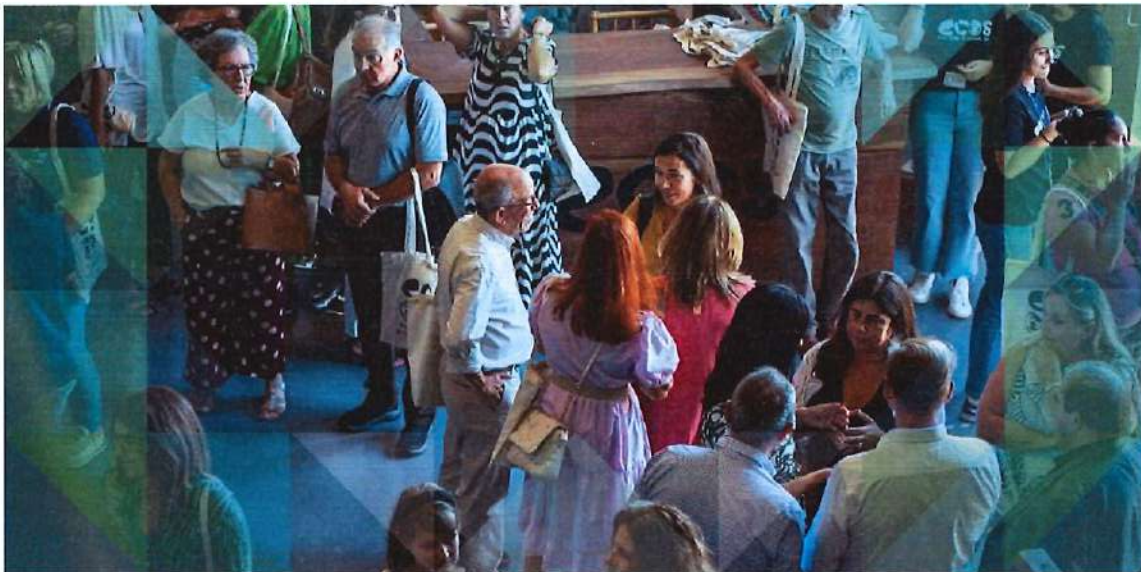
03.05.2024	Trabalhar nas Misericórdias
10.05.2024	Envelhecer – uma realidade que nos desafia
17.05.2024	Criança hoje, adulto amanhã
24.05.2024	III Encontro de Responsabilidade Social 
31.05.2024	Celebração do Aniversário, com Eucaristia na Igreja Matriz, seguida de almoço de confraternização

Pretende-se com estes eventos promover uma reflexão sobre as quatro áreas essenciais na vida das Misericórdias, nos dias de hoje. Na primeira sessão, pretendemos debater o papel importantíssimo dos recursos humanos, o que é trabalhar nas Misericórdias e a necessidade de atualizar as categorias profissionais, no setor da economia social, e refletir sobre contratação coletiva. Trata-se de uma relação de pessoas para pessoas, uma relação que obrigatoriamente será



humanizada. Nesta discussão teremos que abordar obrigatoriamente o papel dos Órgãos Sociais e a capacitação dos dirigentes. Na segunda sessão, iremos debater os desafios do envelhecer em Portugal e a necessidade de encontrar uma nova abordagem a esta realidade. Na terceira sessão, propomos a debater o papel de cada cidadão e da família, que assenta no investimento nas crianças e jovens de hoje, pois só assim poderemos ter uma sociedade mais justa.

Também iremos retomar os encontros de responsabilidade social, para debater o papel da sociedade civil e empresarial, na relação com as instituições do setor social, como forma de combate à pobreza e exclusão social e fator de sustentabilidade das Misericórdias.



MENSAGEM DA PROVEDORA

MENSAGEM DA PROVEDORA

MENSAGEM DA PROVEDORA

A apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024 surge num contexto de incerteza, devido aos últimos acontecimentos na geopolítica internacional e da crise política que surgiu em Portugal, com particular preocupação para os motivos que geraram a crise política em Portugal e a incerteza do futuro.

Com efeito, além da crise Ucrânia-Rússia surge agora o conflito na faixa de Gaza contra Israel e, de novo, a problemática da energia passa a ser uma variável, cuja subida poderá arrastar um ciclo inflacionista. Ao mesmo tempo, o aumento do salário mínimo nacional vai implicar um esforço acrescido, numa tentativa de manter a motivação dos nossos profissionais.

Por outro lado, a perfeita consonância com as dificuldades dos novos tempos, também temos a consciência da importância da estratégia do executivo da Câmara Municipal de Albufeira, que confiou na Misericórdia de Albufeira a gestão de um novo equipamento, o **Equipamento Olhos de Água**, com quatro respostas sociais, o qual muito agradecemos e nos desafia a fazer mais e melhor. Também foi o Município de Albufeira que reabilitou e ampliou o edifício da Creche Tempos de Infância, na freguesia da Guia, permitindo o aumento da capacidade de resposta. Ao longo do próximo ano queremos reforçar esta parceria, com mais projetos de inovação social, para dar resposta às necessidades da comunidade, pelo que contamos com Município como Investidor Social, como contamos com o seu contínuo apoio, como tem sido apanágio nestes últimos 12 anos.

Muitos são os desafios para o próximo ano, com principal relevância para a requalificação e ampliação da resposta aos idosos na estrutura residencial para pessoas idosas, o Roseiral. Esta obra terá obrigatoriamente que iniciar, pelo que a estratégia de valorização do património como gerador de receita e de eficiência da gestão para o equilíbrio financeiro são fatores essenciais para combater o exigente ciclo que temos vivido na nossa vida coletiva.



Nós estamos convictos, até pelo Orçamento apresentado e pela ambição do plano, que a nossa tendência será para melhorar os nossos resultados e atingir o equilíbrio necessário, que possibilite a Misericórdia de Albufeira continuar a ser digna da sua história. Afinal, em 2024, vamos celebrar 525 anos, pelo que apresentamos um ciclo de eventos a acontecer durante o mês de maio, por ocasião das celebrações.

Sejamos otimistas para enfrentar 2024, com confiança e sentido de missão reforçado pela dificuldade dos tempos. A recente nomeação a Cardeal de D. Américo Aguiar traduz-se num sinal de esperança, para reforçar a nossa fé e iluminar este sinuoso caminho de trabalho e serviço em prol das pessoas, em especial dos mais desfavorecidos da nossa sociedade.

Em nome das pessoas justifica-se a nossa atitude e desempenho institucional. Em nome dos que mais precisam, dizemos sempre prontos. A Mesa Administrativa fica com a responsabilidade de não desiludir, neste esforço coletivo, e estou certa que, com a confiança dos Irmãos e Irmãs, com o empenho dos nossos parceiros, com a disponibilidade dos nossos utentes e o apoio dos nossos colaboradores vamos conseguir atingir os objetivos aqui propostos.

Termino deixando uma palavra de verdadeiro reconhecimento e gratidão a todos os homens e mulheres que fazem parte da equipa Misericórdia de Albufeira e que são inextinguíveis: conto convosco. Somos pessoas a cuidar de pessoas. Que Deus nos ilumine e proteja na nossa ação.

Albufeira, 10 de novembro de 2023

A Provedora da Misericórdia de Albufeira

Patrícia Dias Seromenho





Enquadramento Institucional

A Misericórdia de Albufeira (MA) foi fundada em 1499, sendo uma das primeiras Misericórdias a ser criada, depois da Misericórdia de Lisboa. Atualmente é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registada na Direção Geral de Segurança Social, pelo averbamento n.º 1 à inscrição n.º 29/ 83, fls. 116 e 116 verso, do Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, efetuado em 25 de maio de 2016.

Com mais de 5 séculos, a atividade da Misericórdia de Albufeira apresentou um grande desenvolvimento nas últimas quatro décadas. Durante muitos anos, a sua atuação centrou-se no auxílio a pessoas socialmente desfavorecidas, na qual se incluía a prestação de cuidados básicos e de cuidados de saúde, nos antigos Albergue e Hospital de Albufeira. Após a revolução de 74, o âmbito da ação alargou-se substancialmente e passou a incluir outras formas de intervenção, específicas de grupos-alvo, como as pessoas com deficiência e incapacidade, as pessoas com doença mental, os idosos, as crianças, as pessoas seropositivas, as pessoas com toxicod dependência, as mulheres vítimas de violência, as famílias e as pessoas em situação de vulnerabilidade social ou de outras dificuldades pontuais. Em 2023, voltou a apresentar um crescimento significativo com a entrega do Equipamento Olhos de Água por parte da Câmara Municipal de Albufeira, para exploração de quatro respostas sociais.

Na atualidade, a Misericórdia de Albufeira apresenta uma área de atuação alargada, que abrange o Distrito de Faro, recebendo, inclusivamente, pessoas oriundas de todo o país. Contudo, atua com particular incidência no concelho de Albufeira, local onde se encontram os seus estabelecimentos. De facto, é de modo a dar resposta às necessidades reais da comunidade, que a Misericórdia de Albufeira desenvolve um conjunto alargado de 29 Estruturas ou Respostas Sociais, organizadas em 17 Estabelecimentos ou Instalações.



O âmbito da intervenção da Misericórdia de Albufeira é muito abrangente e diversificado, com um quadro de pessoal de 260 trabalhadores. Neste momento, importa consolidar o trabalho nas áreas estratégicas e qualificar a prestação do serviço. Importa apostar em novos horizontes, como a área da saúde e da promoção da qualidade de vida, assim como com no pleno aproveitamento do património histórico e artístico, para potenciar a sustentabilidade financeira e dar resposta às grandes necessidades de habitação.

Missão: A Misericórdia de Albufeira tem a missão de melhorar a vida das pessoas na comunidade.

Visão: A Misericórdia de Albufeira quer criar um mundo melhor à sua volta.

Valores: A ação da Misericórdia de Albufeira assenta em três pilares ou valores base, que se manifestam pelos comportamentos de referência expressos na figura apresentada a seguir.

Para traçar uma nova trajetória, é necessário recordar quem somos e ao que vimos. Por isso, nunca é demais referir que assentamos a nossa ação nas intemporais **14 Obras de Misericórdia**, tendo a Misericórdia de Albufeira a Missão, a Visão, os Valores e a Política da Qualidade apresentados a seguir.

Figura 1: Valores em que assenta a ação da Misericórdia de Albufeira.



Política da Qualidade

A Política da Qualidade da Misericórdia de Albufeira traduz-se na realização plena da missão e assenta em 6 pilares:

- I. **competência** - desenvolver as competências dos colaboradores, de modo a melhorar o seu envolvimento, motivação e participação;
- II. **sustentabilidade** - promover e garantir, com equilíbrio, a sustentabilidade através de uma maior responsabilização ambiental, económica e social;
- III. **inovação** - gerar novas respostas para resolver os problemas sociais da comunidade em que se insere;
- IV. **satisfação das partes interessadas** - prestar serviços que correspondam às necessidades e expectativas e que promovam relações mútuas de confiança e entreajuda;
- V. **requisitos legais e estatutários** - cumprir com as exigências legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis;
- VI. **melhoria contínua** - desenvolver a melhoria contínua na instituição, para aumentar a eficiência e eficácia do sistema de gestão da qualidade.

A Misericórdia de Albufeira assume o compromisso de cumprir integralmente a presente política da qualidade e Missão nas suas áreas de intervenção e, ainda, de atuar segundo princípios gerais expressos a seguir.

PRINCIPIOS GERAIS

A intervenção da Misericórdia de Albufeira orienta-se por um conjunto de princípios que funcionam como uma abordagem metodológica transversal para toda a Instituição, desde os serviços partilhados e corporativos a toda a área operacional, assim como na relação com a comunidade em geral. Destacam-se os princípios colocado a seguir:



- I. **Consagração de direitos** - Orientar a intervenção numa lógica de garantia de direitos constitucionalmente consignados, contribuir para o aprofundamento da cidadania, respeitosa da dignidade das pessoas e fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais.
- II. **Integração**- Este princípio de intervenção orienta para todas as políticas de gestão e medidas que venham a ser implementadas tenham em conta, de maneira sistemática e em todo o seu processo de planeamento, definição, execução, acompanhamento e avaliação, as especificidades das condições, situações e necessidades de todas as pessoas (comunidade, utente, órgão de gestão e trabalhador) e as relações hierarquizadas subjacentes.
- III. **Integração de respostas** - Considerar os problemas das pessoas e da comunidade nas suas diferentes causas e manifestações é uma preocupação subjacente à criação integrada de respostas. A integração de respostas é o culminar de um processo de coordenação entre os serviços partilhados e cooperativos, as diferentes respostas sociais existentes ou a construir e os diferentes projetos no seio da Misericórdia. Orientar a ação para uma maior integração significa: identificar e eliminar redundâncias na intervenção, responder aos problemas numa perspetiva global, isto é, numa perspetiva que rompa com uma visão isolada dos mesmos e que tenha a capacidade para considerar, como atrás se refere, as interligações entre as causas e as diferentes manifestações de um mesmo problema.
- IV. **Interseccionalidade** - Assume-se aqui a perspetiva da ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação. A interseccionalidade revela que, para um melhor entendimento dos fenómenos de discriminação, é compreender que as nossas vivências são múltiplas e não há uma separação entre elas. Trata-se de trabalhar para mitigar os vieses, como uma ação essencial para criar uma cultura inclusiva, e que coloque, verdadeiramente, a diversidade em prática, em particular na gestão dos recursos humanos.



- V. Responsabilização e mobilização de todos os atores - Toda a intervenção apoia-se numa lógica de corresponsabilização, de otimização de recursos e de redes. Reconhece-se a importância da mobilização e do envolvimento dos diferentes atores, com particular aposta na rentabilização do património da Instituição.

Enquadramento e articulação com outros Planos

23

Como atuamos num mundo global, a Misericórdia de Albufeira considera a existência de outros planos, programas, estratégias e políticas nos quais se deve apoiar e estabelecer relações de benefício mútuo. Entre os mesmos, destacamos aqueles que poderão ter ligação funcional com o funcionamento e a intervenção futura da Misericórdia, tanto ao nível do seu enquadramento e complementaridade, como ao nível das possibilidades de financiamento de algumas das suas ações.

Alinhamento com orientações internacionais

- I. Misericórdia de Albufeira tem como referência transversal, na sua atuação atual, e pretende reforçar para os próximos anos o protagonizado pela Agenda 2030, no que diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável que, sob o lema «Ninguém pode ficar para trás», estabelece um plano de ação assente em **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹ (ODS)**. O plano assume-se como um instrumento para o cumprimento dos seguintes ODS: ODS 1 - Erradicar a pobreza; ODS 3 - Saúde de Qualidade; ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as mulheres e raparigas; ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico; ODS 10 - Reduzir as Desigualdades; ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis;

¹ Disponível em <https://ods.pt>



ODS 16 - Paz; justiça e instituições eficazes; ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos.



- II. O **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**² cujo objetivo é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes, baseando-se em 20 princípios que se estruturam em torno de três categorias: a) Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; b) Condições de trabalho justas, e; c) Proteção e inclusão sociais.
- III. O **Pacto Global para as Migrações**³ foi aprovado em dezembro de 2018 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (Resolução A/73/L.66) e pretende auxiliar os Estados-membros da ONU a gerirem de forma eficiente as migrações internacionais, a enfrentarem os seus desafios e a fortalecerem os direitos das pessoas migrantes, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030.
- IV. A **Estratégia Europeia para a Igualdade de Género**⁴, 2020-2025, define uma visão, objetivos estratégicos e ações para realizar progressos concretos em matéria de igualdade de género, na Europa, e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

² Disponível em <https://op.europa.eu/webpub/empl/european-pillar-of-social-rights/pt/>

³ Disponível em <https://unric.org/pt/pacto-global-para-a-migracao/>

⁴ Disponível em https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-equality-strategy_pt

- V. O **Plano de Ação para a Economia Social**⁵, 2021, parte do reconhecimento da importância das organizações da economia social - Associações, Fundações, Empresas, Misericórdias, entre outras - e das dificuldades que algumas sentem em desenvolver as suas atividades e propõe um conjunto de ações para sustentar e melhorar as suas ações e potenciar o seu impacto junto das populações.
- VI. O **Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão**⁶, 2021-2027, promove a inclusão para todos, reconhecendo a importância da contribuição dos migrantes para a UE e tenta eliminar as barreiras que as pessoas com um percurso migratório ainda enfrentam no acesso à saúde, educação, emprego, habitação.
- VII. O **Quadro Estratégico da União Europeia relativo aos ciganos**⁷, 2020-2030, procura apoiar os ciganos na UE e abrange sete domínios principais: igualdade, inclusão, participação, educação, emprego, saúde e habitação. As metas definidas para cada domínio e as recomendações da Comissão aos Estados-Membros sobre a forma de as atingir são dois importantes instrumentos que servirão para acompanhar os progressos e garantir que a UE dê passos mais largos na prestação do apoio vital que muitos ciganos continuam a necessitar.
- VIII. A União da Igualdade: **Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**⁸, 2021-2030, pretende garantir que as pessoas com deficiência tenham direito a viver de forma independente, a oportunidades iguais e a participar plenamente na vida da sua comunidade. Todos têm direito a uma

⁵ Disponível em <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1537&langId=pt>

⁶ Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52020DC0758>

⁷ Disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_1813

⁸ Disponível em <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=1137>



vida livre de obstáculos e assegurar a sua plena participação na sociedade, em condições de igualdade com as demais pessoas.

- IX. O **Livro Verde sobre o Envelhecimento**⁹ procura promover a responsabilidade e a solidariedade entre gerações. Tem por objetivo lançar o debate de orientação sobre o envelhecimento, a fim de discutir as opções a considerar para antecipar e responder aos desafios e oportunidades que este fenómeno implica, especialmente tendo em conta a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e a Década do Envelhecimento Saudável lançada pelas Nações Unidas.

Aprofundamento e concretização de políticas nacionais

- I. A **Estratégia Nacional de Combate à Pobreza**¹⁰, ENCP, 2021-2030. Enquadrada no desafio estratégico de redução das desigualdades, a abordagem da ENCP assenta numa visão da pobreza como um fenómeno que exige uma atuação integrada das diferentes áreas setoriais no domínio da intervenção pública, em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A Estratégia contempla, entre os seus objetivos, a redução da taxa de pobreza monetária para 10% da população, retirando 660 mil pessoas da situação de pobreza e a diminuição para metade da taxa de pobreza nas crianças, retirando 170 mil crianças dessa condição, bem como diminuir para metade a taxa de pobreza entre trabalhadores, retirando também 230 mil trabalhadores desta condição.
- II. O **Plano de Ação da Garantia para a Infância**¹¹, 2022-2030. Surge no âmbito da concretização da Recomendação (UE) 2021/1004 do Conselho, de 14 de junho

⁹ Disponível em <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/d918b520-63a9-11eb-aeb5-01aa75ed71a1>

¹⁰ Disponível em <http://www.gep.mtsss.gov.pt/-/estrategia-nacional-de-combate-a-pobreza-pulicada-em-dr>

¹¹ Disponível em <https://www.garantiainfancia.gov.pt/>



- de 2021, aprovada durante a presidência portuguesa do Conselho Europeu. A Garantia para a Infância tem como objetivo prevenir e combater a pobreza e a exclusão social, colocando as crianças e os jovens no centro das suas prioridades, contribuindo também para defender os direitos da criança, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades.
- III. A **Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho**¹², regulada pela Lei N.º 13/2023, de 3 de abril, é um conjunto de 70 medidas que têm impacto direto nos direitos e deveres dos trabalhadores e entidades empregadoras. Tem como objetivos melhorar as condições de trabalho, valorizar os salários, combater a precaridade, promover a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, proteger os jovens trabalhadores-estudantes e estagiários, entre outros.
- IV. O **Plano de Recuperação e Resiliência** - Recuperar Portugal¹³, 2021-2026. Assenta em três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital, desagregadas em 19 componentes. A sua dimensão Resiliência tem quatro componentes que estão presentes neste Plano, nomeadamente: a Componente 1 - Serviço Nacional de Saúde, a Componente 2 – Habitação, a Componente 3 - Respostas sociais e a Componente 4 - Eliminação das bolsas de pobreza em áreas metropolitanas.
- V. O **Plano Nacional de Saúde**¹⁴, 2021-2030. O PNS é um instrumento essencial de governação em saúde, ao nível nacional. Orienta e facilita, a nível nacional, a construção de um compromisso social para a obtenção da melhoria do estado de saúde da população no quadro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

¹² Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/27omunicacao/noticia?i=agenda-do-trabalho-digno-saiba-tudo-o-que-vai-mudar>

¹³ Disponível em https://www.portugal2020.pt/wp-content/uploads/planoderecuperacaoeresiliencia_consultapublica.pdf

¹⁴ Disponível em <https://pns.dgs.pt/>



- VI. **O Programa Mais Habitação**¹⁵. Consiste num pacote de medidas que tem um custo estimado de 900 milhões de euros e pretende responder à crise na habitação. O programa proposto tem cinco eixos: aumentar a oferta de imóveis utilizados para fins de habitação, simplificar os processos de licenciamento, aumentar o número de casas no mercado de arrendamento, combater a especulação e proteger as famílias. Entre as medidas previstas estão apoios diretos às rendas, a suspensão de novas licenças para alojamento local e a reavaliação das já existentes, o arrendamento forçado de casas devolutas em condições de serem habitadas e as obras coercivas em casas devolutas, o fim dos vistos "gold" e a simplificação dos licenciamentos.
- VII. **A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação**¹⁶, ENIND, 2018-2030. A ENIND, Portugal + Igual está alinhada temporal e substantivamente com a Agenda 2030 e apoiada em três Planos de Ação que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de não discriminação em razão do sexo e igualdade entre mulheres e homens (IMH), de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD) e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (OIEC).
- VIII. **O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações**¹⁷, (PNIPGM). O PNIPGM preconiza uma abordagem holística das migrações, pelo que envolve todos os níveis da Administração Pública, bem como a Sociedade Civil. As 97 medidas do Plano Nacional implementam os 23 objetivos do Pacto, os quais, por sua vez, prosseguem os 10 princípios

¹⁵ Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/governo-aprova-o-programa-mais-habitacao_n1476556

¹⁶ Disponível em <https://www.cig.gov.pt/estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/>

¹⁷ Disponível em <https://files.dre.pt/1s/2019/08/15800/0004500054.pdf>



orientadores do Pacto Global para as Migrações, Seguras Ordenadas e Regulares das Nações Unidas.

- IX. O programa **“Housing First”** e **“Apartamentos Partilhados”**¹⁸. Pretende a criação de mais de 600 vagas de em todo o país. O objetivo é alojar 1100 pessoas em situação de sem-abrigo até ao final de 2021.
- X. A **Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável**¹⁹, ENEAS, 2017-2025. Em matéria do envelhecimento ativo e saudável, Portugal está comprometido com a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS e com os valores e objetivos fundamentais da União Europeia (UE), que contemplam a promoção do envelhecimento ativo e estão refletidos em iniciativas como as Propostas de Ação da UE para a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável e da Solidariedade entre Gerações (Decisão n.º 940/2011/U, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro).
- XI. A **Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo**²⁰, 2017-2023. Pretende consolidar uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção, centrada nas pessoas em situação de sem-abrigo, por forma a que ninguém tenha de permanecer na rua por ausência de alternativas.
- XII. A **Rede de Resposta Integrada em Emergência Social**²¹, RRIES. A Linha Nacional de Emergência Social (LNES), conta com uma Rede de Respostas Integrada, que permite que a LNES seja ainda mais eficaz, nomeadamente nos

¹⁸ Disponível em https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/convite-a-apresentacao-de-propostas

¹⁹ Disponível em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>

²⁰ Disponível em <https://www.enipssa.pt/sobre-a-enipssa>

²¹ Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/29omunicação/noticia?i=lancada-rede-de-resposta-integrada-em-emergencia-social->



períodos da noite e de fins-de-semana. Esta rede está a ser implementada, de forma piloto, nos distritos de Faro e Braga.

- XIII. O **Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar**²². Dinamizado através de uma estrutura de missão (EM-PNPSE), assume como ideia matricial a de que a condição natural da escola é o sucesso escolar de todos os alunos.

Articulação com os instrumentos de base regional e local

30

- i. O **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve**²³, (PIAAC-AMAL), da responsabilidade da AMAL, concluído em junho de 2019. Não sendo um plano de incidência específica no domínio social, projeta as consequências das alterações climáticas para as próximas décadas no Algarve, propondo um conjunto de medidas de adaptação para as enfrentar.
- ii. O **Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional**²⁴ (CCDR Algarve). É o mais importante instrumento para o desenvolvimento da Região desta década. Está alinhado com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A sua Estratégia assenta em quatro grandes desafios, sendo o terceiro “Um Algarve mais Social”, o qual se desdobra em quatro capítulos: 1 – Igualdade de Oportunidades e Acesso ao Mercado de Trabalho, 2 – Condições de Trabalho, 3 – Proteção e Inclusão Social, e 4 – Desafios Sociais.
- iii. Os **Protocolos para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica**, são a concretização da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, ENIND, 2018-2030, no território do Algarve. Foram firmados dois protocolos, em abril de 2019, com cerca de 50 entidades, tendo um deles por coordenador a APAV, Associação Portuguesa de Apoio à

²² Disponível em <https://pnpse.min-educ.pt/programa>

²³ Disponível em <https://amal.pt/comunicacao/publicacoes>

²⁴ Disponível em <https://www.ccdr-alg.pt/site/info/algarve-2030>



- Vítima e o outro a Taipa, Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado.
- iv. As áreas de **intervenção social nos municípios** do Algarve, têm uma grande importância e são múltiplos os instrumentos utilizados. De uma forma geral os municípios da região têm disponíveis on-line os principais documentos que regulam a sua intervenção social. Nos sites de cada um dos municípios do Algarve poder-se-á aceder a documentos, tais como: a Rede Social, o Plano de Desenvolvimento Social, Proteção de Crianças e Jovens, Igualdade de Género, Integração de Imigrantes, Carta Educativa, e, Estratégia Local de Habitação.
 - v. A Misericórdia irá estar em articulação permanente com a estratégia da intervenção social do Município de Albufeira. Os planos estratégicos das áreas de intervenção social, educacional, cultural, habitacional, entre outras do município de Albufeira são essenciais para a definição das prioridades de articulação para a construção de soluções em parceria para a comunidade de Albufeira.

Diagnostico Social da Região do Algarve

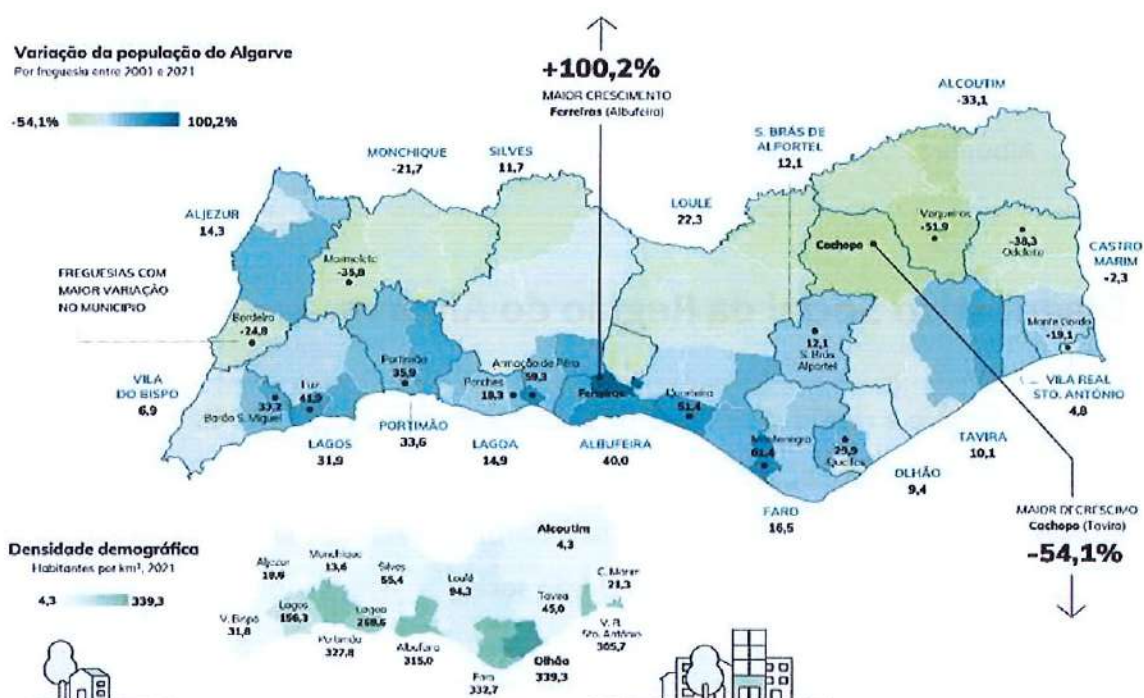
Sendo o Algarve a região geográfica de enquadramento à ação da Misericórdia de Albufeira, importa conhecer a região e o posicionamento do concelho de Albufeira, através dos indicadores principais, para estarmos alinhados com as estratégias necessárias de combate à pobreza e exclusão social.

Para este diagnóstico recorreremos aos instrumentos estatísticos disponíveis do INE, SEFESTART, CCDR- Algarve, Amal, IEFP, Segurança Social, PORDATA, APAV, SGMAI, Eurostat e INE. Os quadros apresentados são da autoria da Associação dos Municípios do Algarve e representam muito o retrato da região do algarve, motivo pelo o qual os estamos a utilizar.



Os desafios que se colocam nos tempos atuais, exige ações concertadas para a intervenção, que assente em diagnósticos fiáveis e estratégias para planos de ação concertados entre os intervenientes locais da região. Nestes pressupostos a Misericórdia de Albufeira pretende reforçar a sua ação futura em estreita sintonia com o Plano de Desenvolvimento Regional para o Algarve.

Desafios Demográficos e Coesão Territorial

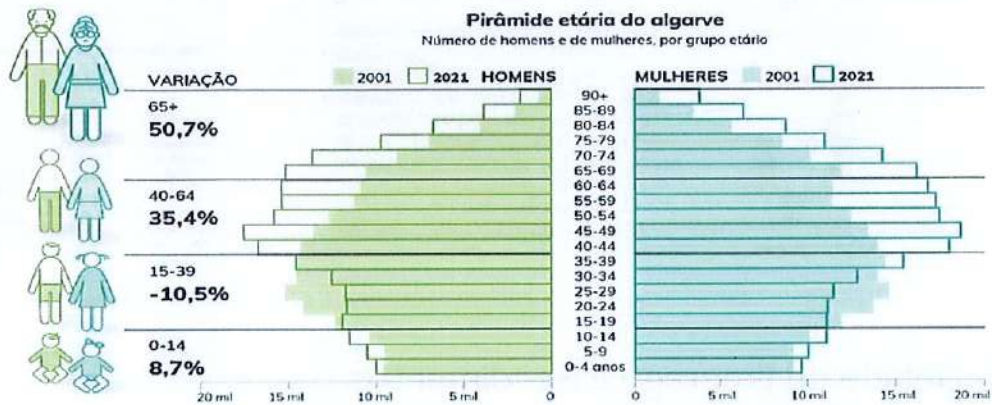


População

POPULAÇÃO RESIDENTE Crescimento populacional



Varição por região 2001/2021, %



Estrangeiros residentes nos municípios do Algarve

% face ao total da população da concelha e número total de estrangeiros, 2021



Fontes: IRE, SEFSTAT, CCDR-Algarve



POPULAÇÃO

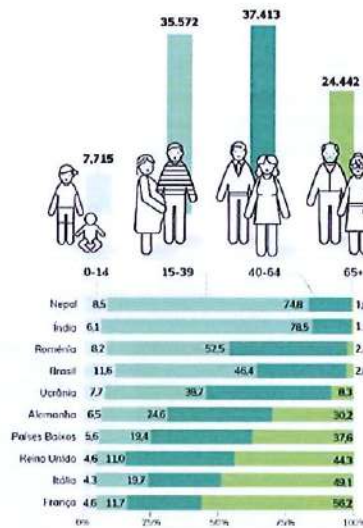
Componentes do crescimento populacional

Variação em milhares



POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NO ALGARVE

Por grupo etário e por nacionalidade 2021



Nacionalidade mais representada 2021, %



Peso da população estrangeira 2021, %



Qualidade do Emprego e Rendimentos

Emprego e rendimentos

POPULAÇÃO EMPREGADA

Principais atividades económicas e respetivo ganho médio mensal, 2020



Tipo de contrato de trabalho



Nível de escolaridade



POPULAÇÃO DESEMPREGADA

Taxa de desemprego



POPULAÇÃO DESEMPREGADA NO ALGARVE

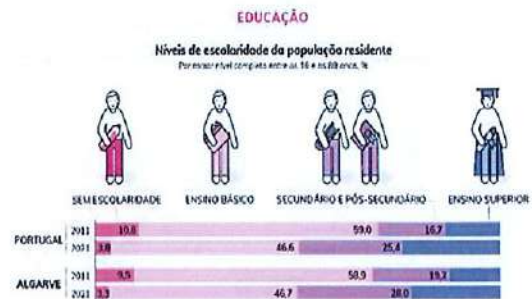
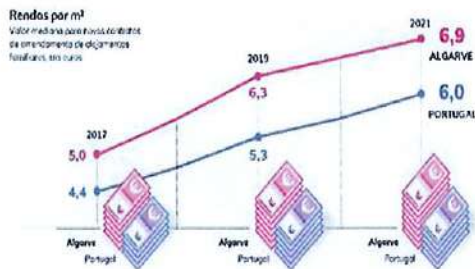


INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

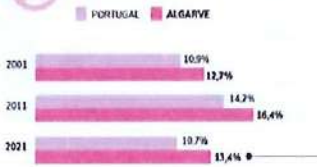


Habituação, Educação, Saúde e outras Respostas Sociais

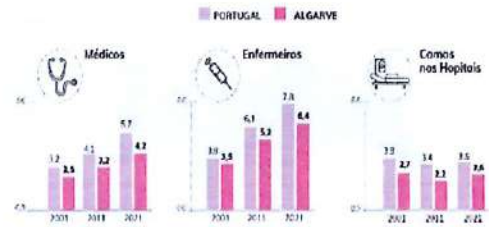
Habituação, educação e saúde



Taxa de jovens que não trabalham nem estudam
Entre os 15 e 24 anos



INDICADORES DE SAÚDE
Saúde humana



Taxa de abandono precoce de educação e formação



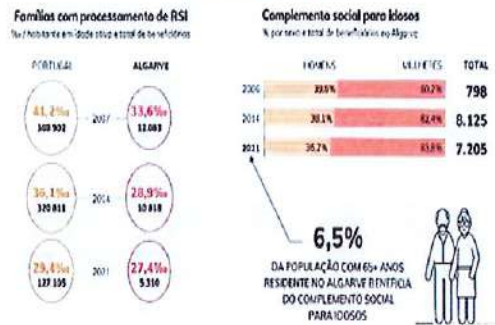
Pobreza e Riscos Sociais. Discriminação e Cidadania

Cidadania e riscos sociais

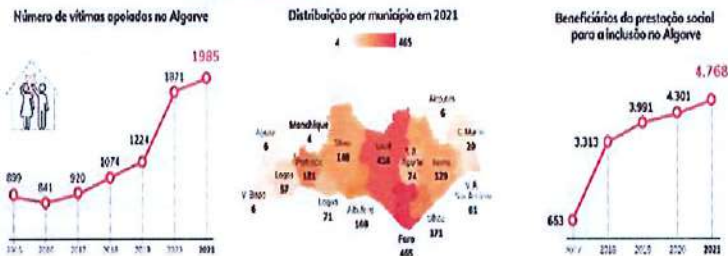
CARÊNCIAS ECONÓMICAS



APOIOS DO ESTADO



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Objetivos Estratégicos da Misericórdia de Albufeira a 2030

Partindo da máxima que cada ser humano, individualmente com a sua ação, pode contribuir para a mudança, tem-se como visão a ambição de contribuir para criar um mundo melhor, acreditando que a ação coletiva da Instituição consiga melhorar a vida das pessoas na comunidade tanto a nível individual como global.

Ao criar um mundo melhor, propõe-se uma visão holística de resposta ao contexto temporal, social e económico de recuperação à pandemia e dos efeitos da guerra que se vive na europa e no médio oriente, com a escalada da inflação na união europeia, sem precedentes e, agora, uma crise política em Portugal. Seremos certamente confrontados com um novo ciclo estratégico nacional e europeu.

Em termos prospetivos podem-se antever, com os dados atuais, novas necessidades sociais ao nível do envelhecimento da população e recentemente no aparente crescimento da natalidade e do saldo demográfico em Albufeira. Mas a clara tendência da necessidade de respostas e equipamentos sociais no concelho situa-se na crescente complexidade das problemáticas sociais que alarga o conjunto de necessidades específicas ao nível da infância e da juventude, da família e da comunidade. Em termos gerais são necessárias respostas e equipamentos cada vez mais especializados, profissionalizados e vocacionados para problemáticas em crescimento explosivo como as demências, a saúde mental, os comportamentos de risco com vários problemas associados nas crianças e jovens, a deficiência e em necessidades específicas como o autismo.

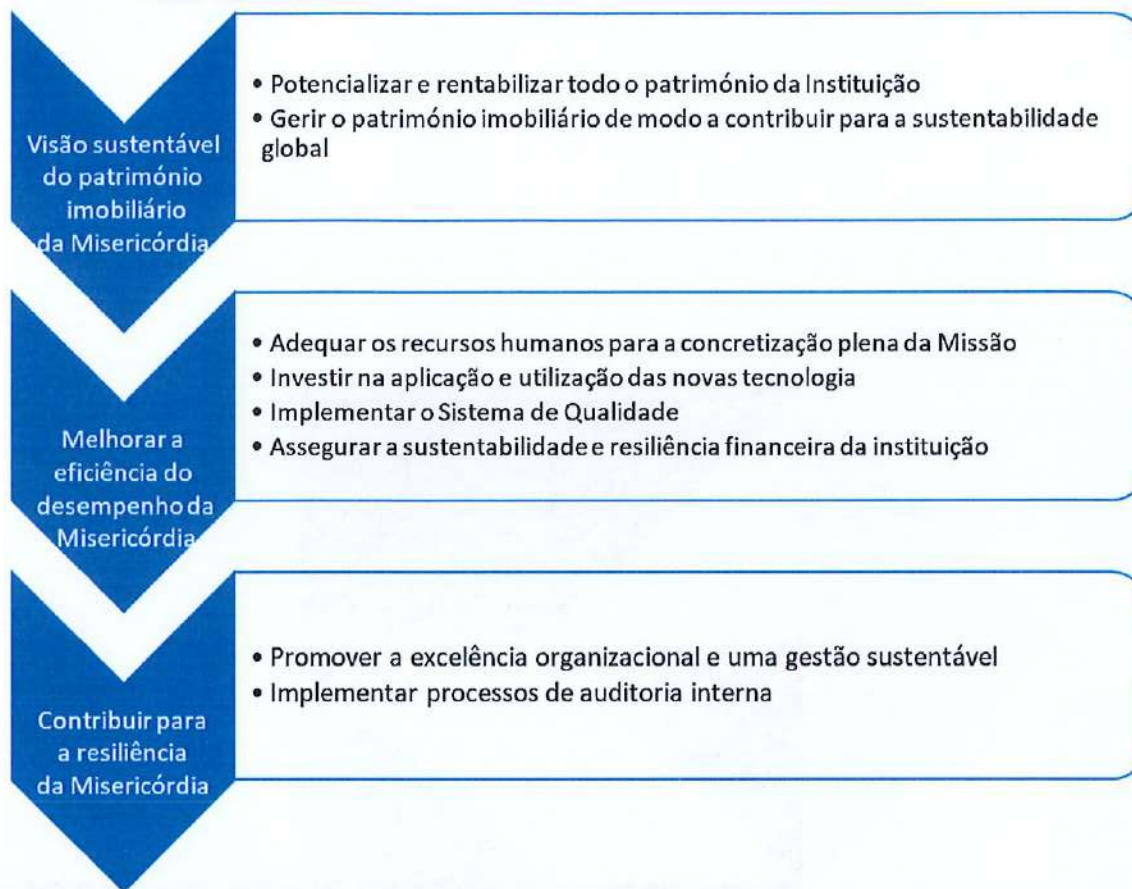
Uma estratégia que obrigatoriamente tem que estar alinhada com os pilares europeus, as estratégias nacionais, regionais e concelhias para promover a autonomia e sustentabilidade da Misericórdia de Albufeira. Para a sua concretização deve ser contemplado a valorização do seu património e uma aposta clara em atividades lucrativas da economia social.



Figura 2: Objetivos para cumprir a Missão - melhorar a vida das pessoas na comunidade



Figura 3: Objetivos para cumprir o desempenho interno - Gerir bem hoje, com o olhar no amanhã



O maior desafio de operacionalizar os objetivos estratégicos 2023-2026, alinhados com a agenda Portugal 2030 e a estratégia de desenvolvimento Regional Algarve 2030 será o de conseguirmos financiamento para as nossas intenções e projetos para que não colida com a sustentabilidade das Respostas Sociais existentes. Como tal, será o objetivo de maior relevância para a Mesa Administrativa da Misericórdia de Albufeira, em 2024 dar continuidade ao trabalho de reestruturação das Respostas Sociais.

Estas prioridades estratégicas a 2030 foram definidas no plano de atividades para o ano de 2023, hoje sabemos que ações já iniciaram e outras transitam e outras irão iniciar em 2024. O objetivo é de assegurara sustentabilidade financeira, social, política, económica e ambiental da Misericórdia de Albufeira.





PLANO DE ATIVIDADES

Enquadramento Geral

O Plano de Atividades e o Orçamento para 2024 teve em linha de conta a taxa de crescimento previsível da EU e do FMI, assentando numa taxa média de 1,5% a que se prevê uma taxa de inflação de 3,6%, valores esses que, devido à crise do Médio Oriente, associada à crise da Ucrânia, poderão ser necessários de rever em alta. Ao mesmo tempo, dada a indefinição para o valor das rendas, também aqui fomos cautelosos e optamos por um valor de 3% de crescimento.

Foram tidos em conta as necessárias mudanças implicadas pelo aumento do salário mínimo e um aumento de 3% sobre os restantes trabalhadores não incluídos na atualização do salário mínimo, dando lugar à nova tabela de remunerações na Misericórdia de Albufeira a partir de janeiro de 2024. Já estão previstos os quadros de pessoal completos para as respostas sociais que recentemente iniciaram no Equipamento Olhos de Água, a conversão do pré-escolar, pelo que outras medidas no domínio da política de recursos humanos serão enquadradas através da saída de pessoas que não necessitem de substituição imediata.

No que respeita à cooperação, consideramos o histórico dos dois últimos anos, o aumento da atividade com a formalização dos novos acordos em 2023 e a perspetiva de conversão do pré-escolar em creche a partir de 1 de setembro 2024. Também consideramos um aumento de 6% nos acordos de cooperação das respostas sociais não residenciais e de 12% nas respostas sociais residenciais. Consideramos ainda o apoio ao funcionamento através dos protocolos com o município de Albufeira.

Conscientes das dificuldades, saberemos continuar a desenvolver o Plano de Atividades e a necessária rentabilização do nosso património de rendimento, onde a concretização do negócio com a empresa Breugma S.A. ganha particular relevo,



assim como a concretização da obra de requalificação dos Apartamentos Rainha D. Leonor, a par da rentabilização do restante património com principal enfoque para o desenvolvimento do Plano de Pormenor dos Brejos. Os equilíbrios dos resultados operacionais do Centro Infantil Quinta dos Pardais são essenciais, pelo que foi decidido proceder á conversão do pré-escolar em creche para o próximo ano letivo.

No plano dos resultados operacionais mais preocupantes temos as respostas na área da saúde mental, a casa da paz, a qual terá que ter alguma resolução durante o ano de 2024 por parte do governo ou a Misericórdia proporá o encerramento destas respostas sociais. Também de grande preocupação e com obrigatoriedade de resolução, a situação da resposta social, a Casa Abrigo com resultados muito negativos, é urgente a adequação das suas instalações à legislação atual para podermos negociar a atualização do acordo de cooperação atípico com a Segurança Social.

Sabemos que iremos ter grandes desafios para a conversão e especialização da Casa de Acolhimento de crianças e jovens à nova legislação que está para ser publicada, principalmente num quadro em que a Fundação Jack Pechey retirou a intenção de atribuir o donativo para este fim em virtude dos atrasos sucessivos à sua execução. Este facto deveu-se à burocracia dos processos de licenciamento afetos ao prédio dos Brejos, localização prevista para este projeto.

Estamos atentos á abertura de avisos de financiamento do PRR, do Algarve 2030 e de outros que possam financiar todos os projetos em carteira. Assim como estamos a desenvolver projetos de intervenção para candidaturas no âmbito das parcerias para o Impacto da Inovação Social, contando com o Município de Albufeira como investidor social.

O mapa de investimentos também é apresentado e as responsabilidades são muito elevadas. Contudo, iremos dar início aos investimentos, com a aprovação das candidaturas a decorrer nos projetos de eficiência energética e, de acordo com os



critérios de prioridade definidos pela Mesa Administrativa, com respetivo parecer do Conselho Fiscal, e já aprovados pela Assembleia Geral, para não colocar em causa o equilíbrio financeiro da Misericórdia de Albufeira.

Ainda no âmbito dos investimentos, estamos a consolidar um novo paradigma, que passa não só pela alienação, mas também pelo princípio da parceria estratégica, o qual também deve ser aqui considerado, no sentido da reabilitação do nosso património imobiliário.

Para o próximo ano transitam os nossos princípios gerais de gestão que continuam assentes em princípios de prudência e equilíbrio, suportado por uma conduta séria, honesta e leal. Aos princípios da definição de défices por área de operação, devemos acrescentar a qualidade da receita e a racionalização da despesa.





PARTE I
ATIVIDADES
OPERACIONAIS

1. Desenvolvimento Estratégico e Operacional

Nesta parte do documento consideramos toda a atividade desenvolvida pela Misericórdia de Albufeira para a comunidade, nas sete áreas principais de intervenção: no envelhecimento, na infância e juventude, na família e comunidade, na saúde mental, na deficiência e reabilitação, na formação e empregabilidade e no culto e cultura, e definem-se os objetivos prioritários a concretizar no ano de 2024.

Nas várias áreas de intervenção desenvolvem-se atividades através de respostas sociais típicas, atípicas e através da realização de projetos ou medidas que vão surgindo ao abrigo da responsabilidade social de empresas ou do quadro de financiamento comunitário, as quais tem como primado satisfazer as necessidades da pessoa, desde a infância até ao envelhecimento, sempre com o foco na pessoa e na família, na conciliação entre a vida familiar e profissional, na não discriminação e valorização da vontade individual enquanto pessoas que vivem e se relacionam em comunidade.

Toda a parte operacional tem afeta um património que envolve 16 estabelecimentos: 6 propriedade da Misericórdia, 4 com contrato de comodato com o Instituto da Segurança Social, 3 com protocolo de cedência à exploração através da Câmara Municipal de Albufeira, 2 em regime de arrendamento e 1 em regime de comodato com a Diocese do Algarve. Este património é designado por património operacional. Consubstanciada esta ação em 16 acordos de cooperação com o ISS – Centro Distrital de Faro e 1 acordo em desenvolvimento para dar início à atividade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Olhos de Água. Dos 16 acordos, um tem responsabilidades tripartidas com a DGEST-Algarve, para o desenvolvimento do pré-escolar, e dois acordos tripartidos tem responsabilidades tripartidas com a ARS-Algarve, para o desenvolvimento de respostas à saúde mental, a unidade de vida apoiada e o fórum sócio ocupacional.



A Misericórdia tem ainda um conjunto de contratos - programas com o Instituto da Segurança Social (ISS) para as medidas do programa alimentar, para o programa SERE+ de qualificação dos Lares de Infância e Juventude e da Creche Feliz.

Um dos estabelecimentos propriedade da Misericórdia de Albufeira está afeto á área de intervenção para da Formação e Empregabilidade, a Bússola, em que a Instituição tem um conjunto de contratos assinados com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Delegação Regional do Algarve para atuação articulada com o Centro de Emprego de Loulé e Centro de Emprego de Portimão, para dar respostas de proximidade à população residente em Albufeira e Silves.

A estes 16 estabelecimentos acresce duas propriedades da Misericórdia de Albufeira: 1 edifício para a habitação que dará resposta na área da família e comunidade, que classificamos como património de rentabilidade. E ainda, todo o edificado afeto à área do culto e da cultura, o qual classificamos como património histórico.

Da parceria efetiva com a Câmara Municipal de Albufeira, Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Junta de Freguesia da Guia, Junta de Freguesia de Paderne e Junta de Freguesia de Ferreiras temos apoios ao funcionamento anual. Com a CMA através do protocolo de exploração para a creche Tempos de Infância da Guia e o equipamento Olhos de Água também temos apoio ao investimento para garantir o bom funcionamento destes dois equipamentos cedidos à exploração pelo Município de Albufeira à misericórdia de Albufeira.

A Misericórdia de Albufeira faz parte dos Órgãos Sociais da União das Misericórdias Portuguesas e faz parte de vários grupos de trabalho no Município de Albufeira, como é o caso da Rede Social (incluindo o núcleo executivo), Núcleo Local para a Garantia para a Infância, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal da Educação, Conselho Municipal de Saúde, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (incluindo a Comissão Restrita), Grupo de Trabalho de Idosos, Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Albufeira, Conselho Geral do Agrupamento de Ferreiras, entre outros.





1.1. ENVELHECIMENTO

1.1. ENVELHECIMENTO

Sendo o Algarve a região do país que mais tem crescido em população, com a população residente a crescer 18,3%, enquanto que, no mesmo período, a população portuguesa decresceu 0,1%. Este valor ficou a dever-se ao saldo migratório (+81 769 pessoas), enquanto o saldo natural regrediu (- 9 512 indivíduos).

As evoluções em sentido inverso das componentes do crescimento populacional fizeram com que a pirâmide etária da região se alterasse profundamente, reduzindo a base e alargando o topo. A população acima dos 65 anos cresceu 50,7%, enquanto a população dos 15 aos 39 anos decresceu 10,5%.

Um aspeto distintivo da demografia regional é a importância da população estrangeira no total dos residentes. No Algarve representam 22,5% do total de residentes, enquanto no resto do país esse peso é de 6,8%. Este fenómeno imigratório inclui duas componentes contrastantes: por um lado, um grupo de imigrantes mais velhos, de rendimentos elevados, oriundos do Reino Unido, França, Itália e outros países da Europa desenvolvida e correspondem, essencialmente, a reformados que vem beneficiar da qualidade de vida na região; e, por outro lado, um grupo, constituído por uma imigração mais jovem, de baixos rendimentos e proveniente do Brasil, da Europa de leste, de África e da Ásia, que vêm para a região, essencialmente, em busca de trabalho.

Esta realidade demográfica provoca constrangimentos na ação diária da Misericórdia de Albufeira, principalmente com a mão de obra, mas também se traduz em desafios para a estratégia futura com particular enfoque na área de atuação do envelhecimento e da infância.

A esperança média de vida tem vindo a aumentar e a população portuguesa está entre as que vivem mais tempo na Europa. No entanto, também está entre as que, a partir dos 65 anos, vivem com menos saúde. Deste modo, a institucionalização é um



recurso cada vez mais procurado pelas famílias, que não conseguem assegurar os cuidados adequados ao idoso em contexto familiar, seja por uma questão de saúde do mesmo, seja pela perda de capacidades associada ao processo natural de envelhecimento.

Com profundo conhecimento dos dados demográficos, do perfil do idoso residente em Albufeira e das necessidades da comunidade, a Câmara Municipal de Albufeira tem realizado projetos para construção de novos equipamentos sociais com o propósito de cedência para a exploração às Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividade no concelho.

Em 2023 a Misericórdia de Albufeira, foi a IPSS contemplada para formalizar o Protocolo de Exploração para o novo Equipamento social, Olhos de Água, destinado a desenvolver quatro respostas sociais: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Creche. A entrega formal do edifício e assinatura do protocolo de cedência para a Exploração realizou-se a 20 de agosto de 2023, no dia do Município de Albufeira. Este gesto, do qual somos muito gratos e muito nos honra, traduz-se num gesto de confiança na Irmandade da Misericórdia, nos Órgãos de Gestão e nos seus trabalhadores para a gestão de enorme desafio.

A confiança na gestão e ação da Misericórdia de Albufeira foi também manifesta pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, Instituto da Segurança Social, através do Centro Distrital de Segurança Social de Faro com a assinatura dos Acordos de Cooperação para o CD, SAD e creche no dia 01 de setembro de 2023 com a presença da senhora ministra Ana Mendes Godinho. Este acordo vem permitir o início da atividade nestas respostas sociais, ficando ainda por assinar o Acordo de Cooperação para o funcionamento da ERPI, o qual se prevê que ainda se concretize até ao final do presente ano.

A Misericórdia de Albufeira vê assim a sua intervenção junto da população sénior duplicar, o início de toda a atividade para a exploração do novo equipamento é



extremamente exigente na planificação das exigências do edifício, do recrutamento e formação de uma equipa.

Mas o maior desafio está para 2024, conseguirmos reabilitar e ampliar a edifício Roseiral com a ERPI destinada a pessoas com maior dependência e demências e conseguir licenciar o edifício cedido em comodato pela Paróquia de Albufeira para a transferência do CD Roseiral, o qual também será para um projeto inovador a dar resposta a pessoas com demência. Mas mais do que as condições físicas de todos os equipamentos existentes direcionados à intervenção com sénior, o mais relevante é a aposta na qualificação dos recursos humanos, reorganização das equipas, reforço da pluridisciplinaridade na constituição das equipas aliado com uma mudança de paradigma na intervenção.

Figura 4 – Evolução das Respostas Sociais na área do envelhecimento

Respostas sociais	2023		Notas		2024		
	Capacidade Instalada	capacidade em acordo com ISS	N.º Idosos		Capacida de instalada	capacidade em acordo com ISS	N.º Idosos
ERPI Roseiral	60	60	60	1	78	60	78
ERPI Olhos de Água	0	0	0	2	57	45	57
CD Roseiral	45	30	38	3	45	30	30
CD Olhos de Água	33	26	6	4	33	26	26
SAD Roseiral	40	36	36	5	40	36	36
SAD Olhos de Água	40	32	3	4	40	32	32
Total	145	184	143	6	293	229	259

Importa explicar as notas assinalas na figura anterior, para que se entenda a evolução das vagas criadas com a entrega do equipamento Olhos de Água à Misericórdia de Albufeira para explorar, e quando não foram aprovadas as candidaturas, PARES e PRR para a reabilitação e ampliação do equipamento ERPI. Os pontos seguintes são a explicação às notas:



1. Se conseguirmos realizar a obra de requalificação e ampliação, teremos mais 18 vagas;
2. Ainda não foi assinado acordo de cooperação, nem atribuída autorização de funcionamento pelo CDSS-Faro. Os números expectáveis a partir de janeiro serão estes;
3. A funcionar nas instalações do Centro Nossa Senhora de Fátima com 8 utentes em extra acordo em 2023, prevê-se um decréscimo para os números do acordo com a abertura do CD dos Olhos de Água;
4. Assinatura do Acordo com o CDSS-Faro em setembro, para as respostas de CD e SAD pelo que a admissão tem sido graduais e prevê-se que estejam completos os acordos até ao final de janeiro 2024;
5. A funcionar com grande estabilidade pelo que se prevê a continuidade, com alteração da área de intervenção.
6. Temos uma duplicação da capacidade instalada na resposta á comunidade sénior de Albufeira.

A Misericórdia de Albufeira está muito alinhada com as diretrizes europeias vertidas no livro verde para o envelhecimento, e apostamos em cuidados humanizados e prevenção na saúde para promover uma longevidade com qualidade de vida.

1.1.2 Estruturas Residenciais para Pessoa Idosa Roseiral e Olhos de Água

As Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas são respostas sociais na área do envelhecimento, tratando-se de equipamentos coletivos de alojamento permanente ou temporário, destinado a pessoas com mais de 65 anos.

Em 2024, a Misericórdia de Albufeira, terá ao dispor da comunidade duas Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas, a ERPI O Roseiral, já existente, e a ERPI Olhos de Água, com previsão de abertura no início de 2024. Em conjunto dispõem de uma capacidade total de 117 vagas, das quais 60 estão abrangidas pelo Acordo de



Cooperação celebrado com o Instituto da Segurança Social e para as restantes vagas estão a ser efetuadas diligências para realização de acordo de cooperação.

Com esta nova realidade, a estratégia da Instituição passa pela reorganização dos dois equipamentos, com intervenções distintas e de acordo com as características das populações-alvo.

A ERPI O Roseiral, situada em Albufeira, está direcionada para uma abordagem destinada a uma população com maior grau de comprometimento cognitivo, com quadros demenciais instalados e, por consequência, mais dependente. A ERPI Olhos de Água, localizada no novo equipamento social dos Olhos de Água, direciona-se para uma prestação dos serviços para uma população cognitivamente mais funcional, onde também será desenvolvido um projeto intergeracional com a Creche.

Pretende-se com esta perspetiva diferenciada, por um lado, manter e maximizar as capacidades existentes, promovendo uma participação ativa do utente na comunidade e preservando a sua individualidade apesar da sua institucionalização e, por outro lado, diminuir o agravamento de comorbilidades que já se encontravam instaladas, numa perspetiva de conforto e promoção de bem-estar.

Ambos os equipamentos têm como objetivo primordial proporcionar uma resposta de carácter permanente à população idosa, visando a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar. O plano de atuação é centrado no utente e pressupõe um serviço humanizado, personalizado e adaptado à sua realidade. Para tal, pretende-se uma abordagem multidimensional nas áreas da prestação dos cuidados básicos, da saúde, da reabilitação e da socialização. Tenciona-se dar uma resposta eficaz e de qualidade, através de uma equipa multidisciplinar, que permita um trabalho em sinergia e que possibilite uma visão holística do utente, respondendo às suas necessidades nas suas diferentes dimensões.

Tendo em consideração as diferentes abordagens em cada um dos equipamentos, é crucial que se fomente a coesão e o trabalho em equipa, capacitando os recursos



humanos de ambas as ERPI, para que sejam desenvolvidas estratégias específicas e diferenciadas para cada público-alvo. Nesse sentido, pretende-se promover uma resposta colaborativa e harmoniosa entre a equipa de ajudantes de lar, equipa técnica e direção técnica.

Dando primazia ao utente enquanto ser social, importa criar oportunidades para que este participe na comunidade e para que a comunidade chegue ao utente dentro da instituição. Neste prisma, o papel da família torna-se fundamental para o projeto de vida do utente, independentemente da sua institucionalização.

Por forma a garantir uma gestão eficiente e a sustentabilidade das Respostas Sociais e tendo em conta o aumento do custo de vida, torna-se imprescindível reunir esforços para garantir o equilíbrio financeiro dos equipamentos. Importa, ainda, zelar pela boa gestão de recursos ambientais, sensibilizando os colaboradores e utentes para a adoção de boas práticas.

1.1.3. Centros de Dia Roseiral e Olhos de Água

O Centro de Dia é uma resposta social na área do envelhecimento que visa colmatar o isolamento social, favorecendo a permanência dos idosos no seu meio sociofamiliar. A Misericórdia de Albufeira dispõe de dois Centros de Dia, o Centro de Dia Roseiral e o Centro de Dia Olhos de Água, ambos localizados na Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Em conjunto, dispõem de uma capacidade total de 78 utentes, dos quais 56 estão abrangidas pelos Acordos de Cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS).

Relativamente ao planeamento do serviço a prestar ao utente, para o ano de 2024, e atendendo à heterogeneidade dos utentes atuais e das candidaturas recebidas, a estratégia passa por reorganizar os dois Centros de Dia com intervenções distintas de acordo com as características das populações-alvo.



O Centro de Dia Roseiral, localizado no Centro Paroquial Nossa Senhora de Fátima, pela sua estrutura física e por se encontrar num equipamento autónomo, reúne um conjunto de características adequadas a uma abordagem destinada à população com demência. No Centro de Dia Olhos de Água, localizado no novo equipamento social Olhos de Água, pela sua dimensão e por estar acoplado a três respostas sociais, direciona-se a prestação dos serviços para uma população cognitivamente mais funcional, onde também será desenvolvido um projeto intergeracional com a creche.

54

Com esta abordagem diferenciada pretende-se, por um lado, preservar e potenciar as capacidades existentes, promovendo uma participação ativa no meio sociofamiliar e na comunidade e, por outro, evitar o agravamento de comorbilidades que já estão instaladas, numa perspetiva de cuidado, conforto e promoção do bem-estar. Importa, cada vez mais, pensar de que forma podemos manter a utilidade dos que estão velhos e saudáveis, não descurando as necessidades dos que não estão nesta situação.

Para uma abordagem individualizada e centrada na pessoa, e com o compromisso de promover a saúde e o bem-estar, torna-se fundamental apostar na qualificação e capacitação da equipa multidisciplinar, promovendo a coesão e a satisfação da mesma.

A promoção de estratégias que visem a sustentabilidade financeira da Resposta Social continua a ser uma prioridade, sendo imperativo reduzir custos, aumentar receitas e evitar a dívida.

Assumindo um compromisso com as preocupações globais e diretivas europeias quanto à sustentabilidade ambiental, pretende-se adotar estratégias que visem a redução da utilização de recursos renováveis e não renováveis, como o papel, o plástico e os combustíveis.



Importa repensar a forma de cuidar, transformando e adaptando as respostas existentes às necessidades atuais dos idosos e das suas famílias, dignificando o processo de envelhecimento em todas as suas dimensões.

1.1.4. Serviços de Apoio Domiciliário Roseiral e Olhos de Água

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) destina-se à prestação, no domicílio, de um conjunto de cuidados individualizados e personalizados, a pessoas que não consigam satisfazer as suas necessidades básicas.

O SAD da Misericórdia de Albufeira ampliou a sua abrangência com a abertura do novo Equipamento Social dos Olhos de Água. Atualmente conta com dois serviços que irão funcionar de forma articulada por zonas geográficas: um para a zona de Albufeira Centro e a Guia e o outro para a zona de Olhos de Água e as Ferreiras. Atualmente a capacidade instalada é para 80 utentes, com uma totalidade de 68 vagas abrangidas pelos Acordos de Cooperação estabelecidos com o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS).

A equipa é constituída por quinze ajudantes familiares de apoio domiciliário, uma diretora técnica, um técnico superior de serviço social e um técnico da área da saúde.

Com esta nova resposta ao nível do Apoio Domiciliário a Misericórdia de Albufeira consegue efetuar uma resposta mais rápida e eficaz à comunidade do concelho de Albufeira, potenciando a continuidade do idoso no seu meio habitual de vida.

Pretende-se responder aos pressupostos da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), determinados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que prioriza a promoção da qualidade de vida e o envelhecimento ativo e saudável. Desta forma e dando primazia também à satisfação das necessidades do utente e da sua rede de suporte, o SAD, enquanto resposta social, assume um compromisso com a saúde, qualidade, gestão e comunidade, enquanto pilares do seu desenvolvimento estratégico.



Para o ano de 2024, o Serviço de Apoio Domiciliário terá a possibilidade de implementar um projeto inovador, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da iniciativa Gulbenkian *Home Care*. Este projeto visa resolver a questão social das dificuldades de acesso e obtenção de adequados cuidados de saúde, de adequados processos de socialização e de participação na comunidade e de uma adequada estimulação das suas capacidades cognitivas e funcionais. Desta forma, para além do que é preconizado pela prestação de serviços básico do SAD, almeja-se uma abordagem holística do utente.

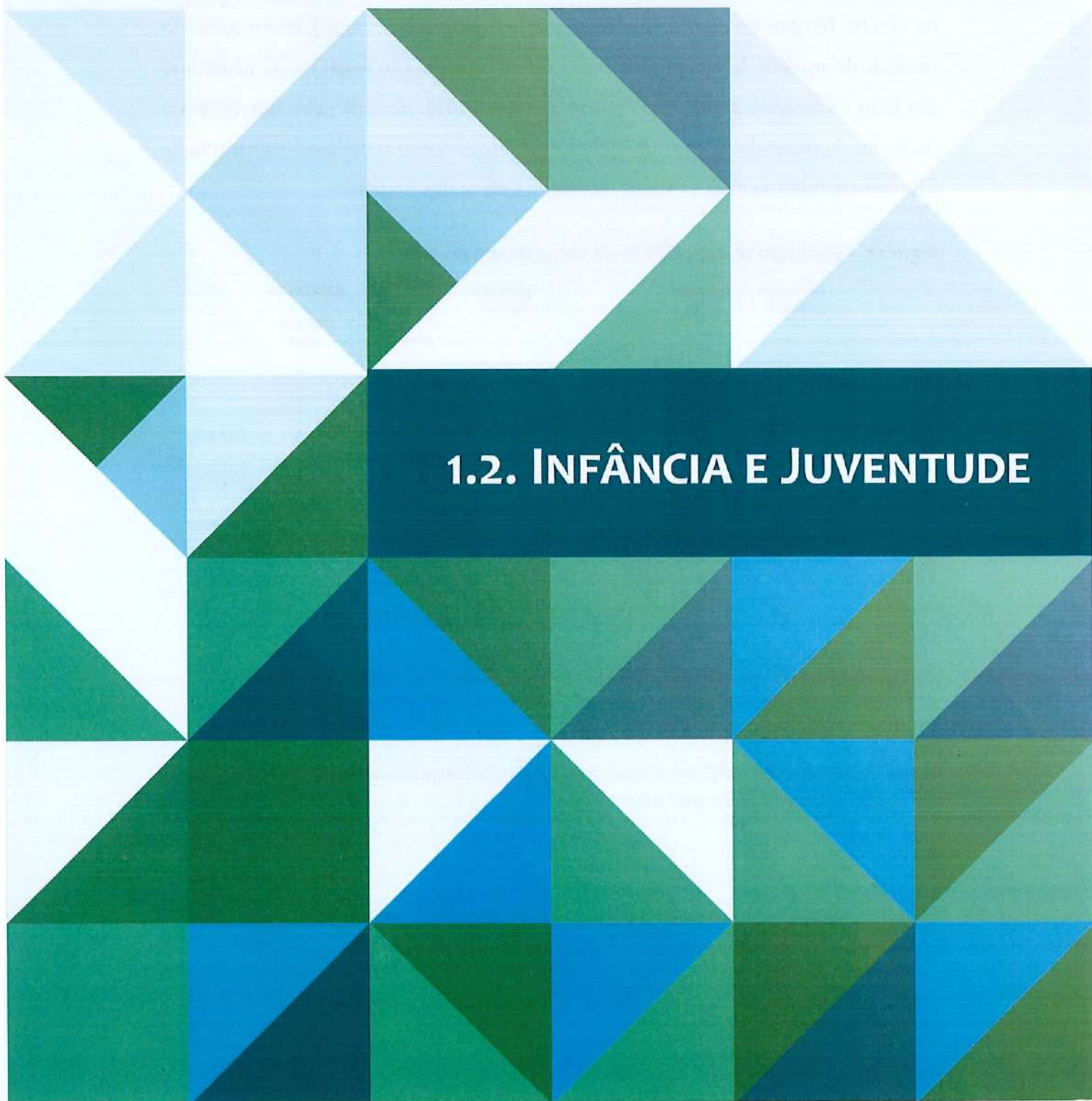
56

Numa perspetiva de sustentabilidade e gestão eficaz é necessário desenvolver esforços, no sentido de manter o bom funcionamento da resposta social, garantir a coesão e motivação da equipa, bem como adotar estratégias que possam garantir o impacto positivo a nível financeiro, social e ambiental.

Com apoios das seguintes entidades:



1.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE



1.2. INFÂNCIA E JUVENTUDE

1.2.1. Creches

A intervenção na área da infância teve o maior crescimento no final do ano de 2023 e como podem observar na figura a capacidade instalada traduziu-se num aumento de 92 vagas disponíveis para o início do ano letivo de 2023/2024. Esta realidade deve-se ao investimento do Município de Albufeira no projeto de remodelação e ampliação da Creche Tempos de Infância na freguesia da Guia (mais 22 vagas), assim como no finalizar do projeto do equipamento dos Olhos de Água (46 vagas). Este acréscimo também se deveu á publicação da portaria 190-A/2023, de 5 de julho que regula o aumento da capacidade, com condições específicas. Neste sentido a Misericórdia de Albufeira aumentou mais 24 vagas na creche Quinta dos Pardais.

58

Figura 5 – Evolução da capacidade da resposta em creche

	Quinta dos Pardais		Tempos de Infância			Quinta dos Pardais		Tempos de Infância remodelado		Nova Creche Olhos de Água		
	N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças		N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças	N.º Salas	N.º Crianças	
Berçário	2	20	1	10	(3) 30	2	20	1	10	1	10	(4) 40
Sala de 1 ano	2	28	1	14	(3) 42	2	28	1	16	1	16	(4) 60
Sala de 2 anos	2	36	1	18	(3) 54	3	60	1	20	1	20	(4) 100
Sala	-	-	-	-	-	-	-	1	18	-	-	(1) 18
Total em Creche	6	84	3	42	(9) 126	7	108	4	64	3	46	(14) 218
Pré-Escolar	2	50	-	-	(2) 50	2	50	-	-	-	-	(2) 50*
TOTAL	8	134	3	42	(11) 176	8	134	4	58	3	42	(15) 268

* para o ano letivo de 2024/2025 deixaremos de ter esta resposta social e será transformada em creche com capacidade para 46 crianças



Para 2024, pretende-se ainda reafectar as áreas do pré-escolar para o desenvolvimento de creche, especializando assim a nossa intervenção junto das crianças de mais tenras idades. Para isso iremos comunicar aos pais e encarregados de educação depois das diligências feitas junto ISS e da DGEST, sendo que estamos articulados com o Município de Albufeira no sentido de criar o menor impacto possível.

A elaboração do plano para 2024 está estruturado em torno de uma ação única e transversal a todos os equipamentos da Instituição. O plano apresenta seis pilares estruturais à nossa intervenção, mais concretamente: Áreas de Conteúdo; Saúde e Bem-Estar; Serviços; Envolvimento da Comunidade e Parcerias; Formação e Competências; Recursos e Manutenção. São descritos os objetivos, as atividades, indicadores, metas e recursos pretendidos que fundamentam e complementam objetivos estratégicos apresentados a seguir.

59

Desenvolver a uniformização de procedimentos para todos os equipamentos

A uniformização de procedimentos é crucial para garantir consistência, eficiência e qualidade dos serviços. É garante a eficiência funcional, facilita a supervisão e o método, promovendo um ambiente de trabalho coeso e cooperativo.

Criar e uniformizar documentação

É fundamental que se estabeleça um padrão claro e consistente na comunicação organizacional. Cria-se eficiência na gestão com a compreensão e aplicação de políticas e procedimentos, evitando ambiguidades e garantindo a clareza nas comunicações internas e externas. Contribui para a padronização de práticas, facilitando a formação de equipas, os métodos e a conformidade com normas e regulamentos, assim como facilita o processo de certificação da qualidade.

Implementar práticas sustentáveis



A Instituição procura otimizar os seus processos, promover a eficiência operacional, minimizar riscos e garantir a satisfação dos clientes. Esta abordagem estratégica é guiada pela necessidade de manter padrões éticos, atender às expectativas e fortalecer a reputação na comunidade.

A Resposta da Infância em Creche é centrada na individualidade de cada criança, valorizando os seus ritmos de aprendizagem e potencialidades. Visa estabelecer diretrizes e práticas, proporcionando um ambiente eficiente e seguro, estimulando a escuta ativa, a observação cuidadosa e a criação de ambientes que promovam o desenvolvimento global.

É um documento de trabalho dinâmico que poderá ser ajustado em função das necessidades das creches, com a missão primordial no superior interesse da criança.

Respostas sociais com acordo e financiamento ao investimento com:



1.2.2. Pré-Escolar

O Pré-Escolar está integrado no equipamento social Quinta dos Pardais, comum a outra resposta social de creche. As intervenções unificam-se pela partilha de infraestruturas, dinâmicas e recursos. A elaboração deste plano visa a mesma orgânica apresentada no ponto anterior, assentando nos seis pilares estruturais, a partir dos quais se descrevem os objetivos, as atividades, os indicadores, as metas e os recursos pretendidos, que fundamentam e complementam os seguintes objetivos estratégicos comuns:



- uniformizar os procedimentos para todos os equipamentos na área da infância;
- reformular toda a documentação para implementação do sistema de qualidade e auxiliando-se da plataforma informática Educabiz;
- implementar práticas sustentáveis.

Os objetivos acima apresentados visam estabelecer diretrizes e práticas e proporcionar um ambiente eficiente e seguro.

O ensino Pré-Escolar adota uma abordagem fundamentada nos princípios das Orientações Curriculares que estabelecem as bases essenciais para o desenvolvimento integral das crianças. O pré-escolar constitui uma fase crucial para desenvolver habilidades cognitivas, sociais, emocionais e éticas necessárias para toda a vida. Criar um ambiente educacional e enriquecedor, alinhado com os princípios orientadores, promove um desenvolvimento holístico e saudável durante este período.

O plano para 2024 é dinâmico e flexível, permitindo a integração de iniciativas que surjam e que sejam consideradas pertinentes e do interesse de cada grupo de crianças. Para o ano letivo de 2024/2025 foi tomada a decisão em sede Mesa Administrativa de encerramento do Pré-escolar, em virtude da oferta pública existente e a falta de atualização das participações pelo Ministério da Educação, o que conduz a um deficit na operação que a Misericórdia não pode continuar a assumir. Pelo que a proposta é a do encerramento para conversão das salas de pré escolar em salas de creche.

A Misericórdia de Albufeira desenvolve a atividade com 1 cooperação tripartido com:



1.2.3. Casa de Acolhimento

A intervenção desenvolvida diariamente na Casa de Acolhimento A *Gaivota* é bastante exigente, e será a mais desafiante para o ano de 2024. No seguimento do Plano Nacional da Garantia para a Infância, quer o Governo de Portugal requalificar todas as casas de acolhimento para crianças e jovens em perigo, a Misericórdia de Albufeira está expectante para verificar como se vai implementar no terreno esta intenção, concretamente que financiamento estará disponível para a requalificação física das casas de acolhimento. E qual será o valor para os acordos de cooperação que vão exigir e bem equipas reforçadas e especializadas.

62

No entanto à data de hoje só nos permitimos a planear o que conhecemos, por isso é necessário olhar para cada criança e jovem de forma individual, contribuindo para o desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais e, acima de tudo, ajudá-las e motivá-las para um futuro promissor. A intervenção deve conceber-se como um instrumento fundamental de acesso à educação, à cultura, à autonomia e ao espírito crítico das Crianças e jovens.

Neste sentido, a intervenção da *Gaivota* para o ano 2024 centra-se na promoção da autonomia e na orientação vocacional dos jovens, na melhoria e adequação dos espaços interiores e exteriores para as faixas etárias dos 6 aos 25 anos dos **46 utentes** que temos á nossa responsabilidade. Assim como no reforço da formação interna para o aumento das competências pessoais e profissionais das equipas.

No que toca aos objetivos estratégicos mantemos o mesmo alinhamento do que o ano anterior, nomeadamente, a qualidade dos serviços, a gestão sustentável e o envolvimento com a comunidade.



Estabilização do Quadro de Pessoal e satisfação dos colaboradores

Neste campo pretendemos potenciar a integração da equipa, melhorando a comunicação e, posteriormente, aumentar a produtividade e motivação dos colaboradores.

Satisfação de crianças e jovens com o serviço prestado

Desejamos que as crianças e jovens sejam parte integrante nas decisões da casa, através de reuniões comunitárias. Em conformidade, pretendemos trabalhar na melhoria das opções de autonomização dos jovens, conforme as suas necessidades específicas, e incentivar a orientação vocacional.

Em conjunto com a nutricionista, temos a intenção de promover uma alimentação saudável com o planeamento das refeições principais e dos lanches.

Com relação aos colaboradores, pretendemos trabalhar na constante melhoria dos procedimentos internos bem como na clara atribuição de tarefas por colaborador e turno. Acreditamos que a atribuição de instrumentos de trabalho e a organização são a chave para a redução de percalços no dia a dia da casa de acolhimento.

Do ponto de vista dos serviços, planeamos alargar os serviços de psicologia e de terapia da fala, que se revelam necessários para a melhor prestar os cuidados de saúde mental. Mais ainda, pretendemos estreitar a colaboração com os serviços de psicologia, ao solicitar o envio de relatórios semestrais, para um acompanhamento mais próximo da evolução de cada criança ou jovem.

Pretendemos implementar um plano de formação, através de formação inicial e contínua, tendo por objetivo a adequação das respostas formativas às necessidades e especificidades da resposta social, promovendo a aquisição de novas competências da equipa educativa.



Pretendemos consolidar o trabalho que foi realizado no ano de 2023, referente à criação de instrumentos de trabalho e de novas metodologias, assim como, preservar a melhoria dos espaços exteriores e interiores da casa e respetivos equipamentos, reduzindo o número de equipamentos danificados.

Gestão Sustentável

No que concerne à gestão sustentável da casa, consideramos pertinente trabalhar a consciencialização ambiental das crianças e jovens para reciclagem dos materiais e resíduos, contribuindo para a redução da pegada ecológica.

64

Paralelamente, pretendemos promover a economia circular da casa ao encaminhar móveis danificados para oficinas de restauro, dentro da instituição, e a reutilização de roupas provenientes de doações.

Envolvimento com a comunidade e parceiros

Consideramos que a Casa de Acolhimento se encontra em constante relação com círculos externos. Assim sendo, pretendemos combater o estigma da Casa de Acolhimento, ao abrir a casa a amigos e familiares das crianças e jovens, bem como proporcionar a vinda de entidades parceiras e benfeitores por fim à realização de atividades lúdicas e de lazer. Pretendemos, também, aprimorar a articulação com a CPCJ e o CAFAP de Albufeira, naquela que é a gestão de vagas e trabalho em parceria no pressuposto do superior interesse das crianças e jovens.

Acreditamos, também, na importância da fomentação de um bom relacionamento com beneméritos, que se revelam um apoio fundamental na atribuição de doações à casa. Por último, planeamos envolver as nossas crianças e jovens em atividades comunitárias, nomeadamente, na inscrição na catequese e escutismo, bem como em ações de voluntariado.



1.2.4. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) é um serviço de apoio especializado a famílias, jovens e crianças e conta com um cordo de Cooperação de 77 famílias, tendo capacidade para acompanhar 100 famílias. No ano que se segue, o CAFAP dedicar-se-á ativamente a uma prevenção plena, através de uma intervenção global com o foco principal no âmbito da infância e juventude: Olhar o futuro é ser o agente de mudança do amanhã construindo um mundo mais justo!

65

Continuaremos assim de olhos postos no **superior interessa da criança** melhorando o acesso aos direitos e serviços essenciais de qualidade do nosso utente. Desta forma, teremos uma abordagem humanista, sistémica, integrada e de proximidade para assumir o nível de concretização dos objetivos ajustado a cada família no sentido da resolução dos problemas.

Prosseguimos com as três modalidades de intervenção: a) **preservação familiar**, que opera no combate à separação da criança ou do jovem do seu contexto natural de vida; b) **reunificação familiar**, nomeadamente, nas situações de acolhimento em contexto institucional, e; c) **ponto de encontro familiar**, que visa a reaproximação e o estabelecimento de vínculos familiares ou a manutenção dos mesmos.

Nesta conjuntura de públicos vulneráveis pretende-se garantir que todas as crianças e jovens tenham uma melhor qualidade de vida, através da concretização dos seguintes objetivos estratégicos:

Desenvolver uma maior aproximação com as famílias para que o plano de desenvolvimento ser cada vez mais em articulação com as famílias, empoderando-as para o papel de pais responsáveis na construção do projeto de vida dos seus filhos. Com uma intervenção mais adaptada a cada família para que possamos concretizar os objetivos de forma a fomentar a capacidade de resiliência familiar e individual.



Fortalecer a articulação e pontes entre parceiros para agilizar as sinalizações e garantir a existência de um diagnóstico mais precoce e evitar a sobreposição de interventores junto da mesma família.

Implementar boas práticas junto das valências na área da infância e juventude existentes na Misericórdia de Albufeira, por forma a intervir de forma precoce e evitar a institucionalização.

A instituição procura otimizar os serviços prestados na área da infância e juventude de forma a garantir uma intervenção mais precoce garantindo que todas as crianças e jovens tenham acesso a um conjunto de serviços fundamentais. Assim pretende-se contribuir em defesa dos direitos das mesmas, progredindo para a igualdade para todos.

Desta forma, vislumbramos um ano 2024 mais próximo das famílias e daqueles que nos permitem uma intervenção sistémica e de proximidade e das entidades parceiras, organizando ações formativas e preventivas de apoio à comunidade.

Pretendemos assegurar um padrão de elevada qualidade na prestação de serviços de apoio a cada pessoa e a cada família de forma a responder, sempre que possível, às suas necessidades e expectativas.





1.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE

1.3. FAMÍLIA E COMUNIDADE

1.3.1. Gabinete de Inserção Social

O Gabinete de Inserção Social (GIS) é uma resposta social da Misericórdia de Albufeira, que inclui um conjunto de respostas integradas direcionada para a Emergência Social e Risco. A intervenção do GIS é informar, orientar, encaminhar sendo o principal objetivo a autonomização dos indivíduos. Os principais eixos de intervenção são para colmatar a carência alimentar e conseqüentemente diminuir a pobreza e exclusão social.

O GIS é uma resposta de primeira linha, na qual os pedidos são encaminhados pelos parceiros com o objetivo de minimizar e solucionar a situação do indivíduo e do agregado familiar, em que o atendimento social de situações urgentes é garantido diariamente por um técnico superior da área social.

No âmbito do objetivo estratégico de **gestão sustentável**, torna-se fundamental minimizar os recursos materiais que utilizamos diariamente, concretamente pretendemos reduzir o consumo de papel, de tinteiros e de eletricidade.

Para melhorar a sustentabilidade financeira, a equipa do GIS pretende manter e reforçar as campanhas de recolha de alimentos, de reciclagem de papel e as parcerias existentes, mais concretamente, com as unidades hoteleiras, os hipermercados, as grossitas e as empresas de restauração.

Pretende-se reforçar a metodologia dos atendimentos sociais e acompanhamentos sociais através do recurso a plataformas tecnológicas para registo destas ações, promovendo uma monitorização mais eficiente e eficaz, para reforçar a **qualidade do serviço**. Faremos inquéritos de satisfação aos destinatários do Gabinete de Inserção Social para avaliar a sua satisfação, mas também para medir o impacto da intervenção. Para concretizar este objetivo é obrigatório reforçar a formação à equipa técnica e equipa operacional.



Relativamente ao **envolvimento da comunidade**, serão realizadas ações de sensibilização direcionadas aos destinatários do GIS, de modo a sensibilizar a comunidade para a participação nas campanhas realizadas ao longo do ano de 2024 (por exemplo, recolha de alimentos, recolha de tampas de plástico, recolha de material escolar) e para a participação nas ações disponibilizadas em parceria com a EAPN para a erradicação da pobreza e exclusão social.

O Gabinete de Inserção Social dispõe de três serviços: atendimento, acompanhamento social e ajuda alimentar, a saber:

69

Atendimento Social - É um serviço dirigido a indivíduos e famílias com o objetivo de minimizar e solucionar situações de vulnerabilidade. Esta intervenção tem caráter individualizado e abrange a dimensão do agregado familiar.

O acesso poderá ser feito presencialmente ou por telefone com vista à marcação de atendimento. O atendimento social em situações urgentes é garantido, diariamente, por um técnico de permanência ou de referência nos locais de atendimento.

Acompanhamento Social - O acompanhamento social é um serviço especializado nas diversas áreas de ação social. Após a admissão do destinatário na resposta social e durante o acompanhamento são desenvolvidas diversas atividades junto de cada pessoa ou família, tais como, o diagnóstico social, as visitas domiciliárias, os planos individuais de intervenção com vista à autonomização do agregado familiar).

Ajuda Alimentar - Ao nível da ajuda alimentar, dispõe-se de três serviços, mais concretamente, o PO APMC, a Ajuda alimentar 3'As e a Cantina Social.

Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - Foi protocolado através do Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), desde 2017. Iniciou o apoio com 293 destinatários e atualmente beneficiam do mesmo **1221 destinatários**. O PO APMC garante 50% das refeições mensais saudáveis, de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde. Os cabazes mensais são constituídos por



produtos secos, congelados e refrigerados. Para 2024, o Instituto de Segurança Social já nos enviou convite para manifestação de interesse, o qual respondemos de forma positiva, apresentando total disponibilidade e capacidade para continuar a operação para os 1221 destinatários.

Programa 3'AS - Resulta de um protocolo efetuado com a Câmara Municipal de Albufeira. Opera desde 2020, sendo garantido atualmente a alimentação a **50 famílias**, nos mesmos moldes do PO APMC.

Cantina Social, O Manjar - Tem Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, distribuindo **50 refeições diárias**, 365 dias por ano, a **25 indivíduos**.

Considera-se que todos temos um papel importante na prevenção e redução do desperdício alimentar e, desde modo, para o ano 2024, a equipa do GIS irá continuar a promover ações de sensibilização com essa temática, como o tema da alimentação saudável e sustentável.

À semelhança de anos anteriores para 2024 o GIS pretende continuar com a articulação com a nutricionista da instituição para a dinamização das ações de sensibilização e para a articulação com as necessidades de toda as respostas sociais a nível de produtos alimentares.

Em suma, o Gabinete de Inserção Social pretende continuar a adequar a sua missão com os objetivos de desenvolvimento sustentável de forma a contribuir para a redução da pobreza e exclusão social, objetivos que são indissociáveis nas atividades desenvolvidas pelo GIS.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



1.3.2. Oficina Ecológica de Cooperação Social - ECOS

Ao abrigo das parcerias para o impacto foi possível implementar com êxito o Projeto Ecos, o qual viu terminada a sua execução no final do mês de outubro de 2023, contudo a Misericórdia de Albufeira não pretende encerrar as portas ao espaço criado para este fim, e para isso irá intervir de duas formas distintas:

Desenvolvimento de Projetos para candidatura a avisos do quadro comunitário 2030

71

Com o objetivo de dar resposta á comunidade, a Misericórdia de Albufeira está a desenhar candidatura para submeter aos avisos financiamento abertos, poderão ser dois projetos que terão como base o espaço ECOS, mas para dois públicos distintos:

- **Aviso ALGARVE-2023-08:** Apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, apoio para Abordagens locais inovadoras de desenvolvimento social e de promoção de estratégias locais de inclusão ativa, que prossigam os objetivos das políticas de integração das pessoas em situação de sem-abrigo e de combate à pobreza.
- **Aviso ALGARVE-2023-04:** Parcerias para a Inovação Social que visem o desenvolvimento e/ou o crescimento de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) com elevado potencial de impacto, na área do desenvolvimento de competências em crianças e jovens. Projeto que está a ser desenvolvido em parceria com o Município de Albufeira, com o qual contamos como investidor social, e as parcerias a formalizar com os agrupamentos de escolas de Albufeira.

Aposta nas atividades artesanais para constituição de uma empresa social

Pretendemos dar bom seguimento á recolha de donativos de bens (roupas, móveis, equipamentos ...) junto de pessoas ou empresas com elevado sentido de responsabilidade social. Estes bens são alvo de uma triagem que define o fim a ser



dado ao bem, em função da condição em que se encontra e as suas potencialidades, com os seguintes objetivos:

- Dar uma nova vida aos desperdícios têxteis criando novas peças de moda através dos mesmos.
- Dar uma nova vida aos desperdícios têxteis criando fio para tecelagem.
- Dar uma nova vida aos desperdícios móveis criando novas peças de mobiliário ou de decoração através dos mesmos.

Mais ainda, em 2024, o ECOS também irá desenvolver a área da tecelagem e da costura criativa. Tenciona-se desenvolver a criação e comercialização de peças, com novos padrões e design, inseridos numa imagem e numa cultura mais moderna. Enfim, o ECOS contará com uma infraestrutura, um conhecimento e uma equipa preparada para desenvolver e receber novos projetos, no âmbito da melhoria contínua e da inovação e intervenção social.

Como último objetivo e o mais relevante para criar rede de comercialização dos produtos criados, iremos criar uma loja online alocada no SITE Institucional da Misericórdia de Albufeira.

Independentemente da estratégia apresentada e da aprovação dos novos projetos, é de fazer notar que o ECOS continuará a efetuar uma intervenção base que o caracteriza, junto das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade no concelho. O ECOS continuará a receber e a fornecer doações às pessoas mais necessitadas, por exemplo, mobiliário, roupa e calçado, e continuará a disponibilizar soluções de balneário e de lavandaria, para satisfação das necessidades básicas e de autocuidado dos mesmos.

Projeto anteriormente financiado por:



No futuro queremos que o ECOS seja reconhecido como uma empresa da economia social, uma marca reconhecida pelo valor do impacto social e ecológico na



comunidade, e garantir a sustentabilidade com grande enfoque na comercialização de produtos artesanais produzidos.

1.3.3. Casa Abrigo

A violência doméstica continua a ser uma realidade no nosso país e no mundo. Porém somente nas últimas duas décadas é que esta problemática ganhou maior relevância pública e política e passou a ser reconhecida como uma violação dos direitos humanos, passando a existir legislação própria. Além de ser considerada uma violação dos direitos, a violência é também um problema de saúde pública, que provoca nos envolvidos consequências físicas e psíquicas.

73

A Casa Abrigo é uma resposta social certificada, integrada na RNAVVD, destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores e/ou dependentes, que pretende afastá-las da situação de violência e apoiá-las na definição de um novo projeto de vida, procurando capacitá-las para o seu empoderamento e autonomização. E com acordo de Cooperação Atípico com o Instituto da Segurança Social.



Na continuidade do trabalho que foi proposto para o ano anterior e no alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável traçados no plano mundial, os objetivos desta resposta social, para a ano de 2024, estão ligados, não só à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes, como à sua sustentabilidade.

Neste sentido, é essencial que o papel da Casa de Abrigo, o seu funcionamento e os limites da sua atuação, sejam devidamente esclarecidos junto das vítimas no início do



acolhimento, assim como os direitos e deveres, enquanto utilizadoras da resposta social, facilitando a sua integração, a mitigação de conflitos.

O público-alvo desta área de intervenção revela, de uma forma geral, alguma fragilidade emocional e psicológica, agravada pela descontextualização provocada pela integração institucional, o sentimento de perda, afastamento do meio familiar e o medo do desconhecido, tornando-se fundamental o acompanhamento biopsicossocial por parte da equipa, que tem uma constituição pluridisciplinar, integrando as valências de direito, psicologia, educação social e serviço social.

74

Propondo-se a equipa Técnica a dar bom cumprimento aos objetivos definidos para o ano de 2024, com o propósito maior de contribuir

A atualização do regulamento interno de acordo com a legislação atual e realidade atual e de outros instrumentos, nomeadamente o manual de acolhimento do utente, são objetivos a concretizar em 2024 (ODS 10 ODS 16).

É também importante que se proporcione um ambiente familiar e de conforto para estas utentes e seus filhos, de modo a minimizar os efeitos da perda das suas referências, sendo essencial a manutenção e melhoria dos espaços físicos.

Deste modo, pretende-se melhorar os espaços e adquirir os equipamentos necessários ao bem-estar dos utentes, facilitadores do trabalho das equipas e com foco na sustentabilidade, através da disponibilização de verba para benfeitorias, conforme Despacho n.º 1470/2019, de 18 de janeiro (ODS 7; 10; 11; 12).

Ainda no âmbito da melhoria dos serviços prestados, considera-se de extrema importância a continuidade do investimento na formação específica das equipas na área de intervenção, nomeadamente no que respeita à intervenção com crianças acolhidas em Casa de Abrigo (ODS 4; 5).



Pretende-se alargar, ainda, os serviços médicos e de enfermagem da Instituição à população alvo desta resposta social, no sentido de garantir um acesso mais célere aos cuidados de saúde quando necessário (ODS 3).

Relativamente à promoção da sustentabilidade da resposta social, pretende-se melhorar a climatização do edifício, otimizar a gestão de stocks e do desperdício, continuar a cumprir o acordo de cooperação no que respeita ao número de vagas e estabelecer parcerias, estimulando o trabalho em rede (ODS 7; 10; 11; 12).

Para 2024, esta resposta social continuará empenhada em reduzir para metade o desperdício alimentar per capita até 2030. Para tal, pretende-se continuar a articulação com o serviço de nutrição no âmbito da elaboração das ementas semanais e respetivas fichas técnicas e da realização de sessões de sensibilização destinadas aos utentes e funcionários. Conscientes da problemática dos maus hábitos alimentares na sociedade atual, também se pretende articular com este serviço no âmbito da realização de acompanhamentos nutricionais individualizados e da realização de ações formativas, que promovam os bons hábitos alimentares de adultos e crianças (ODS 12; ODS 3).

A cooperação e compromisso de todos é fundamental para que se possa enfrentar a complexidade dos problemas vividos na atualidade, no que respeita à sustentabilidade, à manutenção e proteção dos recursos e do mundo que nos rodeia, sendo o trabalho em rede e em parceria fator essencial neste processo (ODS 17).



1.3.4. Aldeia do SANACAI

O Projeto Aldeia do SANACAI é um projeto piloto, iniciado em 13 de abril de 2017. Consiste numa ideia inovadora para o realojamento temporário, com o foco no desenvolvimento de um conjunto de ações promotoras das competências pessoais, sociais e profissionais, com vista a autonomizar agregados familiares de etnia cigana que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

76

Assegura um conjunto de serviços que inclui:

- a atribuição de um módulo pré-fabricado, a cada agregado familiar, livre de ónus e de encargos;
- o transporte escolar de crianças do ensino pré-escolar e do 1º, 2º e 3º ciclos, entre a Aldeia do SANACAI e a Escola, em viaturas da Câmara Municipal de Albufeira;
- o acompanhamento psicológico, o apoio psicossocial e o acompanhamento no cumprimento do plano individual de integração socioprofissional;
- a disponibilização de um conjunto de atividades, para cumprimento do plano individual, tais como:
 - atividades culturais e lúdico-pedagógicas, ateliers ocupacionais e workshops temáticos;
 - ações de educação não formal;
 - apoio escolar;
 - encaminhamento para ações de qualificação escolar ou de certificação profissional;
 - apoio na articulação com entidades externas, tendo em vista a integração socioprofissional.

Capacidade

Acolheu 8 agregados familiares e um máximo de 42 pessoas.



Destinatários

Famílias ciganas.

A entidade promotora do projeto é a Misericórdia de Albufeira em parceria com a Câmara Municipal de Albufeira.



Este projeto inovador criado em 2017, num contexto de adversidade, alcançou resultados positivos e muito importantes para a comunidade, contudo verificou-se ao longo destes 6 anos várias dificuldades que importa em 2024 serem avaliadas e repensar a metodologia de trabalho. O período do covid, consistiu num retrocesso do projeto que importa agora contrariar, para isso é necessário reorganizar a equipa afeta a este projeto, rever a metodologia e criar um sistema de monitorização de impacto da intervenção.

Hoje verificamos que estamos completamente alinhados com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e com o Quadro Estratégico da União Europeia relativo à estratégia para os ciganos a concretizar entre 2020-2030. Também a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, ENCP, 2021-2030, enquadrada no desafio estratégico de redução das desigualdades, a abordagem da ENCP assenta numa visão da pobreza como um fenómeno que exige uma atuação integrada das diferentes áreas setoriais no domínio da intervenção pública, em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, estratégia que nos propusemos alcançar.

Para 2024 e no âmbito dos objetivos estratégicos específicos, a **gestão sustentável**, torna-se fulcral minimizar o consumo da eletricidade e da água, e capacitar para a literacia financeira e digital, para a cidadania efetiva (de e para) e para a alimentação saudável.



Relativamente à **qualidade de serviços**, pretende-se aplicar questionários de satisfação, relativamente aos acompanhamentos sociais, aos habitantes da Aldeia do SANACAI.

No que diz respeito ao **envolvimento com a comunidade**, serão realizados acompanhamentos do percurso escolar de cada criança. Sensibilizar os encarregados de educação para a importância da frequência e promover o sucesso escolar dos menores, pois esta é a verdadeira forma de quebrar ciclos de pobreza, assim, também se pretende manter a frequência dos adultos em ações de formação profissional e integração no mercado de trabalho.

Em suma, o Projeto Aldeia do SANACAI pretende manter o seu funcionamento de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma a contribuir para a redução das desigualdades.

Para assegurar o funcionamento do projeto é importante manter a parceria com a Câmara Municipal de Albufeira, a Rede de Pobreza Anti Pobreza e as entidades de Segurança Pública, mas também verificar a possibilidade de abertura de aviso para financiamento comunitário que garanta a possibilidade de requalificação e ampliação do projeto e contratação de equipa técnica pluridisciplinar.



The background of the page is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of blue, green, and white. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. A dark teal horizontal band is positioned across the middle of the page, containing the section title.

1.4. SAÚDE MENTAL

1.4. SAÚDE MENTAL

A Saúde Mental tem ganho um papel central nas nossas vidas, tanto a nível pessoal como profissional. O mundo está mais complexo e isso tem exigido das Instituições uma maior preocupação no cuidado das pessoas que acolhe, nomeadamente numa adequação dos espaços físicos e aperfeiçoamento das estratégias de intervenção.

Por outro lado, vivenciar um diagnóstico de doença mental engloba todo um conjunto de situações que interferem no bem-estar geral, causando sofrimento e podendo tomar proporções altamente incapacitantes. Mesmo perante um cenário de mudança constante, pretende-se construir um ambiente colaborativo e de implicação coletiva.

O nosso campo de ação assenta em três eixos estratégicos, mais concretamente da Gestão, da Qualidade do Serviço e da Interação com a Comunidade, firmados em 5 metas dos Objetivos Gerais de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente, o Trabalho Digno e Crescimento Económico, as Parcerias para a Implementação dos Objetivos, a Paz, Justiça e Instituições Eficazes, a Saúde de Qualidade, o Proteger a Vida Terrestre e a Produção e Consumo Sustentáveis. Estas metas aplicadas à nossa Resposta Social contribuem para um fortalecimento da nossa ação, na procura de um mundo mais digno, holístico e sustentável, promovendo uma oportunidade única e necessária para apoiar um crescimento sustentável e inclusivo.

A Casa da Paz, integra duas Respostas Sociais, mais concretamente, a Unidade de Vida Apoiada e o Fórum Sócio Ocupacional, que desenvolvem a sua intervenção com indivíduos portadores de doença do foro mental ou psiquiátrico. São duas respostas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 de junho e que necessita com a maior brevidade possível ser avaliada para a integração na Rede Nacional dos Cuidados Continuados em Saúde Mental por forma a adequar à legislação as normas de funcionamento enunciadas no Plano Nacional para a Saúde Mental.



A adequação atrás enunciada pressupõe obrigatoriamente investimento da adaptação do edifício, assim como o reforço da equipa técnica, contudo os valores a serem pagos pela RNCCSM são superiores aos valores atuais pagos por um acordo atípico completamente desatualizado. Esta será a fórmula para a Misericórdia de Albufeira conseguir manter esta resposta de intervenção tão necessária na região e conseguir equilibrar o défice dos resultados anuais. Este é o objetivo estratégico para o próximo ano, concluir um esforço que se iniciou há mais de 10 anos. Atualmente são duas Respostas Sociais com acordos de cooperação atípicos, tripartidos:



Para o ano de 2024, a Casa da Paz procurará dar seguimento à vontade expressa no paragrafo anterior, para a requalificação da RS e integração na RNCC em saúde mental, e empenhadamente dar seguimento para a realização dos objetivos que seguidamente se propõe. Reconhece-se a necessidade de promover de forma constante um melhor ambiente de trabalho, o que por sua vez resultará numa melhor prestação de cuidados e uma consequente melhoria na qualidade de vida da população acolhida.

1.4.1 Unidade de Vida apoiada

Promover melhor ambiente de trabalho - Tenciona-se qualificar, promover boas relações de equipa, priorizar a comunicação, oferecer benefícios, incentivar o cuidado com a saúde mental e física e reconhecer as boas ações dos colaboradores, através da criação das seguintes estratégias:

- Auscultar os trabalhadores através de uma abordagem multidirecional para compreender e melhorar a experiência dos trabalhadores no local de trabalho e identificar e avaliar as suas expectativas, necessidades e nível de satisfação;



- Criar a “caixa de sugestões” como uma ferramenta de coleta de ideias dos colaboradores, as quais são particularmente usadas para entender as melhorias e as mudanças necessárias a implementar. Promover a participação e o envolvimento no processo de melhoria do ambiente laboral e de toda a resposta social.
- Implementar a atividade “momentos com benefício”, a qual pretende estabelecer momentos de pausa no trabalho, com breves atividades de relaxamento, partilha de experiências e socialização, a qual culminará num melhor desempenho e bem-estar do colaborador;
- Capacitar a equipa com ações de formação continua ao nível do aperfeiçoamento de procedimentos nos cuidados diários aos utentes, e ao nível das competências pessoais dos colaboradores mais concretamente a gestão de conflitos, a gestão de tempo, a assertividade e estratégias de comunicação;

Dar continuidade à reestruturação dos espaços físicos da resposta Social - A reestruturação e adaptação dos espaços vão permitir um incremento da qualidade de vida dos utentes e dos serviços que prestamos, oferecendo melhores condições de conforto, mobilidade e segurança. Prevê-se a conclusão das obras em curso no decorrer do próximo ano, projetando a reconversão para os Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental das respostas existentes ao abrigo da atual legislação.

Moderar os hábitos tabágicos dos utentes - fomentar estratégias que funcionem como uma alternativa ao ato de fumar através das seguintes ações:

- Realização de ações de sensibilização na resposta social, assim como, a implementação de terapias de substituição através da realização de encaminhamentos para os cuidados de saúde primários;
- Reforçar a presença dos utentes em atividades, limitando desta forma o tempo anteriormente utilizado para fumar;



- Prolongar o tempo entre pausas para fumar através da participação dos utentes em tarefas da vida diária.

1.4.2 Fórum Sócio Ocupacional

Promover uma alimentação saudável e sustentável - O nosso comprometimento com a sustentabilidade leva-nos a desenvolver ações de sensibilização para colaboradores e utentes que treinem e capacitem para uma alimentação equilibrada e uma redução do desperdício alimentar:

- Pretende-se controlar o empratamento aquando das refeições dos utentes, satisfazendo as suas necessidades alimentares, mas evitando o desperdício;
- Incentivar a uma maior reutilização das embalagens de transporte de comida confeccionada da cozinha central para a resposta social;
- Dar continuidade à elaboração de ementas variadas que promovam uma alimentação saudável;
- Manter a realização de avaliações antropométricas, as quais vão medir para além de outros índices, o peso corporal e os respetivos ajustes na alimentação dos utentes.

Promover a qualidade de vida e a autonomia dos utentes na Resposta Social e no encontro com a comunidade - Projeta-se apoiar os utentes a ultrapassarem as limitações causadas pela doença através da aprendizagem de competências e de novas interações. Impera sensibilizar a comunidade, através do estabelecimento de novas parcerias para aceitar e diminuir barreiras da sociedade, promovendo a autonomia e o exercício de direitos, criando suportes sociais que apoiem e integrem. Todo este percurso assenta na realização de atividades em grupo e individuais, desenvolvidas por uma equipa multidisciplinar que vão abranger os cuidados de saúde, o treino de competências, a promoção da autonomia e o apoio psicossocial.



Fomentar o uso sustentável dos recursos naturais - Procuramos em toda a dinâmica da casa adotar uma postura de conservação dos elementos da natureza. Pretende-se baixar o consumo de energia através da substituição de lâmpadas mais eficientes, baixar o consumo de papel evitando as impressões desnecessárias, proceder à separação do lixo e ao reaproveitamento de materiais num processo de transformação de resíduos em novos produtos, traduzindo-se numa diminuição da poluição e dos custos.



ÉTICA E REABILITAÇÃO

1.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO

1.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO



1.5. DEFICIÊNCIA E REABILITAÇÃO

1.5.1. Lar Residencial

Requalificar e reabilitar espaços no lar, transferir instalações dos ateliers, manter a equipa de colaboradores e prosseguir com a integração de utentes na comunidade são os principais objetivos para 2024.

Requalificar e/ou Reabilitar Espaços no LRSV

As instalações do Lar Residencial de São Vicente têm vindo a necessitar de intervenções mais aprofundadas, de forma a requalificar e a reabilitar espaços, nomeadamente, canalizações, telhado, casa de banhos assistidos, casa de banho dos ateliers, refeitório e sala de estar. Pretende-se continuar com as obras iniciadas no ano de 2023, manter-se as parcerias conseguidas, de forma a realizar-se uma atividade de Responsabilidade Social e a efetuar-se uma festa para angariação de mais fundos, para se alcançar mais recursos para desempenhar o pretendido (ODS17).

Estabilizar a Equipa de Colaboradores

A grande instabilidade na equipa está relacionada com fatores externos, como a sazonalidade da atividade económica principal e falta de mão de obra qualificada na região, o que tem como consequência a grande rotatividade de pessoas. Este constrangimento tem impacto na gestão das equipas e na estabilidade dos utentes. Para contrariar estes fluxos pretende-se criar e reforçar ações para fidelização dos trabalhadores, a saber: em articulação com o departamento dos recursos humanos continuar com o reconhecimento individual no aniversário de cada colaborador/a, reforçar a ações de formação para todos os colaboradores. Por outro lado, conseguir-se através de parcerias e donativos oferecer um cabaz alimentar no Natal (ODS17), que tanto é necessário nos dias de hoje; manter-se o jantar de Natal de convívio entre colaboradores no LRSV e contratar a meio tempo um/a Fisioterapeuta e um/a



Psicólogo/a, que tão importante seria para desenvolver-se um trabalho mais eficiente para com os/as utentes.

Prosseguir com a integração de utentes na comunidade

O LRSV pretende fundamentalmente que os seus utentes mantenham as suas capacidades, sintam-se em casa e possam viver sem discriminação. Tenciona-se continuar a colaboração com as parcerias já alcançadas e conseguir outras parcerias, de forma a prosseguir a integração dos/as utentes na comunidade e que estes sejam vistos como pessoas com características especiais (ODS10).

87

Resposta Social com acordos de cooperação com:



1.5.2. Centro de Reabilitação Profissional

A Unidade de Reabilitação Profissional (URP) desenvolve ações de qualificação profissional de pessoas com deficiência e incapacidades, com idade legal para o trabalho, desempregadas ou à procura do emprego inicial e que não se encontram abrangidas pela escolaridade obrigatória.

A atividade desenvolvida decorre ao abrigo da Medida de Qualificação Profissional de Pessoas com Deficiência e Incapacidade tutelada pelo IEFP, ao nível da Delegação Regional do Algarve.

A ação da URP inclui a planificação, organização, desenvolvimento e avaliação de ações de formação que proporcionam a aquisição e o reforço de competências profissionais, pessoais e sociais orientadas para o exercício de uma atividade



profissional e, deste modo, potenciadoras da integração no mercado de trabalho dos/as formandos/as.

Em 2024, a atividade formativa da URP abrangerá ações de formação inicial de dupla certificação e de formação contínua, desenvolvidas de acordo com referenciais de formação integrados no Catálogo Nacional das Qualificações, adaptados às necessidades das pessoas com deficiência e incapacidade, nomeadamente, de pessoas com alterações das funções mentais, multideficiência e outras, sem condições para aceder a percursos regulares de educação formação.

As ações de formação, duas de Formação Inicial – Pasteleiro/a Padeiro/a e Operador/a de Jardinagem – e uma de Formação Contínua, integram a candidatura iniciada em 2021 e que será concluída em 2024.

Os cursos de Operador/a de Jardinagem e Pasteleiro/a Padeiro/a com a duração de 3 600 horas iniciados, respetivamente, em dezembro de 2021 e junho de 2022, abrangem atualmente 11 pessoas com deficiência e incapacidade, desempregadas e que não possuem certificação escolar e/ou profissional compatível com o desempenho de uma atividade profissional.

Em 2024, os cursos irão entrar na fase final, pelo que a formação decorrerá na modalidade de formação prática em contexto real de trabalho, em empresa enquadradora com atividade económica na área dos cursos. No curso de Operador de Jardinagem este tipo de formação continuará a que foi iniciada em 2023.

Com este propósito serão mantidas as parcerias existentes e criadas novas parcerias, formalizadas em Protocolos de Colaboração. Esta metodologia de formação tem demonstrado ser a mais adequada às características dos/as formandos/as e contribui decisivamente para a sua empregabilidade, ao possibilitar a entrada, de uma forma progressiva e sustentada, no processo de produção e dinâmica de funcionamento da empresa. Por outro lado, promove o envolvimento das organizações significativas no



mundo do trabalho no processo de integração profissional de pessoas com deficiência e incapacidade.

Para que esta fase de formação obtenha bons resultados e, conseqüentemente, contribua para a obtenção de emprego pelos/as formandos/as, é fundamental o acompanhamento especializado monitorize, aconselhe e avalie a formação prática em empresa. Neste contexto, estão previstas ações de acompanhamento da formação em empresa através de contactos presenciais e à distância, com periodicidade regular ou em qualquer momento que um facto imprevisível suscite intervenção técnica.

No final do percurso formativo, prevê-se que 90% dos/as formandos/as obtenham a certificação total, seja dupla certificação ou certificação profissional de nível 2, de acordo com as habilitações escolares existentes à data do início do curso. Os/as outros/as utentes serão certificados/as parcialmente.

A formação profissional e a formação prática em empresa possibilitam a aquisição de competências facilitadoras da inserção sócio laboral. No entanto, o perfil de incapacidade de alguns formandos/as poderá criar entraves à concretização deste objetivo. Nesta perspetiva, considera-se que 55% das pessoas que irão concluir o curso têm boas condições para aceder ao emprego, através de contrato de trabalho ou com recurso, numa fase inicial, a uma Medida Ativa de Emprego do IEFP, IP (Estágio de Inserção ou Contrato de Inserção +).

A ação de Formação Contínua “Capacitar +”, será concluída no início de 2024 após a realização de um percurso de 400 horas. Inclui temáticas nas áreas de Competência digital, Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Relacionamento interpessoal, Ética e Sigilo profissional, Atendimento e assistência a clientes e, ainda, específica na área de cozinha. A constituição do percurso teve origem na perceção de lacunas em vários dos referencias de formação existentes e na observação das



ofertas de emprego que o mercado disponibiliza para pessoas com incapacidades, como o comércio e a restauração.

No final da ação de formação contínua, considera-se que 88% dos/as formandos/as irão ter aproveitamento e, em consequência, obter certificação.

Para o objetivo da qualificação profissional e empregabilidade dos/as utentes que orienta a ação da URP, contribui uma abordagem que promove o seu desenvolvimento transversal e integral como pessoas capacitadas e equilibradas nos vários domínios da vida, condição importante para uma conduta assertiva e adequada no desempenho profissional e na manutenção do emprego.

Neste sentido, o plano de atividade inclui a realização de atividades complementares de formação, tais como as noções básicas de socorrismo e de suporte básico de vida, que permitam a aquisição de conhecimentos para atuar eficazmente em situações de emergência e pequenos acidentes no local de trabalho (por exemplo, cortes, queimaduras, quedas, convulsões, entre outros).

Para proporcionar o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais dos/as formandos/as, serão realizadas sessões de apoio psicológico individual, bem como um workshop mensal sobre postura, atitude e comportamentos promotores do acesso e manutenção do emprego.

O plano de atividades prevê uma visita de estudo à Futurália 2024. Pretende-se possibilitar aos/às utentes a aquisição de conhecimentos e ferramentas através da participação em sessões temáticas relacionadas com a empregabilidade, com metodologias não formais e técnicas ativas e dinâmicas, que permitam vivenciar experiências e praticar ou treinar competências que estimulem a participação e promovam a aprendizagem num ambiente descontraído e semi-informal.

Para a divulgação da atividade formativa da URP e a sensibilização da comunidade para a necessidade da efetiva inclusão de pessoas com deficiência, através do acesso



ao trabalho, o plano prevê a participação no evento OPTO – Fórum de Educação e Formação do Algarve, realizado em Albufeira.

As atividades previstas serão desenvolvidas de acordo com princípios ecológico-éticos da sustentabilidade ambiental, ao contemplar as três regras da preservação ambiental, reduzir o consumo, reutilizar materiais e reciclar, em continuação das práticas sustentáveis implementadas.

Quanto aos recursos humanos, em 2024 pretende-se estabilizar a equipa técnica, com uma gestão que possibilita a articulação e complementaridade das profissionais afetas às ações destinadas à qualificação e empregabilidade das pessoas com deficiência e de ações orientadas para outros públicos com necessidades de apoio especializado. Esta gestão contribuirá para a rentabilização dos recursos humanos, otimização da oferta de serviços aos/às utentes e para a sustentabilidade financeira, através da imputação de encargos consoante a ação desenvolvida.

Em síntese, o Plano de atividades da Unidade de Reabilitação Profissional para 2024 orienta-se para a conclusão das ações iniciadas, com a qualificação profissional e a certificação da maioria dos/as formando/as, o que irá favorecer a sua colocação no mercado de trabalho e efetiva inclusão social.

Como consequência do cumprimento do Plano, o financiamento disponível para o desenvolvimento das ações será integralmente aproveitado, facto que contribui para a sustentabilidade da Unidade de Reabilitação Profissional em conjunto com a boa gestão de recursos humanos, físicos e materiais.

Na Unidade de Reabilitação Profissional, 2024 será um ano atípico e desafiante, dado que a essência da sua atividade, a realização de ações de qualificação profissional com vista à empregabilidade, depende de financiamento público no âmbito de candidaturas à entidade da tutela. No presente, não existem dados sobre o período, enquadramento legal, regulamento e modelo de financiamento da formação para



peçoas com deficiência e incapacidade no próximo ano, após a conclusão do projeto em curso.

No pressuposto que vivemos numa sociedade que quer ser inclusiva, com oportunidades de participação para todos, de acordo com as suas características pessoais, nos vários domínios da vida entre os quais o profissional, espera-se que os programas destinados à qualificação das peçoas com deficiência e incapacidade continuem a existir e que se abram novas janelas de financiamento. Neste contexto, esta entidade formadora irá candidatar-se aos apoios existentes para poder, através da URP, prosseguir com a sua ação na capacitação e inclusão das peçoas com deficiência e incapacidade.

92

1.5.3. Centro de Recursos

O Centro de Recursos desenvolve a sua atividade no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado com o IEFP e é tutelada pela Direção Regional do Algarve. Serve de apoio ao Centro de Emprego de Loulé e Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento, na avaliação e emprego de peçoas com deficiência e incapacidade, residentes no concelho de Albufeira e Silves. A ação do Centro de Recursos concretiza-se nos processos de avaliação, orientação profissional, integração e acompanhamento pós-colocação, de peçoas com deficiência e incapacidade inscritas e encaminhadas por estes Centros de Emprego.

O plano de atividades do Centro de Recursos para 2024 prevê a realização de intervenções técnicas nas ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego, de Prescrição de Produtos de Apoio e de Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação. Conforme o Acordo de Cooperação existente com o IEFP, poderão ser desenvolvidas ações de Avaliação da Capacidade de Trabalho, Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas e Emprego Apoiado, a pedido dos Centros de Emprego, embora estas ações não tenham tido expressão no passado.



A atividade prevista do Centro de Recursos está alinhada com os objetivos estratégicos definidos. Neste contexto, o Centro de Recursos funcionará em articulação e complementaridade com a Unidade de Reabilitação Profissional, estrutura vocacionada para a qualificação profissional e empregabilidade das pessoas com deficiência, ao nível da gestão dos recursos humanos, com afetação às tipologias de ação desenvolvida, recursos materiais e físicos, estratégia que converge para o objetivo da sustentabilidade financeira.

As ações a desenvolver estão orientadas para a satisfação das necessidades dos/as utentes, tanto ao nível da orientação para a qualificação profissional, como da obtenção, manutenção, requalificação ou progressão no emprego e ainda, da atribuição de produtos de apoio para possibilitar e aumentar a funcionalidade. Este é um processo dinâmico com várias fases, desde a avaliação vocacional até ao acompanhamento pós colocação, durante as quais a intervenção técnica do Centro de Recursos tem sempre por objetivo o apoio à concretização do projeto pessoal de emprego. Por conseguinte, a intervenção é diferenciada e exige a procura de soluções na comunidade.

Neste sentido, o Centro de Recursos interage com a rede de interlocutores responsáveis pela empregabilidade local, quer no setor da administração pública quer no setor empresarial, na procura de sinergias facilitadoras da integração dos/as utentes no mercado de trabalho. Neste propósito, o Centro de Recursos pretende manter as parcerias em vigor e estabelecer novas parcerias com empresas, IPSS, Autarquias, Juntas de Freguesia e outras entidades que permitam uma resposta diferenciada adequada às necessidades do/as utentes e consequentemente, o sucesso das intervenções.

Em 2024, pretende-se continuar com a boa prática de atendimentos conjuntos, com técnicos/as dos Serviços de Emprego, a pessoas com necessidades especiais e, ainda, realizar ações de divulgação junto das entidades empregadoras sobre as medidas de apoio à contratação de pessoas com deficiência, promovidas pelo IEFP, IP (Contrato



Emprego Inserção +, Estágio de Inserção, Emprego Protegido e Emprego Apoiado em Mercado Aberto) e sobre o modelo de financiamento para a adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas.

Nas ações de sensibilização e envolvimento da comunidade empresarial para a integração destes/as utentes, será reforçada a importância da responsabilidade social de cada entidade e do cumprimento do Sistema de Quotas ao Emprego, definido na Lei n.º 4/2019, 10 de janeiro.

A informação e sensibilização da comunidade em geral, acerca do potencial de empregabilidade de pessoas com deficiência e incapacidade e da intervenção do Centro de Recursos nestas áreas, será realizada através de vários meios, tais como as redes sociais, os contactos diretos com entidades empregadoras e a participação em eventos relacionados com a qualificação e empregabilidade. Nestes, destaca-se o OPTO – Fórum de Educação e Formação do Algarve, realizado pelo Município de Albufeira.

As atividades serão desenvolvidas de acordo com princípios ecológico-éticos da sustentabilidade ambiental, ao praticar nas ações diárias as três regras da preservação ambiental, reduzir o consumo, reutilizar materiais e reciclar, em continuação de práticas implementadas.

A ação do Centro de Recursos desenvolver-se-à numa valência inovadora, no âmbito de uma parceria com a Valor T, Talento e Transformação, uma agência de empregabilidade para pessoas com deficiência, constituída em 2021, através de um acordo de cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o IEFP, IP e o Instituto Nacional de Reabilitação.

Atualmente a Valor T tem abrangência nacional, ao criar parcerias com Centros de Recursos em todo o território. Esta agência desenvolve um conjunto de atividades, através de uma plataforma digital, para a colocação de pessoas com deficiência no emprego, como o acompanhamento dos candidatos nos processos de recrutamento



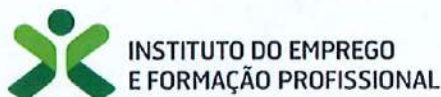
e seleção, o apoio no preenchimento da informação necessária, a análise do perfil do candidato e de postos de trabalho disponíveis, a avaliação e mediação da relação dos candidatos com as entidades empregadoras. Da plataforma fazem parte centenas de empresas de todo o país.

Após a integração profissional, é necessário o acompanhamento destes trabalhadores para facilitar a manutenção e a progressão no emprego. Com este objetivo, a Valor T celebrou Memorandos de Entendimento com Centros de Recursos locais, entre eles o Centro de Recursos da Santa da Misericórdia de Albufeira, uma vez que estes detêm conhecimento das características sociológicas e económicas da região onde o posto de trabalho se situa, o que promove a eficácia e o sucesso do acompanhamento.

Neste contexto, prevê-se que a atividade do Centro de Recursos abranja também ações de acompanhamento pós-colocação de trabalhadores contratados por empresas locais, ao abrigo da metodologia da parceria com a Valor T.

Em súpula, o Centro de Recursos irá continuar e reforçar a intervenção nas áreas de avaliação, aconselhamento e empregabilidade de pessoas com deficiência encaminhadas pelos Centros de Emprego aos quais serve de suporte na intervenção junto destes cidadãos, com o propósito de encontrar soluções e satisfazer as suas necessidades de qualificação, emprego, qualidade de vida e inclusão, em parceria com as organizações da comunidade. A atividade desenvolvida será também orientada para o cumprimento do objetivo da sustentabilidade financeira e ecológica.

Projeto em parceria e cofinanciado por:





1.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

1.6. FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

A Misericórdia de Albufeira desenvolve toda a ação nesta área de intervenção como entidade Formadora Certificada e em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, e são dirigidas a toda a população incluindo as pessoas com deficiência e incapacidade (ver ponto 1.5.2. e 1.5.3.).



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

97

1.6.1. Centro de Formação Profissional a Bussola

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira está certificada pela DGERT em 17 áreas de Educação e Formação ligadas à atividade económica e social da região, como Turismo e lazer, Comércio, Ciências informáticas, Hotelaria e restauração, Indústrias alimentares, Floricultura e jardinagem, Segurança e higiene no trabalho, Serviços de apoio a crianças e jovens, Trabalho social e orientação, entre outras. Também está certificada pelo Ministério da Agricultura e do Mar para a área de formação de Distribuição, Venda e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos.

A Formação Profissional tem como destinatários pessoas profissionalmente ativas que desejam aumentar ou melhorar as suas competências, para manutenção do emprego, progressão na carreira, valorização profissional e certificação especializada.

A misericórdia de Albufeira está muito expectante sobre o quadro de financiamento no Programa Regional do Algarve 2021-2027, no programa para qualificações, emprego e inclusão social para as tipologias de ação de formações modulares e na qualificação de empresários e trabalhadores das empresas a Formação empresarial



conjunta (formação ação) com dois avisos previstos para o primeiro trimestre de 2024, sendo intenção da Misericórdia de Albufeira concorrer como entidade promotora.

O plano de atividades de 2024 inclui a realização de ações de formação profissional de curta duração, com percursos englobados no Catálogo Nacional das Qualificações e nos Programas da DGADR, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural para o setor do uso dos produtos fitofarmacêuticos. Neste âmbito, está prevista a realização de ações ajustadas às necessidades de formação das empresas, definidas com base num diagnóstico interno. A formação irá contribuir para melhoria dos níveis de qualificação e valorização dos recursos humanos, de acordo com os objetivos e estratégias empresariais.

Estas ações podem desenvolver-se em qualquer uma das áreas da educação e formação para as quais existe certificação como entidade formadora. A ação do Centro de Formação consiste na planificação, organização, desenvolvimento, avaliação da formação e certificação dos/as participantes.

O setor da agricultura tem vindo a crescer nos últimos anos no Algarve. Esta atividade obedece a regulamentação muito específica e exigente, nomeadamente em matéria de utilização de fitofármacos, que requer habilitação dos aplicadores. Esta só é reconhecida e validada, mediante certificação obtida em formação homologada pela Direção Regional de Agricultura. No passado recente tem havido procura de formação nesta área. Para dar resposta a esta necessidade de qualificação e certificação de profissionais das áreas da agricultura e jardinagem, o Centro de Formação irá realizar ações de formação inicial e de atualização em Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos.

No seguimento de boas práticas nesta matéria, irá manter-se a parceria com uma das Cooperativas Agrícolas da região, sendo a Misericórdia de Albufeira a entidade



formadora certificada responsável pela organização, desenvolvimento, avaliação da ação e certificação.

A divulgação da atividade e oferta dos serviços do Centro de Formação será realizada por vários meios, tais como, contactos diretos com empresas locais, redes sociais e participação em eventos relacionados com a formação e qualificação, nomeadamente o OPTO – Fórum de Educação e Formação do Algarve, realizado pelo Município de Albufeira.

A atividade formativa planeada irá gerar proveitos, que contribuirão para o objetivo estratégico da sustentabilidade financeira, a par da gestão eficiente dos recursos humanos e materiais.

No que concerne aos recursos humanos, será feita uma afetação de técnicos/as do quadro de pessoal comum a outras estruturas existentes no Centro de Formação, com a respetiva imputação de encargos. O desenvolvimento formativo será feito por formadores/as externos devidamente capacitados/as nas áreas específicas.

As atividades serão desenvolvidas de acordo com princípios ecológico-éticos da sustentabilidade ambiental, ao praticar nas ações diárias as três regras da preservação ambiental, reduzir o consumo através da desmaterialização documental, reutilizar materiais e reciclar, em continuação de práticas implementadas.

Em síntese, o Centro de Formação irá continuar a sua ação contribuindo para a qualificação e valorização profissional de ativos com atividade na comunidade empresarial, orientada para o objetivo da sustentabilidade financeira e ambiental nas áreas em que é certificado.



GIP

1.6.2. Gabinete de Inserção Profissional

Para o ano de 2024, a intenção é a de dar continuidade à atividade desenvolvida desde 2012, pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP). O GIP tem como objetivo reforçar a intervenção do serviço público de emprego na integração profissional e qualificação da população jovem e adulta que se encontra em situação de desemprego.

Alinhada com as estratégias europeias e institucionais, a ação do GIP tem um papel fundamental para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, do trabalho digno e do crescimento económico, bem como para a redução das desigualdades. A sua linha de ação continuará assente na sustentabilidade e na eficiência dos recursos, tanto materiais como financeiros.

Neste pressuposto, a atuação do GIP irá incidir ao nível da capacitação e da promoção de atitudes mais pró-ativas e de autonomia no processo de integração profissional de pessoas em situação de desemprego. Deste modo, a intervenção do GIP irá ter em linha de conta os objetivos estratégicos descritos a seguir.

Capacitar e promover a autonomia

Neste objetivo assume-se a sua grande importância para o desenvolvimento da capacidade de empregabilidade dos candidatos e a sua autonomia no acesso às novas tecnologias. Dentro deste OE haverá, ainda, uma aposta na aprendizagem ao longo da vida da população desempregada, tanto no aumento das suas qualificações como na sua requalificação profissional.

Incentivar atitudes mais pró-ativas na procura de emprego

Este objetivo permitirá aos candidatos adquirir estratégias diferenciadas na procura de emprego, de modo a destacarem-se num processo de recrutamento.



Manter proximidade com o tecido empresarial

Torna-se essencial a articulação com as entidades empregadoras, no sentido da captação de oportunidades de emprego, para facilitar todo o processo de integração dos candidatos.

Contribuir para a redução do número de desempregados

Na perspetiva de que o emprego é um dos fatores principais para fomentar a equidade na sociedade, pretende-se, através deste objetivo, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

101



The background of the page is a complex geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of blue, green, and white. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. A dark teal horizontal band is positioned across the middle of the page, containing the section header.

1.7. CULTO E CULTURA

1.7. Culto e Cultura

1.7.1. A Capela e o Complexo Histórico

Dar a conhecer a vertente histórica e as raízes fundacionais da nossa Instituição foi um dos desafios abraçados durante o ano de 2023 com a abertura ao público, acompanhada de visitas guiadas, da Capela da Misericórdia. Para o ano de 2024 é nossa intenção alargar o leque de oferta de temas e locais de visita. Desta forma no próximo ano serão três os novos espaços que estarão disponíveis para visita, mais concretamente, a Sacristia, a Casa do Despacho e a Antiga Albergaria.

A Sacristia será reaberta como espaço contemplativo, onde será exibido um vídeo acerca das 14 Obras de Misericórdia. Passará então a ser como que uma Sala de Reflexão.

A Casa do Despacho, outrora o local de reuniões da Irmandade, passará a ser um espaço de exposição, onde estarão patentes as Bandeiras da Misericórdia, as opas e os esquifes. Instrumentos médicos utilizados no antigo Hospital Concelhio estarão também em exposição. Neste espaço e em sala própria, também o projeto de requalificação do antigo Hospital Concelhio será divulgado, através de um vídeo ilustrativo.

A Antiga Albergaria, que ao longo dos séculos teve várias funções, terá em exposição não só inúmeros registos relacionados com os *expostos*, incluindo o Livro de Expostos de Albufeira e o Livro de Matrícula dos Expostos, como também antigos paramentos e missais e alguns instrumentos médicos utilizados no antigo Hospital Concelhio.

A promoção e a divulgação da abertura destes espaços serão feitas através das brochuras com a indicação dos horários, a serem distribuídas por espaços culturais e turísticos, como o Museu Municipal de Arqueologia, o Museu de Arte Sacra, a Câmara



Municipal e alguns dos hotéis e alojamentos locais do concelho. Os horários serão igualmente difundidos no site oficial da Santa Casa e respetivas redes sociais.

Também será promovida a divulgação através das escolas e dos centros de dia, para que, nos meses de menor afluência turística, possamos focar como público-alvo os habitantes de Albufeira, abrangendo desde os jovens aos idosos.

Os folhetos já elaborados acerca da Capela serão traduzidos e publicados na língua inglesa e francesa.

O site oficial da Santa Casa, no que respeita ao contexto histórico da Capela, Casa do Despacho e Antiga Albergaria, será atualizado e novos folhetos sobre os dois últimos serão elaborados.

Simultaneamente, continuar-se-á a fazer o levantamento da informação histórica sobre a Misericórdia de Albufeira, para compreendermos a sua fundação, dinâmica e evolução ao longo do tempo. Será necessário fazer pesquisa em bibliotecas municipais, acervos e arquivos históricos, incluindo o Arquivo da Diocese de Faro, para averiguação de alguma documentação, nomeadamente a listagem de nomes dos antigos provedores.

Com o intuito de fazer uma ponte entre o passado e o presente, demonstrando a contínua preservação das tradições, teremos a funcionar numa das salas da Casa do Despacho o nosso atelier de tecelagem. A arte de trabalhar o fio de lã em antigos teares manuais, permitirá ao visitante verificar como eram difíceis o trabalho braçal de outros tempos e a importância de se manter vivas artes e costumes do nosso povo.

1.7.2. Culto

No âmbito do culto, pretende-se dar continuidade às atividades normalmente realizadas, bem como desenvolver outras celebrações que reforcem a ligação entre



os utentes e o carácter religioso, que alicerça a fundação desta instituição. De uma forma sucinta estão previstas as seguintes atividades:

- I. participação dos utentes na catequese, na celebração eucarística e em atividades paroquiais próprias do calendário litúrgico;
- II. continuação da celebração mensal da eucaristia no ERPI O Roseiral, acompanhamento da celebração efetuada no Centro Paroquial Nossa Senhora de Fátima, nos Olhos D'Água, e início da celebração eucarística nas novas respostas sociais do equipamento Olhos de Água;
- III. participação com a Irmandade na Procissão do Senhor dos Passos;
- IV. realização de uma celebração Eucarística, na Quarta feira de Cinzas, pelos Irmãos e utentes padecidos;
- V. realização, com a participação da Irmandade, colaboradores e utentes, de uma Via Sacra no tempo Quaresmal;
- VI. organização e realização da Procissão dos Painéis na Quinta Feira Santa;
- VII. participação com a Irmandade na Procissão do Enterro do Senhor;
- VIII. realização de uma Via Lucis nas novas respostas sociais do equipamento Olhos de Água;
- IX. realização de uma celebração Eucarística, no dia 31 de maio, Dia de Nossa Senhora da Visitação, data da comemoração do aniversário da Instituição;
- X. recitação do terço, no Centro de Dia dos Olhos de Água, todos os dias treze, dos meses de maio a outubro;
- XI. participação com utentes e a Irmandade na Procissão com a Imagem de Nossa Senhora de Fátima, nas ruas dos Olhos de Água.

Serão promovidos encontros entre os jovens utentes da Resposta Social A Gaivota e o agrupamento de Escuteiros de Albufeira, de modo a que estes se sintam atraídos pela vivência do espírito cristão e de escutista. Será uma forma de atrair os nossos jovens para uma realidade que nunca conheceram ou que estão há muito afastados.





PARTE II
SERVIÇOS PARTILHADOS
E CORPORATIVOS

Os serviços partilhados e corporativos são constituídos por várias áreas e departamentos, sendo a principal a Provedoria com a Gestão Administrativa e do Património, o departamento dos Recursos Humanos e Formação Interna, o departamento de Gestão Logística e Central de Compras, o Departamento de Marketing, Comunicação a Gestão Organizacional e Sistemas de Informação, o Departamento de Gestão de Projetos, área dos Assuntos Jurídicos, Contencioso e DPO, e por fim o último, a área da Contabilidade e Finanças.

No departamento de Gestão Logística e Central de Compras estão incluídos os serviços das Compras centralizadas e Gestão de Ativos e Stocks, os serviços de Alimentação, Nutrição e Cozinha Central e os serviços de Manutenção, e ainda, o Setor dos Transportes e o Setor da Lavandaria.

Todos os serviços partilhados e corporativos são transversais a toda a Misericórdia de Albufeira, centralizados nas várias áreas e setores de intervenção e prestam serviços a todas as respostas sociais, utentes, colaboradores da Misericórdia de Albufeira, bem como, em alguns casos, à comunidade de Albufeira.

Cumprindo com as linhas orientadoras definidas pela Mesa Administrativa da Misericórdia de Albufeira, determinou-se para 2024 que os objetivos gerais para a execução deste plano deviam de ser assentes em 3 pilares fundamentais, mais concretamente, de gestão, de qualidade no serviço e de interação com o meio envolvente, correlacionando-os com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovadas pela resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), a para dar continuidade ao trabalho iniciado no ano que agora finda.

A definição dos objetivos e metas foram traçados para o próximo ano e par consequência ao plano estratégico a implementar até 2026, criando desta forma praticas para atingir as metas, não se extinguindo em 2024, por serem práticas que obrigam a uma mudança de mentalidade, atitude e prática por parte de todos os colaboradores da Misericórdia de Albufeira.





2.1. PROVEDORIA, GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMÓNIO

2.1. Provedoria, Gestão Administrativa e Património

2.1.1. Provedoria e Gestão Administrativa

Este departamento depende diretamente da Mesa Administrativa e gere toda a relação com a Irmandade, Serviços Administrativos, assessoria à Mesa Administrativa e restantes Órgãos Sociais.

Os Serviços Administrativos têm um papel fundamental na organização do expediente geral da instituição, assegurando a execução de tarefas administrativas e promovendo a relação com as demais respostas sociais, assim como com os parceiros, organismos e público externo em geral. Este serviço está diretamente relacionado com o Apoio aos Órgãos Sociais.

Articula-se diretamente com a mesa Administrativa nos assuntos do dia a dia da instituição, na organização documental, comunicação direta com parceiros e organizações externas, organização da documentação e restante trabalho administrativo dos demais Órgãos Sociais. Tem como principal função a organização e disponibilização de diversos recursos nunca descurando a preparação do trabalho, políticas adotadas e práticas internas, sempre numa lógica de rentabilização dos recursos ao seu dispor.

Ao nível interno os serviços administrativos são o canal de comunicação com todos os departamentos, respostas sociais e Direções Técnicas. É através destes serviços que a Mesa Administrativa comunica com toda a Misericórdia de Albufeira e recebe de todos informação para transmitir aos Órgãos Sociais.

Em 2024 iremos dar continuidade à desmaterialização dos processos administrativos e iremos iniciar o processo de digitalização do arquivo documental da Misericórdia com recurso a plataformas digitais.



2.1.2. Património

O Departamento de Gestão Administrativa e Património-DGAP, é um departamento estatutário, que depende da Provedoria e desenvolve a sua atividade e executa as suas competências, em três áreas bem definidas e que se articulam entre si: Património Operacional, Património de Rendimento e Património Histórico e Cultural.

Através da gestão de ativos o DGAP continuará em 2024 a desenvolver a sua atividade no sentido de uma contínua valorização do património, quer através de uma gestão mais efetiva do património de rendimento, quer através da exploração de novas unidades de negócio.

No decurso do próximo ano o departamento pretende dar continuidade a intervenções já delineadas, coordenar os projetos de Arquitetura e Especialidades executados por colaboradores internos e/ou externos, assegurando a melhor gestão de recursos financeiros da instituição, sempre de acordo com as estratégias de intervenção e de valorização do património definidas superiormente.

As ações a realizar em 2024 irão pautar-se pelo cumprimento de normas que asseguram as exigências legais, a modernização de funcionalidades, a sustentabilidade e o garante da adequação do uso pretendido a cada edifício/unidade operacional da propriedade da Misericórdia de Albufeira.

No âmbito da gestão de obras e da conservação e manutenção do Património de Rendimento, pretende-se prosseguir com o lançamento, acompanhamento, fiscalização e boa execução das obras de reabilitação planeadas.

Nos prédios de rendimento, o investimento continuará a ter como finalidade a obtenção de um nível superior de receita, garantir a sua sustentabilidade, as boas condições de habitabilidade aos seus arrendatários, com especial determinação na reabilitação dos Apartamentos Rainha D. Leonor. Da mesma forma iremos dar início



ao trabalho de projeto de arquitetura para valorização do prédio da rua Mouzinho de Albuquerque, e iremos analisar todas as propriedades rústicas para verificar o seu potencial de rentabilidade, com o objetivo de apresentar uma proposta aos irmãos para deliberarem em sede de assembleia geral em 2025.

Ao mesmo tempo será dado provimento à alienação dos ativos não estratégicos como o do eixo viário e outros que se encontram em regularização administrativa.

Por outro lado, o Departamento prevê garantir a manutenção e atualização do seu Património Operacional, priorizando o bem-estar e a segurança dos utentes e dos trabalhadores da instituição, nomeadamente através da qualificação do edificado nas áreas do conforto, das acessibilidades, da segurança e da melhoria do desempenho energético-ambiental, considerando o maior desafio para 2024 a reabilitação do edifício Roseiral, o qual dá resposta na área do envelhecimento.

O projeto mais emblemático e querido dos irmãos e comunidade, a requalificação do edificado da Rua Henrique Calado, com o edifício do antigo Hospital, capela, casa do despacho, hospedaria e as quatro casas na muralha aguardam abertura de linha de financiamento comunitário para a concretização do projeto aprovado. Enquanto não se concretiza vamos manter a atividade que iniciamos em 2023 (ver área cultural).

O impacto transversal no tecido económico mundial obriga a Misericórdia de Albufeira a reavaliar a forma como prosseguir com o desenvolvimento de projetos capazes de gerar receita. Neste sentido, procurar-se-á estabelecer parcerias estratégicas, que permitirão a médio prazo alcançar o objetivo de reabilitar o património desta Instituição, em função de novas respostas sociais, novas formas de viver e de trabalhar. Bem como captar, com determinação e espírito de missão, investimento junto dos quadros comunitários, nomeadamente fundos disponibilizados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PPR) e o Quadro Comunitário 20-30.





2.2. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO INTERNA

2.2. Recursos Humanos e Formação Interna

A área de Recursos Humanos tem como principal missão entender a Misericórdia de Albufeira como um mecanismo simbiótico, num processo de avaliação contínua de necessidades e objetivos, de forma a promover um crescimento saudável, sendo para tal necessário que exista uma equipa coesa e comprometida com a Instituição.

Atualmente, com base nos dados de outubro de 2023, a instituição conta com **266 colaboradores**, refletindo um crescimento face ao ano anterior, sendo previsto um aumento significativo para o ano de 2024 decorrente da abertura de novas Respostas Sociais.

Este crescimento obriga a uma reorganização do departamento de Recursos Humanos de forma garantir que haja uma interligação e complementaridade entre as ações: de recrutamento e seleção; de processo administrativo e processamento salarial; de comunicação e formação interna; de valorização e bem-estar dos colaboradores.

2.2.1 Recrutamento e seleção

Nesta área o grande objetivo será sempre o de selecionar a pessoa certa para o lugar certo. Pretende-se ampliar a rede de divulgação para que as ofertas de emprego possam alcançar um número maior de potenciais candidatos. Em colaboração direta com a área de comunicação e imagem, as diferentes ofertas de emprego serão divulgadas tanto no site Institucional, como nas diferentes redes sociais, nomeadamente Facebook, Instagram e LinkedIn, visando uma ampliação do número de visualizações, partilhas e consequentemente número de candidaturas.

A aquisição modulo *Careers*, do software PHC, permitirá uma modernização na receção e tratamento das candidaturas de emprego. Este módulo irá permitir a otimização da seleção e recrutamento garantido uma melhor gestão de currículos,



processos de recrutamento e entrevistas, poupando tempo e recursos na seleção e dando uma maior objetividade à escolha do colaborador com maior melhor perfil para as funções. Esta funcionalidade permitirá a centralização tornando mais simples e intuitiva a seleção e recrutamento, diminuindo o processo administrativo e permitindo uma análise mais rápida e eficaz dos potenciais candidatos.

Neste processo, o objetivo de garantir critérios mínimos de qualificação de acordo com a função a desempenhar, tal como foi definido em 2023, será mantido como estratégia base para uma integração de sucesso.

114

2.2.2 Processo administrativo e processamento salarial

O peso administrativo inerente ao processamento salarial e às ações necessárias para cumprimento das exigências legais da área laboral constitui-se como um processo que exige um grande rigor, o que, muitas vezes, se reflete numa ação morosa e muito burocrática.

Com rentabilização dos softwares de apoio, tanto de PHC como IDONIC, tem-se verificado uma sistematização de procedimentos, que permitem diminuir o tempo despendido nestas tarefas e, em simultâneo, diminuir a probabilidade de erros e aumentar o rigor da execução. As potencialidades dos softwares continuaram a ser exploradas, sendo propostas soluções à medida das necessidades que vão surgindo, visando a continuação da diminuição da carga administrativa e tornando esta área mais eficiente.

Dentro do cumprimento legal, a área de Segurança e Saúde no Trabalho tem um peso relevante, sendo da responsabilidade da área de recursos humanos as convocatórias para exames complementares, consultas de medicina do trabalho, assim como a gestão de acidentes de trabalho. Nesta área pretende-se reforçar a comunicação direta com os colaboradores, reforçando a importância do cumprimento de procedimentos para garantia da segurança dos colaboradores no desempenho das



suas funções. Ainda dentro desta área, considerando que o fardamento adequado e o seu uso correto são essenciais no cumprimento das regras de segurança associadas a cada função, os recursos humanos irão assumir a gestão de fardas com procedimentos de formação e informação referente ao seu uso.

2.2.3 Comunicação e Formação Interna

A formação interna é elemento crucial para o desenvolvimento dos colaboradores, refletindo-se na melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como na rentabilização da gestão dos recursos disponíveis.

No Plano de Formação Anual estão abrangidas duas grandes áreas: a que dá resposta à obrigatoriedade legal, onde são contempladas as ações de Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança Alimentar, Medidas de Autoproteção, e as que dão resposta ao diagnóstico de necessidades apresentado por cada Resposta Social ou Departamento.

Para além do Plano de Formação apresentado, ao longo do ano e devido a fatores externos não previstos, poderá surgir a necessidade de desenvolver ações de formação mais específicas. Nestas situações é analisada a possibilidade de desenvolvimento interno da ação ou de encaminhamento para entidade externa.

Para que o Plano de Formação seja cumprido, serão reforçados os meios de divulgação internos, pretendendo-se criar uma cultura que motive os colaboradores a querer saber mais, a melhorarem as suas competências técnicas e pessoais, fomentando-se o sentimento de pertença e a ligação ao trabalho desenvolvido na Instituição.

Com a aquisição modulo *Careers*, do software PHC também se irá abranger a área da formação, permitindo sistematizar e informatizar toda esta área, permitindo análises mais céleres e detalhadas da tipologia de formação ministrada, colaboradores abrangidos e horas de formação cumpridas.



Nesta área também serão incluídas ações de sensibilização, que têm como objetivo a tomada de consciência para fatores de sustentabilidade, aplicáveis ao quotidiano tanto institucional como pessoal, com enfoque na área ambiental, social e de promoção de uma vida saudável.

2.2.4. Valorização e Bem-estar dos colaboradores.

Durante o ano de 2023 e com foco nas pessoas, iniciou-se uma nova área dentro dos Recursos humanos destinada ao bem-estar de todos os colaboradores, estimulando os sentimentos de pertença, bem-estar e compromisso institucional, a qual recebeu o nome de **CRIAR+**.

As iniciativas desenvolvidas por esta área tiveram uma boa adesão e um impacto muito positivo na satisfação dos colaboradores. Com foco na saúde e bem-estar dos colaboradores, pretende-se reforçar as atividades que proporcionam um equilíbrio entre o bem-estar no trabalho, o bem-estar social, o bem-estar pessoal e familiar e o bem-estar emocional.

Conscientes da multiculturalidade existente no universo Institucional e de que a mesma seja alargada ao longo dos próximos anos, o CRIAR+ pretende desenvolver atividades específicas que permitam divulgar e valorizar a identidade de cada cultura, salientando a importância da interligação com cultura da nacional e regional.

Para atingir estes objetivos, as atividades propostas vão desde momentos lúdicos, ao acompanhamento psicológico individualizado, ações team building, sessões de relaxamento, dinâmicas de grupo e reconhecimento de desempenho. A intervenção a desenvolver visa uma abordagem global e complementar do sentimento de bem-estar, que se prevê refletida no aumento do sentimento de pertença, na diminuição do absentismo e no comprometimento com a Instituição.





2.3. GESTÃO LOGÍSTICA E CENTRAL DE COMPRAS

2.3. Gestão Logística e Central de Compras

Esta atividade é constituída pelas áreas da alimentação e cozinha central, obras e requalificação para além dos setores de transportes e lavandaria. São transversais a toda a Misericórdia de Albufeira, atendem a todas as solicitações e necessidades das respostas sociais, utentes, colaboradores da Misericórdia de Albufeira, bem como em alguns casos à comunidade de Albufeira. Este departamento, constituído por um total de 34 colaboradores, ainda coordena a central de compras e gestão de ativos e stocks.

118

2.3.1 Área das Compras, Gestão de Ativos e Stocks

Prevê-se que 2024 seja um ano tão exigente quanto 2023. A guerra na Europa, agora alargada ao mundo Árabe, a não diminuição da inflação, aliados aos constrangimentos a nível global de falta de matérias-primas e dificuldades nas cadeias de abastecimento a nível dos transportes, irão continuar a condicionar as atividades da Central de Compras em 2024. Cumpre assim continuar a implementar boas práticas que permitam fazer uma transição gradual e efetiva, envolvendo também os fornecedores mais estratégicos para o funcionamento da Misericórdia de Albufeira.

Na gestão de ativos e stock, para 2024, tem como propósito a redução de custos, assim como aproveitar os recursos existentes ao máximo e promover a eficiência de todas as existências. Estes propósitos têm elevado relevo para gerir todo o processo de compras evitando a rutura ou as aquisições e investimentos desnecessários, pretendendo-se, desta forma, que os stocks estejam sempre atualizados no sistema de gestão existente na Misericórdia e ter uma real ideia do que existe.

Para este o fim atrás exposto a Misericórdia de Albufeira irá afetar um recurso humano a tempo inteiro por forma a cumprir com os objetivos a que se compromete e a poder de facto dinamizar e implementar, com o apoio do sistema de gestão, uma



das atividades que mais virá a incrementar o controlo de custos assim como a sua efetiva redução.

Através da gestão de ativos conseguimos coordenar o ciclo de vida dos ativos, avaliando as oportunidades, os riscos e a performance desejada de cada ativo, para estabelecer prioridades. O principal objetivo é sempre maximizar a eficácia dos mesmos durante todo o seu ciclo de vida, minimizar as falhas, reduzir as perdas e maximizar ganhos, conseguindo reduzir os custos e aumentar a produtividade e disponibilidade dos ativos para as diversas atividades que a Misericórdia de Albufeira deles necessita.

119

2.3.2. Manutenção e Obras de Requalificação

As características particulares dos diferentes edifícios onde se desenvolve a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, obrigam a um esforço acrescido deste sector para que se mantenham as condições exigidas de habitabilidade e conforto, quer para utentes quer para colaboradores.

A elevada heterogeneidade das características de construção dos diversos espaços funcionais da Instituição dificulta grandemente a operação de manutenção, não só pela elevada diversidade de materiais utilizados, criando problemas de stock de material, mas também por já não se verificar a comercialização dos mesmos. Acresce a todos estes fatores alguma dispersão geográfica do edificado pelo concelho de Albufeira, bem como a utilização intensiva de todos os equipamentos por via dos públicos alvo que temos como Utentes.

Assim, pretende-se executar, por administração direta ou empreitada, obras de conservação, manutenção e reparação de equipamentos desta Instituição, segundo critérios de eficiência económica e de gestão de recursos humanos e máquinas. Pretende-se promover, em coordenação com as direções técnicas de cada resposta social, medidas de sensibilização para a utilização dos espaços inerentes a cada uma



delas e introduzir alterações de funcionamento que permitam preservar as instalações, diminuindo as intervenções corretivas. Pretende-se prosseguir, de forma constante, a avaliação continua dos riscos de cada edifício, propor medidas de mitigação dos mesmos, de forma a minimizar o número de ocorrências.

Pretende-se dar inspeção e manutenção nos equipamentos de redes de gás, eletricidade e água, incluindo o controlo dos consumos de correntes destas e promoção de iniciativas com vista à otimização de consumos e por consequência a redução de custos.

Com a abertura do Lar e Creche dos Olhos de Água e dado as especificidades das especializadas existentes no edifício, para além de todas as necessidades já existentes nesta área, a equipa de Manutenção será reforçada com um recurso humano com a especialidade de eletromecânica, por forma a podermos fazer as intervenções de primeira necessidade, bem como ao nível das requalificações e manutenções do património existente, e podermos ficar autónomos.

Como concretização iremos continuar, em 2024, a requalificação do Património Operacional do Lar São Vicente e da Casa da Paz, com um investimento global de quase 130 mil Euros, verba esta utilizada para impermeabilizações, requalificação de instalações sanitárias, espaços de utilização dos Utentes e Colaboradores e cumprir com a obrigatoriedade imposta pela reformulação da diversa legislação e normas aplicáveis ao setor de atividade, como é o exemplo das bolsas de inversão para os veículos dos Bombeiros e de ação Médica, obrigatório pelo motivo das acessibilidades.

No âmbito da conservação e restauro do Património Cultural, localizado nos espaços da Capela e Albergaria, para o ano de 2024 urge atuar em dois pontos: Chão da capela e registos fotográficos de antigos provedores e beneméritos desta Instituição. Uma vez que se trata de uma intervenção em património de carácter histórico, serão contactadas entidades com a devida certificação para que durante o primeiro



trimestre do próximo ano sejam executadas as respetivas obras de restauro e conservação das peças e locais referidos.

2.3.3. Área da Alimentação e Cozinha Central

Uma das grandes preocupações da Misericórdia de Albufeira recai, sobretudo, na alimentação daqueles que cuidamos. Lidar com a alimentação é algo que exige muito cuidado, responsabilidade e organização, pois é nosso compromisso fornecer refeições saborosas, seguras e nutricionalmente adequadas às necessidades individuais dos utentes das diversas respostas sociais. Cientes deste nosso compromisso e empenhados na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, para 2024 propõem-se os seguintes objetivos:

1. **Garantir o acesso a saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.** A alimentação é um dos principais determinantes da saúde das populações, pelo que, garantindo a segurança e a qualidade das refeições, asseguram-se condições para um futuro mais saudável.
2. **Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.** O desperdício alimentar constitui um problema à escala global. A nossa Cozinha Central produz em média 1400 refeições diárias, pelo que é fundamental criar estratégias que visem reduzir ao máximo o desperdício alimentar. No âmbito da sustentabilidade ambiental, na nossa operação também pretendemos manter o compromisso de reduzir o material plástico descartável.

2.3.4. Setor dos Transportes

O ano de 2023 foi o início da transformação do modo de propulsão das viaturas da Misericórdia, com a introdução da primeira viatura 100% elétrica. O ano de 2024 será o continuar desta realidade, por força da necessidade de requalificação do parque automóvel, promovendo a redução de custos com a manutenção, tanto a preventiva como a corretiva, motivada pelo excessivo número de km's percorridos e a



deterioração das estradas do Município, bem como na redução do custo com os combustíveis fosseis.

Por via da legislação aplicável ao setor rodoviário, o autocarro de 37 lugares, em 2024, por fazer 18 anos, após a sua montagem de fábrica, perde a certificação para o transporte escolar, situação que fará repensar a utilização do mesmo ou mesmo a necessidade de ter um veículo deste tipo na frota, dado os custos de exploração do mesmo, podendo ser substituído por um novo com 22 lugares.

Ainda relativo às viaturas existentes em 2024, é necessário tomar decisões sobre a continuidade de alguns ativos de viaturas ligeiras existentes na frota, verificando a possibilidade de financiamento ou de candidatura a fundos do Quadro Comunitário para a substituição dos mesmos, sem grande impacto financeiro para a Misericórdia de Albufeira.

Esta ação prende-se à necessidade de substituição das viaturas para o Apoio domiciliário do Roseiral, passando estas a ficar à disposição da Área da Manutenção, que pode perlongar o seu tempo de vida útil por percorrerem menos Km's e já se encontrarem praticamente adaptadas para as necessidades da transformação para carros oficina.

Com a abertura do novo Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche nos Olhos de Água, há a necessidade de adquirir duas viaturas para o transporte dos Utentes do Centro de Dia, com capacidade para 9 lugares, sendo que tem de ser adaptadas para cadeiras de rodas, bem como a aquisição de mais 2 viaturas para o Apoio domiciliário, do tipo comercial ligeiro, perfazendo no total a aquisição de mais 4 viaturas novas. Todas as viaturas, preferencialmente, serão 100% elétricas cumprindo desta forma com a redução de custos em combustíveis, manutenção e diminuindo desta forma a pegada de carbono da Misericórdia de Albufeira.

Conforme o estabelecido no plano de 2023, esta transformação será realizada até 2026, por estarmos perante um investimento de quase 350 mil Euros, não estando de



imediatamente ao dispor desta Misericórdia verba que possibilite no imediato fazer as aquisições necessárias, nem substituições pretendidas.

Porém, existem mais ações a tomar para garantir a sustentabilidade e a redução de custos, que passam por uma reorganização das rotas, com uma adequação dos recursos existentes, conseguindo desta forma racionalizar os percursos e diminuir o gasto com os combustíveis e manutenção, mantendo a frota sempre disponível para o serviço.

2.3.5. Setor da Lavandaria

No seguimento do trabalho realizado da centralização do processo de higienização da roupa, tanto das roupas da Instituição, como dos Utentes, de todas as respostas sociais, na Lavandaria Central, prevê-se que o ano de 2024 seja de maior estabilidade na equipa de recursos humanos afetos a este serviço. Pela exigência da atividade da misericórdia e pela natureza da atividade turística local tem sido difícil estabilizar os recursos humanos afetos a este setor de atividade na Misericórdia. Porém com o aumento do ordenado mínimo e alguns incentivos criados internamente que se encontram à disponibilidade dos colaboradores, como é o exemplo dos cuidados de saúde no trabalho, entre outros, existe uma tendência para a manutenção do pessoal da lavandaria.

Os objetivos são mais abrangentes, dado o parque de máquinas estar muito envelhecido, mas funcional, e não possuir a eficiência energética desejável. Esta transformação passa obrigatoriamente por um investimento em equipamentos de última geração, que substituirão os agora em operação com data do final da década de 90 e princípio da década de 2000, podendo, desta forma, realizar uma atividade sustentada, tanto ao nível ambiental como com a utilização de equipamentos eficientes a nível energético, situação esta já identificada anteriormente.





2.4. MARKETING E COMUNICAÇÃO

2.4. Marketing e Comunicação

O Departamento de Marketing, Comunicação e Imagem (DMCI) prossegue a missão de garantir a gestão integrada de todos os conteúdos e canais de comunicação, assim como a consolidação da imagem e notoriedade da Misericórdia de Albufeira. Enquanto departamento responsável por assegurar a estratégia de marketing global, o DMCI manterá a promoção de uma comunicação institucional dinâmica, visando uma cultura organizacional forte e transversal.

125

Pelo reconhecimento exterior já recebido, a **organização de eventos** será um dos pilares de ação para o próximo ano. A coordenação e a gestão dos eventos Institucionais, garantirá, deste modo, o cumprimento dos objetivos e modelos determinados para os mesmos. Da agenda prevista para o próximo ano, destacam-se a realização: do Festival de Artes Inclusivas, a comemoração dos 50 Anos do 25 de Abril e do III Encontro de Responsabilidade Social integrado nas comemorações dos 525 anos da Irmandade da Misericórdia de Albufeira.

Igualmente, pretende-se associar a imagem institucional a eventos de organização externa, com notoriedade e clara relação com a missão institucional.²⁵ As iniciativas propostas pretendem criar um ponto de encontro para profissionais, académicos, empresas, colaboradores e a comunidade em geral e pretendem promover um sentimento de pertença à comunidade Misericórdia de Albufeira e apoiar o cumprimento da missão institucional.

A relação com os media e com os parceiros será mais um dos eixos estratégicos do DMCI, mantendo o foco na consolidação das parcerias em curso, assim como na identificação de novas oportunidades. Numa ótica de proximidade e cooperação, terão lugar visitas à instituição abertas à comunidade, encontros destinados a parceiros e a disseminação do *Media Kit*.

²⁵ Ver a figura 8



No que se refere à **produção de conteúdos**, pretende-se harmonizar as informações a divulgar, profissionalizando a comunicação das diferentes áreas de serviços da instituição. Desta forma, serão realizadas a divulgação de conteúdos e a comunicação institucional relevante, bem como ações de comunicação interna, focadas na divulgação dos principais projetos e campanhas em curso na Misericórdia de Albufeira, para envolvimento do público interno em todas as atividades de impacto na instituição.

Visando ampliar a visibilidade no altamente competitivo do **mundo digital**, pretende-se recorrer a serviços de assessoria de comunicação. O trabalho na gestão de redes sociais, com produção de conteúdos estratégicos e monitorização da reputação da marca, pretende alcançar resultados expressivos e a monitorização constante das atividades online.

Com o intuito de criar e fortalecer relações com os públicos, será adotado o envio trimestral da newsletter institucional. Com o contacto continuado com os subscritores da newsletter, pretende-se fortalecer o relacionamento entre as duas partes. No que se refere à página oficial da Misericórdia de Albufeira e apontando para o aumento do tráfego de visitantes, será dada continuidade à sua reestruturação.

No âmbito da **comunicação visual**, continuar-se-ão a aplicar os princípios de design que asseguram a consistência e uniformização de todos os meios de identidade visual, desde a marca gráfica à sinalética. Na sequência do crescimento e reabilitação das infraestruturas, surge a necessidade de coordenar projetos de sinalética, que garantam a coerência gráfica e semântica, legibilidade e acessibilidade e potenciem a utilização e a compreensão dos espaços. Pretende-se dar início a projetos de sinalética e a sistema de orientação, no Equipamento Social de Olhos de Água e na Creche Tempos de Infância. Estes servirão de modelo para o Centro Infantil Quinta dos Pardais e para a ERPI O Roseiral, numa primeira instância e futuramente, para as restantes respostas.



Continuando numa ótica de proximidade junto dos públicos-alvo, o ano de 2024 apresenta-se como uma oportunidade de aperfeiçoamento das boas-práticas.

Figura 6 – Principais efemérides e iniciativas previstas para 2024





2.5. GESTÃO ORGANIZACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

2.5. Gestão Organizacional e Sistemas de Informação

2.5.1. Qualidade e Auditorias

Ao Departamento de Qualidade e Auditorias cabe a responsabilidade de desenvolver, implementar, adaptar e manter o Sistema de Gestão da Qualidade, bem como todos os processos e documentação associada, com vista à melhoria dos serviços prestado indo ao encontro das necessidades e expectativas dos seus clientes internos e externos.

A adoção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), integrado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sistematiza a forma de trabalhar da Misericórdia de Albufeira, tendo em vista não só a Qualidade, mas também a Sustentabilidade.

Objetivos

Em 2024, pretende-se implementar e certificar o Sistema de Gestão da Qualidade, baseado no referencial NP EN ISO 9001:2015, no Equipamento dos Olhos de Água e continuar a implementação nos serviços centrais e restantes equipamentos.

A Sustentabilidade é uma preocupação assumida pela Misericórdia de Albufeira, pelo que pretende desenvolver um Programa de Sustentabilidade baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Sendo o nosso público, um público vulnerável também em 2024 iremos reforçar as boas práticas de higiene e segurança alimentar em todos os equipamentos.

O aumento das competências e conhecimentos dos funcionários tem um papel fulcral no desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança Alimentar e Sustentabilidade, pelo que em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos será definido um Plano de Formação nestas matérias a todos os funcionários.

Por fim, mas não menos importante irá ser feita uma aposta na informatização dos processos com vista a agilizar os procedimentos, melhorar a rapidez e acesso à informação, reduzir eventuais lapsos e o consumo de papel.



Estratégias

Para que possamos executar os objetivos propostos iremos:

- I. Elaborar e executar um Plano de Formação em matéria de Qualidade, Sustentabilidade e Segurança Alimentar;
- II. Reuniões mensais com as Direções Técnicas dos Equipamentos e Responsáveis dos Departamentos Centrais por forma ao desenvolvimento dos processos e documentação do Sistema de Gestão da Qualidade;
- III. Identificação das atividades desenvolvidas pela Misericórdia de Albufeira na área da Sustentabilidade.
- IV. Seleção de um software de informatização dos processos;

130

2.5.2. Sistemas de Informação

Ao Departamento de informática cabe a responsabilidade de manter a infraestrutura e os serviços eletrónicos da instituição operacionais, bem como a sua atualização tecnológica. Tem funções de assessoria, avaliação, execução e suporte técnico dos departamentos e respostas sociais existentes, permitindo a ligação entre os demais departamentos e as direções institucionais e a informação e a comunicação de e para os colaboradores, através das plataformas e dos emails institucionais.

Objetivos

O ano de 2024 será um ano de evolução tecnológica, no qual se irá investir na modernização dos equipamentos existentes, na aquisição de equipamentos novos e mais rápidos, que permitam uma redução nos consumos energéticos, tendo sempre em mente a otimização dos recursos existentes. Também se pretendem criar mais sistemas de segurança e de redundância nos serviços essenciais da instituição, para que haja uma alta disponibilidade em caso de falha de sistemas. A Cibersegurança é um ponto fulcral, para o ano 2024, investindo-se em sistemas de controlo e de acesso físico e digital permitido, que o acesso à instituição e à sua informação seja mais controlado. A redução no consumo de recursos continua a ser um objetivo para o ano



2024, minimizando a utilização do papel e os demais consumíveis, criando maior suporte para o arquivo digital de documentos, não esquecendo a eletricidade e água.

Estratégias

Como objetivo estratégico define-se a continuidade da melhoria de processos, investir na investigação e desenvolvimento na área da Cibersegurança, para melhorar a infraestrutura e aquisição de competências através de formações, é uma estratégia que também passa por formar a equipa técnica, através de formações e workshops de Colaborador Ciberseguro e práticas de Ciberhigiene. Também é um objetivo estratégico a colaboração com o departamento de qualidade, na ajuda dos procedimentos e registo de processos internos, permitindo melhorar o controlo e o acesso ao tratamento da informação, seguindo as diretrizes do RGPD.

131

Como objetivos específicos para 2024 propomos:

- I. profundar o conhecimento em Cibersegurança e adotar melhores práticas para proteger sistemas e dados;
- II. Implementar um plano de segurança e risco nas Tecnologia de Informação;
- III. Reforçar e integrar os sistemas de informação e promover o conhecimento no corpo técnico da instituição;
- IV. Consolidar a estratégia de transição digital e diminuir o papel na instituição através de formulários;
- V. Melhorar e ampliar a infraestrutura informática para que todos possam aceder à informação e internet;
- VI. Limitar o acesso às infraestruturas da instituição, implementando sistemas de controlo de acesso a colaboradores e utentes;
- VII. Implementar o acesso à internet gratuita a todos os utentes da instituição e colaboradores;
- VIII. Monitorizar e otimizar os recursos de equipamento existentes, controlando os gastos desnecessários na aquisição ou reparação de hardware;



- IX. Criar sistemas de disaster recovery e alta disponibilidade em caso de falha ou perda da informação por motivos de ataque de malware ou falha física dos equipamentos;
- X. Rever e otimizar os processos internos do departamento de informática, para aumentar a eficiência operacional e reduzir custos;
- XI. Implementar projetos estratégicos de rede, como a migração e virtualização do sistema voip interno, seguindo as metas da organização definidas para a comunicação em toda a Instituição;
- XII. Realizar revisões periódicas para avaliar o progresso em relação aos objetivos do departamento, através de pools e da verificação de tickets e de pedidos de suporte duplicados





2.6. GESTÃO DE PROJETOS

2.6. Gestão de Projetos

2.6.1. Néctar

O Projeto Néctar, enquadrado num programa Erasmus, tem como premissa a promoção e o desenvolvimento de formação na área da cozinha adaptada. O projeto iniciou a sua execução em 2020 e tem o seu término em dezembro de 2023.

O ano de 2024 constitui-se assim como um ano de desafios dada a pretensão de replicar, a nível nacional, a formação piloto executada pelos diferentes parceiros do consórcio. Para o efeito, tomam-se 2 objetivos principais: a introdução da formação no Catálogo Nacional de Qualificações e a replicar da formação nas Misericórdias do país.

O Instrumento de gestão estratégica de qualificações de nível não superior, o Catálogo Nacional de Qualificações, tem como objetivo regular, estruturar e articular as diferentes ofertas educativas e formativas. Providência as competências profissionais necessárias ao desenvolvimento das diferentes áreas de formação, tendo por base a sua relevância e adequação às necessidades do mercado de trabalho.

Criado com a contribuição dos diferentes parceiros do consórcio, o referencial da formação piloto, não se encontra atualmente integrado no Catálogo Nacional de Nacional de Qualificação. Esta integração constitui-se como o principal objetivo para o ano de 2024, com a concretização de todas as etapas que envolve a creditação e certificação do plano curricular existente.

No que se refere ao replicar desta ação, foi há muito identificada a necessidade de existir uma formação na área de cozinha que se diferenciasse da hotelaria e da restauração e que apresentasse como foco as necessidades mais específicas dos utentes. Por isso, foi realizado, junto das restantes misericórdias, um diagnóstico de



necessidades de formação. O resultado obtido espelhou a unanimidade e, também, a urgência da formação de profissionais que trabalham nas cozinhas das instituições.

Constitui-se como grande objetivo a realização de ações de formação num modelo híbrido, que permita chegar ao maior número de Misericórdias, independentemente da distância a que as mesmas se encontram, e que qualifique os profissionais que trabalham nas mesmas. Desta forma, é assegurado não só um aumento da qualidade do serviço prestado, como também da individualização do mesmo em função das especificidades dos destinatários.

135

No futuro pretende-se a sua expansão para instituições que trabalham na área da saúde, para além das Misericórdias, como forma de combate as necessidades evidenciadas por todos.

Projeto realizado em consorcio com entidades de países europeus e cofinanciado por:



2.6.2. ECOS e Inovação social

O ano de 2024 iniciará, eventualmente, com ações ainda decorrentes do término do Projeto ECOS e, certamente, com pelo menos uma candidatura submetida para um novo projeto na área da inovação social. O Projeto ECOS desenvolveu e validou um modelo de intervenção social inovador que mostrou ser muito eficaz. Em 2024, pretende-se desenvolver e estender a aplicação do modelo a novos grupos-alvo, de modo a consolidar a intervenção social de sucesso efetuada no concelho de Albufeira. Deste modo, a continuidade da operação do ECOS, com a implementação



de uma nova Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES), apresenta-se como o grande objetivo para 2024.

No momento da presente redação, desenvolvem-se esforços e ações no sentido de se efetuar a candidatura de um projeto no Programa Portugal 2030, programa que fixa os grandes objetivos estratégicos de Portugal para os anos de 2021 e de 2027 e, mais concretamente, a candidatura no âmbito do Programa Regional Algarve 2021-2027 (ALGARVE 2030). Mais precisamente, pretende-se desenhar e implementar um projeto na área do desenvolvimento de competências das crianças e dos jovens. Pretende-se fortalecer as competências e os recursos das crianças e dos jovens, para lidar com os desafios do seu desenvolvimento pessoal, através da conceção e do fornecimento de produtos e serviços com um impacto social positivo.

136

A presente proposta de atuação na área da inovação social enquadra-se na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e, por sua vez, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais da EU e, ainda, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, mais concretamente, da Erradicação da Pobreza (ODS 1), da Educação de Qualidade (ODS 4) e da Redução das Desigualdades (ODS 10). O desenho e a implementação do projeto articulam-se com outras estratégias ou domínios de atuação, dirigidos a grupos sociais em situação de vulnerabilidade nos quais se pretende intervir, mais especificamente, a crianças e jovens em risco de insucesso e abandono escolar, a jovens NEET, a pessoas de etnia cigana, a migrantes, a refugiados e a deslocados da Ucrânia. Para o efeito, perspetiva-se um projeto que inclua indicadores que evidenciem um impacto positivo na redução da pobreza ou exclusão social, na melhoria de níveis de referência associados à educação e formação e, em geral, de aumento do valor ou benefício social produzido nas pessoas e nas famílias do concelho de Albufeira.

Projeto a ser cofinanciado por:





2.7. ASSUNTOS JURÍDICOS, CONTENCIOSO E DPO

2.7. Assuntos Jurídicos, Contencioso e DPO

A Misericórdia de Albufeira tem contratos com gabinetes jurídicos para assegurar a assessoria jurídica a todos os Órgãos Sociais, Unidades Operacionais e Departamentos que compõem a Misericórdia de Albufeira, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade institucional, e, ainda, assegura o patrocínio judicial da Instituição, perante as várias instâncias judiciais e extrajudiciais, procurando, sempre, dar uma resposta organizada, especializada, célere e rigorosa, ao aumento das solicitações, agregando o máximo de áreas de atuação possível para atingir os objetivos pretendidos.

138

2.7.1. Assuntos Jurídicos e Contencioso

Tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as especificidades de cada Unidade operacional, exigem do apoio jurídico e contencioso um esforço para dar resposta a todas as solicitações diárias, o que se prevê que continue. Assim, considera-se que o apoio jurídico e contencioso é essencial:

- Na prestação de assistência técnica-jurídica às Unidades Operacionais, Departamentos, Gabinetes e outros serviços da Misericórdia de Albufeira;
- Na organização e preservação do património e arquivo normativo da Misericórdia;
- Gestão e monitorização da documentação com relevância vinculativa das diversas áreas de negócios, designadamente, contratos e protocolos;
- Na elaboração e preparação dos atos de autenticação e de registo, designadamente, procurações, termos de autenticação e reconhecimento de assinaturas, certificação de documentos; assegurar a legalidade dos processos e representação e patrocínio da Instituição em sede judicial.
- Patrocínio em processos judiciais, administrativos, de arbitragem e contraordenacionais;



- Elaboração, Validação e Monitorização de Contratos, Protocolos, Aditamentos, entre outros;
- Elaboração de pareceres e regulamentos;
- Tramitação de processos de maior acompanhado das U.O.: início de processos judiciais, acompanhamento, monitorização, atualização de medidas de acompanhamento e, articulação com diversas entidades públicas;
- Monitorização da legislação em vigor referente à respetiva área de atuação das U.O.;
- Cobranças dívida em Contencioso;
- Acompanhamento e Apresentação de contraditório de reclamações das U.O.;

Pretende-se que o apoio jurídico e contencioso possa assegurar e promover, em estreita colaboração com as demais UO atualização e melhoria dos processos e contratos nas mais variadas áreas de intervenção da Instituição

2.7.2. Data Protection Officer (DPO)

Nesta área temos como propósito a consolidação de uma cultura de Proteção de Dados e monitorização da conformidade das atividades e procedimentos da Misericórdia de Albufeira com o Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável, disponibilizando para tal, um conjunto de conceitos e informações de boas práticas, divulgação de Políticas, emissão de pareceres ou orientações, aconselhamento na Avaliação e Tratamento do Risco, e promovendo ações de sensibilização e formação.

O DPO prossegue as competências definidas no RGPD, relacionadas com a segurança e proteção de dados, nomeadamente:

- I. Controlar e regular a conformidade do tratamento;
- II. Prestar aconselhamento e controlar a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados;



- III. Cooperar com a autoridade de controlo;
- IV. Ponto de contacto para os titulares dos dados.

As atividades desenvolvidas pelo DPO destinam-se, fundamentalmente, às seguintes entidades: Clientes/Utentes, Colaboradores, Subcontratantes e Entidades Parceiras.

Desde a sua criação, tem havido um esforço de consolidação do modelo de Governança do Gabinete do DPO, que se desenvolve em três planos: Enquadramento Legislativo/RGPD, Gestão de Processos, Monitorização da Conformidade

Para 2024 é desejável criar a Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados, que funciona como órgão consultivo, reunindo, assim, diferentes sensibilidades e abordagens sobre a temática da Proteção de Dados, nomeadamente na perspetiva Jurídica, de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação, Saúde e outras, e definem-se a seguir os seguintes objetivos:

1. Aperfeiçoamento do modelo de Governança da Proteção de Dados, com especial incidência na Gestão de Processos e Monitorização da Conformidade;
2. Prosseguir com o acompanhamento das ações de sensibilização/formação sobre Proteção de Dados Pessoais;
3. Reforçar a atenção na aferição da necessidade e acompanhamento das Avaliações de Impacto sobre Proteção de Dados;



The background of the page is a complex geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of blue, green, and white. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. A dark teal horizontal band is positioned across the middle of the page, containing the section title.

2.8. CONTABILIDADE E FINANÇAS

2.8. Contabilidade e Finanças

Num setor tão exigente como o social, o departamento financeiro assume um papel preponderante na administração dos recursos da instituição, visando garantir uma gestão financeira eficiente de forma a manter o equilíbrio do balanço patrimonial.

Para o planeamento de gestão dos recursos financeiros é crucial uma visão sistémica e estratégica do setor, e dispor de uma estruturação financeira bem definida.

A realização do planeamento financeiro é possível com dados fornecidos através dos registos contabilísticos, pelo que a utilização de equipamentos e ferramentas informáticas torna todo o sistema mais célere no fornecimento da informação contabilística. Desde 2020 que se tem vindo a atualizar os módulos do sistema PHC, de modo a possibilitar uma programação e configuração mais ajustada à realidade e à dimensão da instituição.

Para o ano 2024 propõe-se a continuidade da automatização do software PHC, a utilização do sistema educabiz na versão da faturação das creches, que até agora só está a ser utilizado na versão da componente pedagógica e ainda a utilização da plataforma seniorbiz para a área do envelhecimento quer no plano individual de cuidados de cada utente, bem como na gestão da faturação.

Estes dois novos sistemas fornecem um serviço completo e inovador, em que o objetivo é centralizar toda a componente individual dos utentes agregada à gestão de valores, e por sua vez compatibilizar com o software de tesouraria e contabilidade.

Qualquer alteração ao nível do sistema informático requer sempre muita cautela e prudência para que a sua implementação se concretize com sucesso, pelo que nos propomos a caminhar de forma ponderada para atingir o objetivo durante o ano.



The background of the page is a complex geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of blue, green, and white. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. A dark teal rectangular block is positioned on the right side of the page, containing the text.

REFERÊNCIAS FINAIS

Referências Finais

O Plano de Atividades e o Orçamento apresentado para 2024, mais uma vez, representa um esforço de previsão e assume um compromisso com a Irmandade. Esse compromisso consubstancia-se numa palavra: trabalho. Alcançar resultados através desse trabalho só irá ser possível com o empenho de todos.

Fomos exigentes na elaboração do Orçamento, o que nos vai obrigar a uma execução rigorosa. Esperamos, ao longo de 2024, poder cumprir a deliberação da Assembleia Geral de contratualização de financiamento para a reabilitação do Roseiral e dos Apartamentos Rainha D. Leonor.

Será um ano complexo e de muito trabalho pelo crescimento da atividade operacional que nos vai obrigar a aumentar o número de recursos humanos nas respostas sociais e na sede, paralelamente teremos obras a iniciar e projetos a serem concretizados para licenciamento e assim poderemos alcançar os recursos para os investimentos necessários à modernização dos nossos equipamentos e consolidar a próxima década.

A todos aqueles que conosco partilham esta ideia de Misericórdia, o nosso agradecimento pela confiança demonstrada e o empenho pela solidariedade enunciada. É nas parcerias efetivas, na cooperação e no diálogo constante que nos conseguimos fortalecer para continuar a caminhada.

Por fim, pedimos o apoio da irmandade em sede de Assembleia Geral, que em legitimidade democrática consubstanciada se manifeste com o seu voto favorável ao Plano de Atividades e Orçamento para 2024.





The background of the page is a complex geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of blue, green, and white. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. A large, solid dark teal rectangle is positioned in the lower right quadrant, serving as a backdrop for the title.

ORÇAMENTO

3. ORÇAMENTO

Dando cumprimento ao inscrito na alínea c) do número 1, do artigo 21.º, do Compromisso desta Irmandade, vem a Mesa Administrativa da Misericórdia de Albufeira, apresentar o Orçamento de Exploração Previsional para o ano de 2024 para apreciação e votação.

A presente proposta de Orçamento para 2024 apresenta um modelo analítico assente em 7 Áreas de atuação, apresentadas da seguinte forma:

147

Envelhecimento | Infância e Juventude | Família e Comunidade | Saúde Mental | Deficiência e Reabilitação | Formação, Empregabilidade e Projetos

A Misericórdia de Albufeira desenvolve a sua ação em diferentes áreas de exploração, que se encaixam nos diversos Centros de Custo agrupados pela natureza da sua atividade:

Área do Envelhecimento

Estrutura Residencial Pessoas Idosas O Roseiral | Centro de Dia O Roseiral | Serviço de Apoio Domiciliário O Roseiral | Estrutura Residencial Pessoas Idosas Olhos de Água | Centro de Dia Olhos de Água | Serviço de Apoio Domiciliário Olhos de Água | +Próximo (Gulbenkian Home Care)

Área da Infância e Juventude

Creche Tempos de Infância | Creche Olhos de Água | Centro Infantil Quinta dos Pardais | Casa de Acolhimento a Gaiivota | Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Família e Comunidade

Gabinete de Inserção Social | Oficina Ecológica de Cooperação Social | Casa Abrigo Aleia do SANACAI



Área da Saúde Mental

Casa da Paz - Unidade de Vida Apoiada e Fórum Socio-Ocupacional

Área da Deficiência e Reabilitação

Lar Residencial São Vicente | Centro de Reabilitação Profissional | Centro de Recursos

Formação Profissional, Empregabilidade e Projetos

Centro de Formação Profissional a Bússola | Gabinete de Inserção Profissional e SQILLS by Ecos

Toda a área de atuação operacional está interligada com os serviços partilhados e Corporativos da Misericórdia de Albufeira, em que os seus resultados estão incrementados nos vários centros de custo, uma vez que oferecem serviços especializados transversais a toda a instituição, nomeadamente:

Serviços Partilhados e Corporativos

Provedoria e Gestão Administrativa e Património | Recursos Humanos e Formação Interna | Gestão Logística e Central de Compras| Marketing, Comunicação | Gestão Organizacional e Sistemas de Informação | Gestão de Projetos | Assuntos Jurídicos, Contencioso e DPO | Contabilidade e Finanças



3.1. Pressupostos para Elaboração do Orçamento

O Orçamento para 2024 mantém essa regra, atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência. No entanto, no dia 31/10/2023 o Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilista (CNC) emitiu um parecer sobre a correta contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado, em que:

149

“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72);

Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração (Conta 75)”.

Reclassificação da Conta 72 e da Conta 75 por Respostas Social com frequência de utentes

Reclassificação da Conta 72 e da Conta 75	Valor	Reclassificação (-)	Reclassificação (+)	Orçamento 2024
São Vicente				
Vendas e serviços prestados	131 524		684 634	816 158
Subsídios à exploração	685 459	-684 634		825
O Roseiral				
Vendas e serviços prestados	716 852		632 743	1 349 595
Subsídios à exploração	754 377	-632 743		121 634
Casa da Paz				
Vendas e serviços prestados	95 052		265 914	360 966
Subsídios à exploração	276 596	-265 914		10 682
Olhos de Água				
Vendas e serviços prestados	828 774		502 508	1 331 283
Subsídios à exploração	859 739	-502 508		357 231
	4 348 373	-2 085 799	2 085 799	4 348 373



A imputação dos gastos e rendimentos dos serviços partilhados e corporativos, pelos centros de custos das unidades operacionais da Misericórdia de Albufeira, tem sido efetuada e constituída prática dos últimos exercícios.

Demonstração de Resultados Previsional

Orçamento para 2024	
Resultados de Exploração	Valor
Rendimentos Operacionais	7 680 395
Gastos Operacionais	7 703 768
EBITDA	151 015
Resultado líquido	-23 373

150

Assim na análise dos mapas apresentados a seguir deve-se ter em conta que o resultado por área de exploração contém a reclassificação da contabilização da prestação de serviços e as respetivas imputações dos serviços partilhados.

Resultados previstos para 2024, por Centro de custos com imputação dos serviços partilhados

Centro de Custos	Imputações	Gastos	Imputações	Rendimentos	Resultado Líquido
São Vicente	8,9%	682 144	11,6%	894 396	212 252
Projetos	3,2%	246 635	3,7%	283 333	36 699
Tempos de Infância	4,9%	378 512	5,4%	412 743	34 232
Espaço Em Con_tato	2,7%	206 196	3,0%	231 757	25 561
Quinta dos Pardais	11,5%	889 072	11,9%	910 965	21 892
Olhos de Água	22,6%	1 741 740	22,6%	1 737 111	-4 629
A Gaivota	7,6%	582 623	7,5%	577 821	-4 802
Irmandade	0,2%	16 800	0,1%	6 624	-10 176
Património	1,3%	99 708	1,1%	80 927	-18 781
GIS	3,6%	277 437	3,3%	254 993	-22 444
Casa da Paz	6,0%	461 511	5,1%	391 483	-70 027
A Cegonha	2,9%	219 558	1,9%	148 766	-70 792
O Roseiral	21,2%	1 633 884	20,4%	1 567 719	-66 165
Espaço Bússola	3,5%	267 948	2,4%	181 755	-86 192
	100,0%	7 703 768	100,0%	7 680 395	-23 373



O total dos gastos propostos para 2024 é de 7.703.768 euros, dos quais se destacam os encargos com o equipamento de Olhos de Água, que representa 22,6% e o Roseiral com 21,2% do total dos gastos.

O total dos rendimentos previstos para 2024 atinge os 7.680.395 euros, o que se traduz num resultado líquido negativo estimado de 23.373 euros.

A elaboração do orçamento previsional de 2024, teve como base de cálculo a informação contabilística direta efetiva, na qual o registo histórico foi a fonte mais relevante. Foram tidos em conta os gastos e os rendimentos acumulados, a 30 de junho de 2022, os orçamentos, os protocolos e os Acordos de Cooperação com as entidades financiadoras e, ainda, a realidade salarial. Estes dados foram projetados em termos de doze meses, corrigidos pontualmente numa ou noutra rubrica, atendendo às especificidades próprias de determinados Gastos e Rendimentos, e tendo sempre como princípio uma análise prudente.

Em relação ao ano anterior, atualizou-se e ajustou-se a base de trabalho, tendo em conta os objetivos propostos pela Mesa Administrativa e os seguintes critérios:

- projeção da atualização da Remuneração Mínima Mensal para o valor de 820,00€ e atualização em 3% para os restantes salários;
- projeção da atualização dos Acordos de Cooperação em 6% nas respostas sociais não residenciais e 12% nas respostas sociais residenciais;
- projeção dos gastos atendendo à taxa de inflação prevista em 3,6%

Dado o reconhecimento da relevância do trabalho efetuado pela Santa Casa em prol da comunidade, é expetável que o Município de Albufeira continue a apoiar financeiramente a Misericórdia, pelo que, foi considerada a verba de receita extraordinária.

No presente orçamento cumpre-se com a legislação contabilística que regula o setor das IPSS, de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades



do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do setor não lucrativo, que foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015. Para este orçamento analisaram-se unitariamente as atividades desta Instituição. Esta desagregação possibilita o enquadramento dos gastos e dos rendimentos nos vários centros de custo, de modo a se analisar a execução orçamental e a se implementar um controlo e gestão mais eficaz.

Demonstração de Resultados Previsional com as devidas notas

Rubricas	Notas	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	1	4 034 232
Subsídios à exploração	2	3 129 318
Trabalhos para a própria entidade	3	78 328
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4	-166 468
Fornecimentos e serviços externos	5	-2 214 089
Gastos com o pessoal	6	-5 115 441
Outros rendimentos	7	438 517
Outros gastos		-33 381
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8	151 015
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		-165 803
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14 788
Juros e rendimentos similares obtidos		0
Juros e gastos similares suportados	9	-8 396
Resultados antes de impostos		-23 184
Imposto sobre o rendimento do período	10	-189
Resultado líquido do período		-23 373

Nota 1

A rubrica de prestações de serviços sofreu um aumento devido à reclassificação da contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de



cooperação celebrados entre as instituições e o Estado. Esta reclassificação foi tida em conta devido ao parecer emitido pelo Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilista (CNC) em 31 de outubro de 2023.

As prestações de serviços projetadas, contemplam o valor das mensalidades contratualizadas para o biénio 2023/2024 e a atualização em 6% das participações do Centro Regional da Segurança Social ao funcionamento das Respostas Sociais Residenciais dependentes de frequência de utentes, o que reflete uma variação positiva face ao orçamento do ano anterior.

153

Nota 2

Na rubrica de subsídios à exploração estão previstos os valores dos orçamentos, dos protocolos e os Acordos de Cooperação com as entidades financiadoras.

Esta rubrica regista uma diminuição devido à reclassificação das participações financeiras por parte da segurança social nas respostas sociais independentes da variação de frequências dos utentes.

Descritivo dos subsídios à exploração

Código de Conta	Subsídios à exploração Descritivo	Valor
7511	Centro Regional Segurança Social	2 344 327
7512	Instituto de Emprego e Formação Profissional	134 245
7513	Fundo Social Europeu	283 333
7519	Gulbenkian Home Care	30 000
7514	Administração Regional de Saúde do Algarve	5 538
7517	Autarquias	316 000
753	Donativos	15 874
		3 129 318

Também está previsto nesta rubrica a atualização em 6% com gratuidade das creches definida na portaria nº 198 de 27/07/2022 e com a majoração expectável de



12% de atualização nas participações do Centro Regional da Segurança Social ao funcionamento das Respostas Sociais Residenciais não dependentes de frequência de utentes.

Nota 3

Nos trabalhos para a própria entidade, está contemplada a mão de obra interna em trabalhos de benfeitorias no património da Misericórdia.

154

Nota 4

O custo das matérias consumidas regista essencialmente a estimativa de gastos com o número de cabazes alimentares distribuídos mensalmente às famílias carenciadas de Albufeira através do GIS e ainda o gasto com materiais de saúde e de higiene pessoal dos utentes.

Nota 5

A rubrica de serviços externos sofreu um grande aumento devido à projeção de gastos de funcionamento com o novo equipamento social de Olhos de Água, em que se estima o seu funcionamento em pleno no ano de 2024. Também o aumento dos preços dos bens e serviços devido ao aumento da inflação contribuiu para a estimativa dos gastos previstos. Nesta rubrica prevê-se um aumento na ordem de 781.588 euros face ao orçamento do ano anterior.

Nota 6

A estimativa de gastos com o pessoal regista uma grande variação face ao orçamento do ano anterior. Esta variação é justificada pelo aumento do número de pessoas necessárias para o funcionamento em pleno do novo equipamento social, pela atualização da Remuneração Mínima Mensal (RMM), para um valor exatável de 820€, a atualização dos outros salários em 3% para 2024 e os respetivos encargos.



Prevê-se um incrementado no impacto dos salários em cerca de 900.000€ face ao orçamento do ano anterior.

Nota 7

O valor previsto na rubrica de rendimentos suplementares regista essencialmente o valor estimado com o arrendamento dos imóveis na Rua 5 de Outubro, Brejos e Quinta da Palmeira. Esta rubrica regista contabilisticamente em Outros rendimentos e ganhos, a estimativa apurada com o subsídio de alimentação processado mensalmente em espécie como “rendimentos de Recursos Humanos”.

155

Descrição dos outros rendimentos

Código de Conta	Outros rendimentos	
	Descritivo	Valor
7812	Aluguer de equipamento - Salas	39 266
7873	Rendas e outros rendimentos propriedades investimento	41 763
7881	Correções de exercícios anteriores	11 530
7883	Subsídios de Investimento	65 631
7886	Rendimentos por sentença de tribunal	4 429
7888	Outros rendimentos e ganhos	275 898
		438 517

Em 2022 a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira selou um acordo com a empresa Breugma – Sociedade de Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A. em que esta convencionou o pagamento de uma compensação financeira devido às obrigações que ficaram por cumprir ao abrigo da Escritura Pública de 1984 e do Contrato-Promessa, acordando expressamente, nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 857º e 859º do código civil, o pagamento de 1.000.000€ em 2024. Este acordo encontra-se registado na rubrica de “Outros créditos e ativos não correntes” e “Outros ativos correntes” pelo valor a receber. No entanto este rédito não foi reconhecido no orçamento, uma vez que existe o risco deste valor não ser recebido



durante o ano de 2024 por depender do licenciamento por parte da Câmara Municipal de Albufeira.

Nota 8

Os gastos estimados na rubrica de gastos/ reversões, depreciação e amortização decorrem da previsão das depreciações e amortizações de anos anteriores e do próprio ano, conforme se expressa na tabela apresentada a seguir.

156

Gastos estimados com reversões, depreciações e amortizações

Código de Conta	Gastos de depreciação e amortização. Descritivo	Valor Aquisição	Depreciações Acumuladas	Depreciações do Exercício	Valor Líquido Contabilístico
41	Investimentos financeiros	45 821			45 821
43	Ativos fixos tangíveis	7 519 503	2 991 904	164 155	4 363 444
44	Ativos fixos intangíveis	24 268	22 570	1 648	50
		7 589 592	3 014 474	165 803	4 409 315

Nota 9

Para o ano 2024, foram estimados encargos com juros de financiamento, decorrentes das obrigações atualmente assumidas.

Nota 10

Estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício está calculado à taxa de 21% sobre os rendimentos tributáveis em sede de IRC, que se prevê que totalizem a importância de 189 euros, em 2024.



3.2. Demonstração de Resultados Por Estruturas



157

Tempos de Infância	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	36 890	53 638	48 005	39 497
Subsídios à exploração	257 534	246 048	282 233	357 311
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-998	-1 474	-579	-1 722
Fornecimentos e serviços externos	-58 748	-67 279	-36 105	-78 582
Gastos com o pessoal	-213 947	-235 574	-275 114	-292 227
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	14 176	13 643	11 552	15 935
Outros gastos	-21 088	-728	-622	-851
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13 819	8 272	29 370	39 361
Gastos de depreciação e de amortização	-4 497	-3 588	-4 497	-4 190
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9 322	4 685	24 874	35 171
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-814	-804	-639	-939
Resultados antes de impostos	8 508	3 881	24 235	34 232
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	8 508	3 881	24 235	34 232





Centro Infantil Quinta dos Pardais	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	95 447	142 413	131 219	114 680
Subsídios à exploração	447 534	491 581	547 604	766 728
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 131	-6 527	-4 620	-7 624
Fornecimentos e serviços externos	-107 959	-128 436	-113 213	-150 013
Gastos com o pessoal	-509 704	-596 136	-663 919	-707 429
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	40			
Outros rendimentos	34 137	37 368	35 412	29 557
Outros gastos	-1 723	-1 920	-2 038	-2 243
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-44 359	-61 657	-69 555	43 656
Gastos de depreciação e de amortização	-17 614	-16 977	-17 614	-19 829
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-61 973	-78 634	-87 168	23 827
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 677	-1 656	-1 316	-1 935
Resultados antes de impostos	-63 650	-80 290	-88 484	21 892
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-63 650	-80 290	-88 484	21 892





A Gaivota	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	267	1 437		
Subsídios à exploração	560 822	536 309	509 111	555 017
Trabalhos para a própria entidade	3 022			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-7 082	-21 743	-15 666	-22 525
Fornecimentos e serviços externos	-125 467	-129 756	-110 922	-134 427
Gastos com o pessoal	-339 670	-373 697	-348 003	-401 858
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	22 066	22 012	19 477	22 804
Outros gastos	-1 313	-2 644	-580	-2 740
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	112 646	31 918	53 417	16 271
Gastos de depreciação e de amortização	-27 185	-19 595	-27 185	-20 301
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	85 461	12 323	26 232	-4 030
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-755	-745	-592	-772
Resultados antes de impostos	84 707	11 578	25 640	-4 802
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado Líquido do período	84 707	11 578	25 640	-4 802





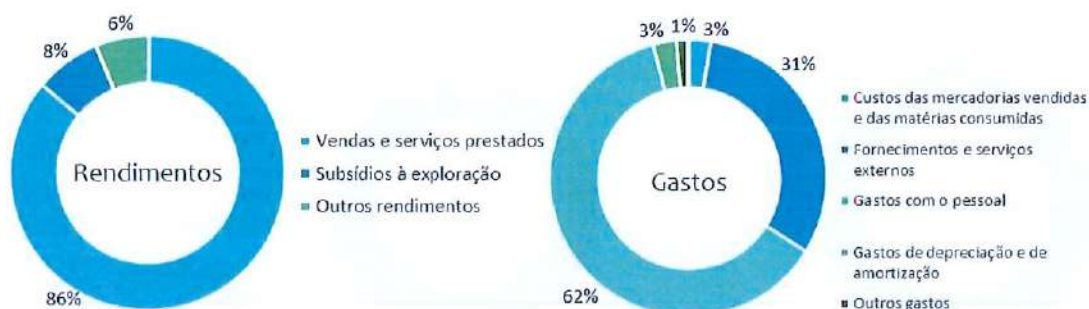
São Vicente	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	125 972	139 182	135 098	816 158
Subsídios à exploração	558 764	637 389	603 192	825
Trabalhos para a própria entidade				39 164
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-9 576	-13 193	-10 021	-13 668
Fornecimentos e serviços externos	-148 242	-137 221	-127 862	-142 160
Gastos com o pessoal	-438 943	-471 339	-503 373	-512 629
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	35 030	36 920	35 733	38 249
Outros gastos	-1 283	-2 461	-3 446	-2 549
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	121 722	189 278	129 320	223 389
Gastos de depreciação e de amortização	-10 084	-9 942	-10 084	-10 300
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	111 638	179 335	119 237	213 089
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-818	-808	-642	-837
Resultados antes de impostos	110 820	178 528	118 595	212 252
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	110 820	178 528	118 595	212 252





A Cegonha	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	100	125		
Subsídios à exploração	112 113	136 913	110 251	134 707
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-8 254	-11 358	-10 123	-11 767
Fornecimentos e serviços externos	-19 860	-19 565	-20 389	-20 269
Gastos com o pessoal	-129 988	-142 878	-173 205	-179 961
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	10 978	11 157	10 323	14 058
Outros gastos	-395	-331	-368	-343
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-35 306	-25 938	-83 510	-63 574
Gastos de depreciação e de amortização	-7 302	-6 688	-7 302	-6 929
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-42 608	-32 626	-90 812	-70 503
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-282	-279	-221	-289
Resultados antes de impostos	-42 890	-32 905	-91 033	-70 792
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-42 890	-32 905	-91 033	-70 792





O Roseiral	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	529 128	615 084	641 651	1 349 595
Subsídios à exploração	808 035	783 912	677 428	121 634
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-33 503	-40 098	-35 392	-41 542
Fornecimentos e serviços externos	-522 462	-494 378	-471 485	-512 175
Gastos com o pessoal	-851 263	-931 545	-1 005 852	-1 011 167
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	55			
Outros rendimentos	68 179	93 138	70 592	96 491
Outros gastos	-1 978	-21 184	-3 169	-21 947
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-3 810	4 928	-126 226	-19 112
Gastos de depreciação e de amortização	-63 004	-43 489	-63 004	-45 055
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-66 814	-38 561	-189 230	-64 167
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-1 952	-1 929	-1 532	-1 998
Resultados antes de impostos	-68 766	-40 490	-190 762	-66 165
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-68 766	-40 490	-190 762	-66 165





Casa da Paz	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	69 583	82 916	83 446	360 966
Subsídios à exploração	288 210	244 948	262 812	10 682
Trabalhos para a própria entidade	41 474	13 988		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 242	-1 944	-1 310	-2 014
Fornecimentos e serviços externos	-93 962	-93 973	-88 126	-97 356
Gastos com o pessoal	-367 768	-345 583	-324 718	-348 329
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)				
Outros rendimentos	24 035	19 146	17 484	19 836
Outros gastos	-595	-818	-498	-848
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-41 264	-81 320	-50 911	-57 063
Gastos de depreciação e de amortização	-11 648	-11 892	-11 648	-12 320
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-52 912	-93 212	-62 559	-69 384
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-629	-621	-494	-644
Resultados antes de impostos	-53 541	-93 833	-63 053	-70 027
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-53 541	-93 833	-63 053	-70 027





Espaço Em Con_tato	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	250	312		
Subsídios à exploração	169 125	189 181	216 169	225 492
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-79	-64		
Fornecimentos e serviços externos	-21 157	-24 197	-21 918	-25 068
Gastos com o pessoal	-117 683	-118 699	-138 388	-165 209
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	13 155	6 047	5 314	6 265
Outros gastos	-573	-540	-203	-559
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	43 039	52 040	60 975	40 921
Gastos de depreciação e de amortização	-14 418	-14 127	-14 418	-14 636
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	28 621	37 913	46 557	26 285
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	-708	-699	-555	-724
Resultados antes de impostos	27 913	37 214	46 001	25 561
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	27 913	37 214	46 001	25 561





Espaço Bússola	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	4 470	16 901	21 487	15 430
Subsídios à exploração	186 233	175 083	201 781	115 700
Trabalhos para a própria entidade				0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-103	-3 412	-4 964	-5 453
Fornecimentos e serviços externos	-115 827	-109 003	-109 024	-65 188
Gastos com o pessoal	-187 107	-176 321	-147 798	-190 558
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				0
Outros rendimentos	45 527	53 902	34 686	50 626
Outros gastos	-3 054	-837	0	0
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-69 861	-43 685	-3 833	-79 444
Gastos de depreciação e de amortização	-7 150	-6 737	-8 248	-6 299
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-77 012	-50 421	-12 080	-85 743
Juros e rendimentos similares obtidos				0
Juros e gastos similares suportados	-254	-251		-260
Resultados antes de impostos	-77 266	-50 673	-12 080	-86 003
Imposto sobre o rendimento do período	-229	-452	-85	-189
Resultado líquido do período	-77 495	-51 125	-12 165	-86 192





Gabinete Inserção Social	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	76	127		0
Subsídios à exploração	412 496	406 886	336 024	200 658
Trabalhos para a própria entidade				0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-113 006	-111 245	-51 440	-21 600
Fornecimentos e serviços externos	-115 986	-118 434	-111 922	-120 725
Gastos com o pessoal	-173 577	-163 954	-139 863	-121 065
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				0
Outros rendimentos	10 041	4 131	3 821	54 336
Outros gastos	-4 434	-384	-156	-55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	15 609	17 128	36 464	-8 451
Gastos de depreciação e de amortização	-15 982	-14 876	-15 605	-13 994
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-374	2 251	20 859	-22 445
Juros e rendimentos similares obtidos				0
Juros e gastos similares suportados	-216	-214	-170	1
Resultados antes de impostos	-590	2 038	20 689	-22 444
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	-590	2 038	20 689	-22 444





Património	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados		-319		
Subsídios à exploração	2 383	2 091		
Trabalhos para a própria entidade		76 197	42 054	39 164
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-10 353	-26 939	-28 968	-27 908
Gastos com o pessoal	-18 053	-106 240	0	-59 312
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	146 943	247 519	47 015	41 763
Outros gastos	-2 307	-519	-276	-537
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	118 614	191 791	59 825	-6 831
Gastos de depreciação e de amortização	-10 632	-11 535	-10 632	-11 950
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	107 981	180 256	49 193	-18 781
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
Resultados antes de impostos	107 981	180 256	49 193	-18 781
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	107 981	180 256	49 193	-18 781





168

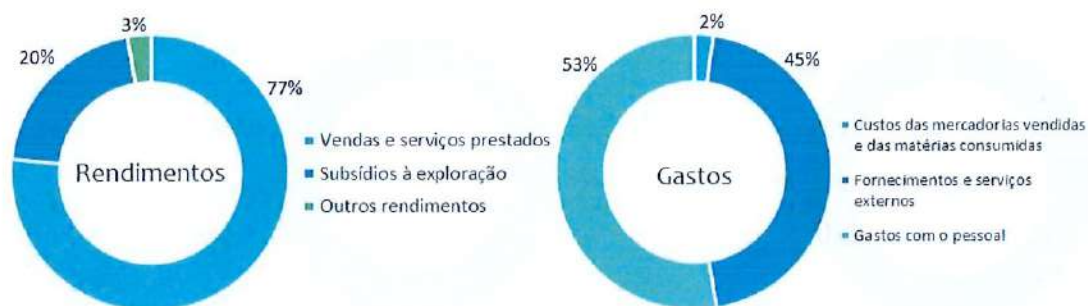
Irmandade	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	7 286	8 374	6 529	6 624
Subsídios à exploração	1 641			
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-623	-840	-355	-870
Gastos com o pessoal	-4 123	-3 520	0	-15 221
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		52		
Outros rendimentos		249		
Outros gastos		-685	-1 368	-709
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 180	3 631	4 806	-10 176
Gastos de depreciação e de amortização				
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 180	3 631	4 806	-10 176
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
Resultados antes de impostos	4 180	3 631	4 806	-10 176
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	4 180	3 631	4 806	-10 176





Projetos	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados		621		
Subsídios à exploração	354 601	349 022	375 002	283 333
Trabalhos para a própria entidade				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-115 803	-107 189	-192 212	-52 180
Gastos com o pessoal	-257 974	-291 163	-182 790	-194 455
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Outros rendimentos	47 989	25 496	26 991	
Outros gastos	-57	-804		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	28 757	-24 017	26 991	36 699
Gastos de depreciação e de amortização	-27 341	-26 507	-26 991	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 416	-50 524	0	36 699
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
Resultados antes de impostos	1 416	-50 524	0	36 699
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	1 416	-50 524	0	36 699





Olhos de Água	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	1 331 282
Subsídios à exploração	357 231
Trabalhos para a própria entidade	0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-38 552
Fornecimentos e serviços externos	-787 167
Gastos com o pessoal	-916 021
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	0
Outros rendimentos	48 598
Outros gastos	0
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-4 629
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	0
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4 629
Juros e rendimentos similares obtidos	0
Juros e gastos similares suportados	0
Resultados antes de impostos	-4 629
Imposto sobre o rendimento do período	
Resultado líquido do período	-4 629

O Centro de Custos Olhos de Água não apresenta dados comparativos de anos anteriores uma vez que se trata de um equipamento novo. Este equipamento agrega quatro respostas sociais: Creche, Centro de dia, Serviço de apoio domiciliário e Estrutura residencial para pessoas idosas.





Misericórdia de Albufeira	Realizado 2021	Realizado 2022	Orçamento 2023	Orçamento 2024
Vendas e serviços prestados	869 470	1 060 811	1 067 436	4 034 232
Subsídios à exploração	4 159 490	4 199 362	4 121 605	3 129 318
Trabalhos para a própria entidade	44 497	90 185	42 054	78 328
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-176 973	-211 059	-134 115	-166 468
Fornecimentos e serviços externos	-1 456 448	-1 457 208	-1 432 501	-2 214 089
Gastos com o pessoal	-3 609 802	-3 956 646	-3 903 023	-5 115 441
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	95	52	0	0
Outros rendimentos	472 256	570 728	318 400	438 517
Outros gastos	-38 801	-33 856	-12 723	-33 381
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	263 784	262 370	67 133	151 015
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-216 857	-185 954	-217 226	-165 803
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	46 927	76 416	-150 093	-14 788
Juros e rendimentos similares obtidos		0		0
Juros e gastos similares suportados	-8 104	-8 006	-6 160	-8 396
Resultados antes de impostos	38 823	68 410	-156 253	-23 184
Imposto sobre o rendimento do período	-229	-452	-85	-189
Resultado líquido do período	38 594	67 958	-156 338	-23 373





Misericórdia de Albufeira	Tempos de Infância	Quinta dos Pardais	A Gaivota	São Vicente	A Cegonha	O Roseiral
Vendas e serviços prestados	39 497	114 680	0	816 158	0	1 349 595
Subsídios à exploração	357 311	766 728	555 017	825	134 707	121 634
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	39 164	0	0
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 722	-7 624	-22 525	-13 668	-11 767	-41 542
Fornecimentos e serviços externos	-78 582	-150 013	-134 427	-142 160	-20 269	-512 175
Gastos com o pessoal	-292 227	-707 429	-401 858	-512 629	-179 961	-1 011 167
Outros rendimentos	15 935	29 557	22 804	38 249	14 058	96 491
Outros gastos	-851	-2 243	-2 740	-2 549	-343	-21 947
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	39 361	43 656	16 271	223 389	-63 574	-19 112
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-4 190	-19 829	-20 301	-10 300	-6 929	-45 055
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	35 171	23 827	-4 030	213 089	-70 503	-64 167
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares suportados	-939	-1 935	-772	-837	-289	-1 998
Resultados antes de impostos	34 232	21 892	-4 802	212 252	-70 792	-66 165
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período	34 232	21 892	-4 802	212 252	-70 792	-66 165



Casa da Paz	Espaço Em Con_tato	Espaço Bússola	GIS	Património	Irmandade	Projetos	Olhos de Água	Consolidado SCMA
360 966	0	15 430	0	0	6 624	0	1 331 282	4 034 232
10 682	225 492	115 700	200 658	0	0	283 333	357 231	3 129 318
0	0	0	0	39 164	0	0	0	78 328
-2 014	0	-5 453	-21 600	0	0	0	-38 552	-166 468
-97 356	-25 068	-65 188	-120 725	-27 908	-870	-52 180	-787 167	-2 214 089
-348 329	-165 209	-190 558	-121 065	-59 312	-15 221	-194 455	-916 021	-5 115 441
19 836	6 265	50 626	54 336	41 763	0	0	48 598	438 517
-848	-559	0	-55	-537	-709	0	0	-33 381
-57 063	40 921	-79 444	-8 451	-6 831	-10 176	36 699	-4 629	151 015
-12 320	-14 636	-6 299	-13 994	-11 950	0	0	0	-165 803
-69 384	26 285	-85 743	-22 445	-18 781	-10 176	36 699	-4 629	-14 788
0	0	0	0	0	0	0	0	0
-644	-724	-260	1	0	0	0	0	-8 396
-70 027	25 561	-86 003	-22 444	-18 781	-10 176	36 699	-4 629	-23 184
		-189						-189
-70 027	25 561	-86 192	-22 444	-18 781	-10 176	36 699	-4 629	-23 373



3.3. Plano de Investimento

Para o ano de 2024 e seguintes, estão previstos investimentos ao nível das estruturas das respostas sociais e ao nível da qualificação do património da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

O plano de investimento apresenta as prioridades definidas pela Mesa Administrativa e pelo Conselho Fiscal para os próximos anos, sendo que a sua concretização será feita em função das verbas disponíveis e das candidaturas aprovadas no quadro comunitário.

A Misericórdia de Albufeira encontra-se muito atenta à abertura de avisos no âmbito do quadro comunitário 2030, do PRR, do Portugal Inovação Social, do Instituto da Segurança Social, do Instituto Emprego e Formação Profissional, entre outros, para percebermos qual o seu conteúdo e como nos poderemos posicionar para alguma janela de oportunidades em termos de financiamento e, caso não haja, iremos organizar-nos no sentido de procurar outra forma de financiamento.

Ao longo de 2024 iremos dar continuidade ao trabalho em parceria com entidades privadas no sentido de as envolver nos projetos da Misericórdia de Albufeira e assim conseguirmos financiamento através do compromisso de Responsabilidade Social a ser vinculado entre a Misericórdia de Albufeira e as Empresas,

Acréscimo ainda a este mapa de investimento, todos os valores que resultem das necessidades do início de atividade no Equipamento Olhos de Água e Creche Tempos de Infância e que ao abrigo do protocolo assinado a 20 de agosto terá a concessão de apoio da Câmara Municipal de Albufeira.

O investimento previsto está em linha de continuidade com o plano de reabilitação e valorização do património imobiliário da SCMA iniciado em anos anteriores, com vista a um retorno sólido e sistemático de receitas obtidas, contribuindo para a sustentabilidade financeira da Misericórdia de Albufeira.



O plano está previsto conforme tabela:

Área de Exploração	Natureza do Investimento		Financiamento	Valor	Total Investimento Previsto
Património de Rendimento	Apartamentos D. Leonor	Obras de Requalificação e Adaptação do Edifício	Financiamento Bancário	1 274 180	1 567 242
	Casa D. Aurora	Requalificação da casa	Fundos Próprios	293 061	
	Casa na Rua Alves Correia	Requalificação da casa	Fundos Próprios	62 889	62 889
Património Cultural	Rua Henrique Calado	Obras de Requalificação e Adaptação das casas	Financiamento Bancário	59 407	1 227 850
		Fundos Próprios	998 252		
	Capela da Misericórdia	Obras de Reabilitação do Hospital Velho, Capela, Casa do Despacho e Antiga Albergaria	Fundos Comunitários	229 598	3 354 210
Operacional	ERPI O Roseiral	Obras de Requalificação e Adaptação do Edifício; Infraestruturas e equipamento	Financiamento Bancário	12 500	12 500
			Fundos Próprios	3 500 000	
	Casa Abrigo	Eficiência Energética ¹	Subsídio ao Investimento - PRR (não reembolsável)	1 033 694	127 101
			Fundos Próprios	72 334	
			Fundos Próprios	54 767	
Residência São Vicente	Requalificação do espaço interior	Fundos Próprios	99 249	99 249	
Casa da Paz	Requalificação do espaço interior	Fundos Próprios e Beneméritos	91 324	91 324	
Educação	Centro Infantil Quinta dos Pardais	Eficiência Energética ¹	Subsídio ao Investimento - PRR (não reembolsável)	58 983	103 642
			Fundos Próprios	44 659	
Plano de Pormenor de Brejos (PPB)	Plano de Pormenor com efeitos registais para a área de Brejos, produção e homologação da respetiva cartografia de base com o objetivo de reclassificação de solo rústico para urbano		Fundos Próprios	42 376	42 376
Gestão Organizacional e Sistemas Informáticos	Administrativos	Equipamento informático e periféricos, rede informática, Cibersegurança, sistemas de controlo de acesso físico e digital, sistemas de video-vigilância e comunicação	Fundos Próprios	37 284	262 450
	Olhos de Água			76 780	
	Bússola			2 446	
	Espaço Em Con_tato			19 328	
	Casa Abrigo			3 604	
	Centro de Dia			10 927	
	Gaivota			15 066	
	Casa da Paz			14 189	
	Quinta dos Pardais			9 991	
	Roseiral			21 583	
	Tempos de Infância			14 114	
São Vicente	20 139				
GIS	1 175				
Pirilampas	15 824				
Equipamento de Transporte	Equipamento Social Olhos de Água	Aquisição de viaturas para o transporte de utentes, adaptadas ao transporte de deficientes e serviço domiciliário	Financiamentos bancário, beneméritos e fundos próprios	350 000	350 000
			Total de Investimento Previsto	11 893 934	11 893 934

Nota: A candidatura aguarda verba disponível no quadro comunitário





**DELIBERAÇÃO DA MESA
ADMINISTRATIVA**

Deliberação da Mesa Administrativa

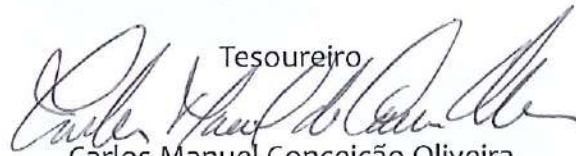
Aprovado por unanimidade na reunião de Mesa Administrativa, realizada em 09 de novembro de 2023, com as seguintes presenças:

Provedora

Patrícia Maria Arez Dias de Cintra Seromenho

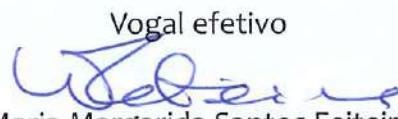
Vice-Provedora

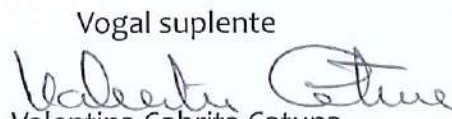
Ana Maria da Graça Rosa

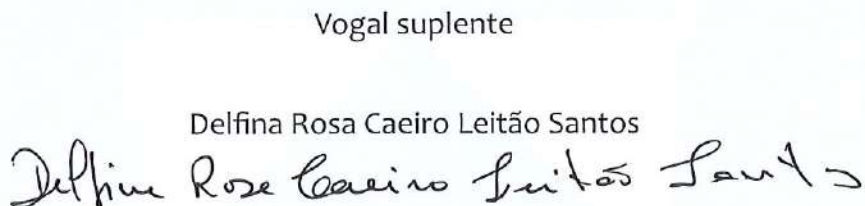
Tesoureiro

Carlos Manuel Conceição Oliveira

Secretária

Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis

Vogal efetivo

Maria Margarida Santos Feiteira

Vogal suplente

Valentina Cabrita Catuna

Vogal suplente
Delfina Rosa Caeiro Leitão Santos






PARECERES

Parecer do Revisor Oficial de Contas



& ASSOCIADOS
SROC

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

180

Introdução

Procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, relativos ao período de 2024, que compreendem a demonstração dos resultados previsional por natureza, que evidencia um resultado líquido negativo previsto de 23.373 euros, as notas explicativas ao orçamento, as demonstrações de resultados previsionais por estruturas e o plano de investimento para o período de 2024, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nas notas explicativas ao plano de investimento.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA
Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 14 62 10
Delegação Alentejo | Rua Dr. João de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49
Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-205 Portalegre | Tel. 245 60 93 56
Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01
SROC, n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 256 399 - Inscrição como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM





& ASSOCIADOS
SROC

Conclusão e opinião

Os Instrumentos de Gestão Previsional consideram a exploração de um novo equipamento social nos Olhos de Água, em Albufeira, que agrega quatro respostas sociais: Creche, Centro de dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. Este pressuposto, entre outros, justifica o aumento significativo de projeções de rendimentos e gastos.

De acordo com a Circular 93/2023, de 10/11/2023, da União das Misericórdias Portuguesas, no dia 31/10/2023 o Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilista (CNC) emitiu um parecer sobre a correta contabilização das comparticipações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado, em que: (i) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72); (ii) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos perante um subsídio à exploração (Conta 75). Os Instrumentos de Gestão Previsional consideram esta alteração contabilística e, por isso, as projeções das rubricas das prestações de serviços e subsídios à exploração não são comparáveis com o ano anterior.

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LUSOIA | FARO | PORTALEGRE | HORTA
Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 281 11 6210
Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49
Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58
Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01
SROC, n.º 64 - Capital Social 9300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrição como Auditor Externo sob o n.º 2018/000 na CMVM





**& ASSOCIADOS
SROC**

Faro, 23 de novembro de 2023

Galvão, Nunes, Tavares & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

[Handwritten signature]
GALVÃO, NUNES/TAVARES & ASSOCIADOS, LDA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Fernando Manuel Correia Marques (ROC n.º 2005)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20220025

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Largo Alberto Sampaio, 3 A - 2795-007 Linda-a-Velha | Tel. 214 34 62 10

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-032 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 9.300 Euros - C.R.C. Carcail - Contribuinte n.º 502 285 399 - Inscrita como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



Parecer do Conselho Fiscal

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALBUFEIRA

Conselho Fiscal

Rua do Oceano, Cerro Alagoa – Apartado 2117 / 8200 915 Albufeira

provedoria@scmalbufeira.com

TII 289 516 427



PARECER DO CONSELHO FISCAL ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES ANO 2024

Nos termos do artigo 31.º dos Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o orçamento e plano de atividades para o ano 2024.

Foi com base no plano de atividades, no orçamento previsional, no parecer do Revisor Oficial de Contas e em informação posteriormente solicitada, que foi emitido o presente parecer do Conselho Fiscal.

Em termos de análise orçamental não nos é possível aferir um modelo de comparação face aos anos anteriores devido à criação da nova valência dos Olhos de Água.

Existe um incremento significativo na rubrica de gastos com pessoal, por via do aumento do salário mínimo nacional e pelo incremento do número de colaboradores para dar resposta à nova valência atrás referida.

Reconhecemos a capacidade de gestão da Mesa Administrativa na concretização dos objetivos da Instituição, nomeadamente na melhoria da prestação de serviços aos utentes tendo sempre em conta a sua sustentabilidade.

De acordo com as informações anteriormente descritas, emitimos o parecer favorável sobre o orçamento e plano de atividades apresentado pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira para o ano de 2024.

Somos a propor à Assembleia Geral a sua aprovação.

Albufeira, 23 de novembro de 2023

OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Presidente do Conselho Fiscal)



Deliberação da Assembleia Geral

Aprovado por unanimidade na Assembleia Geral
de Trinidade da noite de dois mil e vinte e três.

Pela Assembleia Geral

Presidente



Paulo Alexandre Figueiredo Freitas

Vice-Presidente



Fernando Manuel Sousa Gregório

Secretária



Ana Cristina Neves Pinto Oliveira



Documento redigido e aprovado por:



Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

Rua do Oceano, s/n, Cerro Alagoa

8200-089 Albufeira

T+351 289 515 427

provedoria@scamlbufeira.com

www.misericordiaalbufeira.com



